REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Seção II

ANO XXX — Nº 110 QUARTA-FEIRA, 17 DE SETEMBRO DE 1975 BRASÍLIA — DF

CONGRESSO NACIONAL

DECRETO LEGISLATIVO Nº 78, DE 1975

Aprova o texto do Convênio sobre Transporte Marítimo, assinado entre a República Federativa do Brasil e a República Oriental do Uruguai, em 12 de junho de 1975.

RETIFICAÇÃO

Na publicação feita no DCN — Seção II — de 12-9-75, página 4.542, 1ª coluna, no Artigo VI do Convênio que acompanhou este Decreto Legislativo,

Onde se lê:

3. Outrossim, esses Orçamentos . . .

Leia-se:

3. Outrossim, esses Organismos . . .

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 136ª SESSÃO, EM 16 DE SETEMBRO DE 1975

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Aviso do Ministro Chefe do Gabinete Civil da Presidência da República

Nº 294-SUPAR/75, de 15 do corrente, encaminhando cópias das informações prestadas pelos Ministérios da Fazenda e dos Transportes, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 49/73, que estende ao pedágio o conceito de taxa por efetivo serviço prestado, aplica aos Estados e Municípios o disposto no Decreto-lei nº 791, de 27 de agosto de 1969, e dá outras providências.

1.2.2 — Comunicações da Presidência

— Referente ao aviso do Ministro Chefe do Gabinete Civil da Presidência da República, lido no Expediente.

— Arquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 67/75, de autoria do Sr. Senador José Esteves, que concede vantagens a jornalistas profissionais quando no efetivo exercício de suas funções, por ter recebido pareceres contrários, quanto ao mérito, das comissões a que foi distribuído.

1.2.3 — Discursos do Expediente

SENADOR LOURIVAL BAPTISTA — Inauguração de agência do Banco do Brasil no Município de Buquim—SE.

SENADOR RUY SANTOS — Defesa de medidas com vistas ao problema da mortalidade infantil no País.

1.2.4 — Requerimentos

Nº 408/75, de autoria do Sr. Senador Osires Teixeira, de transcrição, nos Anais do Senado Federal, do editorial de **O Globo** de hoje, sob o título **Concentração Industrial.**

Nº 409/75, subscrito pelo Sr. Senador Osires Teixeira, de transcrição, nos Anais do Senado Federal, da conferência do Diretor-Geral da Rede Globo de Televisão, Sr. Walter Clark, feito perante a Escola Superior de Guerra.

1.3 — ORDEM DO DIA

— Projeto de Lei da Câmara nº 95/74 (nº 2.283-C/70, na Casa de origem), que torna obrigatória e discriminação visível dos elementos que entram na composição dos produtos alimentícios, e dá outras providências. **Votação adiada** por falta de **quorum**, após usarem da palavra no encaminhamento de sua votação os Srs. Senadores Gilvan Rocha, Adalberto Sena, Ruy Santos, Heitor Dias e Franco Montoro.

— Projeto de Lei do Senado nº 26/73, de autoria do Sr. Senador Nelson Carneiro, que destina à Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor a parte recebida pelo Departamento de Imposto de Renda na arrecadação da Loteria Esportiva Federal, e dá outras providências. **Votação adiada** por falta de **quorum.**

— Requerimento nº 381/75, de autoria do Sr. Senador Vasconcelos Torres, solicitando a transcrição, nos Anais do Senado

EXPEDIENTE

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

EVANDRO MENDES VIANNA
Diretor-Geral do Senado Federal

ARNALDO GOMES
Diretor-Executivo

PAULO AURÉLIO QUINTELLA
Diretor da Divisão Administrativa

ALCIDES JOSÉ KRONENBERGER
Diretor da Divisão Industrial

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
Seção II
Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Via Superfície:
Semestre ..... Cr$ 100,00
Ano ..... Cr$ 200,00

Via Aérea:
Semestre ..... Cr$ 200,00
Ano ..... Cr$ 400,00

(O preço do exemplar atrasado será acrescido de Cr$ 0,30)

Tiragem: 3.500 exemplares

Federal, do discurso do Exmo. Sr. Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Azeredo da Silveira, pronunciado na VII Sessão Especial da Assembléia-Geral das Nações Unidas, realizada em Nova Iorque, em 1º de setembro de 1975. **Votação adiada** por falta de **quorum.**

— Requerimento nº 393/75, dos Srs. Senadores Lourival Baptista e Ruy Santos, solicitando a transcrição, nos Anais do Senado Federal, do pronunciamento do Ministro da Fazenda, Professor Mário Henrique Simonsen, através da televisão, em nome do Governo, nas comemorações do Dia da Independência. **Votação adiada** por falta de **quorum.**

— Projeto de Lei do Senado nº 59/74, de autoria do Sr. Senador Vasconcelos Torres, que dispõe sobre a divulgação de crime pela imprensa, e dá outras providências. **Discussão encerrada**, tendo sua votação adiada por falta de **quorum.**

— Projeto de Lei do Senado nº 67/74, do Sr. Senador Franco Montoro, que assegura a contagem do tempo de serviço público e do prestado às sociedades de economia mista para efeito de aposentadoria. **Declarado prejudicado**. Ao Arquivo.

1.4 — DISCURSOS APÓS A ORDEM DO DIA

SENADOR ORESTES QUÉRCIA — Considerações a respeito da política habitacional do Governo.

SENADOR FRANCO MONTORO — Esclarecimentos sobre detenções arbitrárias que teriam sido efetuadas em Londrina—PR, na última sexta-feira. Criação de Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar e analisar a atuação do Movimento Brasileiro de Alfabetização — MOBRAL, especialmente no concernente à celebração de convênios com os municípios para alfabetização dos excedentes das escolas primárias.

SENADOR OSIRES TEIXEIRA — 10º aniversário de fundação da EMBRATEL.

SENADOR OTAIR BECKER — Comentários relativos ao editorial do **Jornal do Brasil**, edição de 7 do corrente, sob o título **Poder Invisível**, que focaliza o descompasso entre as palavras e a ação do Executivo e a ação desenvolvida pelos partidos políticos no País.

SENADOR VASCONCELOS TORRES — Poluição causada pela Usina de Carapebus à vila em que está situada, no Município de Macaé—RJ. Solidariedade de S. Exª à reivindicação de pescadores do Município fluminense de Campos, solicitando das autoridades estaduais providências urgentes contra o vinhoto.

1.5 — DESIGNAÇÃO DA ORDEM DO DIA DA PRÓXIMA SESSÃO. ENCERRAMENTO.

2 — RETIFICAÇÕES

— Ata da 132ª Sessão, realizada em 11-9-75.
— Ata da 133ª Sessão, realizada em 11-9-75.

3 — CONSULTORIA JURÍDICA DO SENADO

— Parecer nº 53/75.

4 — ATA DE COMISSÃO

5 — MESA DIRETORA

6 — LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

7 — COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

ATA DA 136ª SESSÃO, EM 16 DE SETEMBRO DE 1975
1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 8ª Legislatura
PRESIDÊNCIA DOS SRS. MAGALHÃES PINTO E WILSON GONÇALVES

Às 14 horas e 30 minutos, acham-se presentes os Srs. Senadores:
Adalberto Sena — Altevir Leal — José Esteves — José Lindoso — Cattete Pinheiro — Renato Franco — Alexandre Costa — Fausto Castelo-Branco — Helvídio Nunes — Virgílio Távora — Wilson Gonçalves — Dinarte Mariz — Ruy Carneiro — Luiz Cavalcante — Augusto Franco — Gilvan Rocha — Lourival Baptista — Heitor Dias — Ruy Santos — João Calmon — Amaral Peixoto — Roberto Saturnino — Vasconcelos Torres — Magalhães Pinto — Franco

Montoro — Orestes Quércia — Lázaro Barboza — Osires Teixeira — Mendes Canale — Saldanha Derzi — Leite Chaves — Evelásio Vieira — Otair Becker — Daniel Krieger.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — A lista de presença acusa o comparecimento de 34 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

O Sr. 1º-Secretário vai proceder à leitura do Expediente.

É lido o seguinte

EXPEDIENTE

AVISO DO MINISTRO CHEFE DO GABINETE CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Nº 294-SUPAR/75, de 15 do corrente, encaminhando cópias das informações prestadas, pelos Ministérios da Fazenda e dos Transportes, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 49, de 1973, que "estende ao pedágio o conceito de taxa por efetivo serviço prestado, aplica aos Estados e Municípios o disposto no Decreto-lei nº 791, de 27 de agosto de 1969, e dá outras providências.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — O Expediente lido vai à publicação. **(Pausa.)**

A Presidência esclarece que a diligência ao Projeto de Lei nº 49, de 1973, atendida no aviso que acaba de ser lido, foi requerida pela Comissão de Constituição e Justiça. A referida proposição foi arquivada ao fim da Legislatura nos termos do artigo 367 do Regimento Interno, não tendo sido, até a presente data, requerido o seu desarquivamento.

A Presidência determina, mesmo assim, que as informações ora encaminhadas ao Senado sejam anexadas ao competente processo.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — A Presidência comunica que, nos termos do art. 278 do Regimento Interno, determinou o arquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 67, de 1975, de autoria do Sr. Senador José Esteves, que concede vantagens a jornalistas profissionais quando no efetivo exercício de suas funções, por ter recebido pareceres contrários, quanto ao mérito, das Comissões a que foi distribuído.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Lourival Baptista.

O SR. LOURIVAL BAPTISTA (ARENA—Sergipe. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Quatro dias após inaugurar a 21ª agência do Banco do Brasil no Exterior, em Los Angeles, nos Estados Unidos, o Dr. Ângelo Calmon de Sá, Presidente do Banco do Brasil, entregava ontem ao povo de Buquim, no sul do Estado de Sergipe, a sua agência.

Em Los Angeles, disse o operoso Presidente do Banco do Brasil, em discurso que lá proferiu, que a nova agência "significa uma base de apoio ao crescente relacionamento do Brasil com a Califórnia, assim como também, um atestado de que o nosso País se dispõe a continuar incentivando o desenvolvimento do comércio internacional, não participando de tendências de isolacionismo e neoprotecionismo. Com efeito, pretende-se que as importações e as exportações brasileiras aumentem ao ritmo de 20% ao ano".

Disse, ainda, o Dr. Ângelo Calmon de Sá que a abertura da nova filial do Banco do Brasil se insere na estratégia adotada pelo Governo brasileiro, no sentido de acelerar nosso processo de desenvolvimento, mediante um modelo de economia aberta, graças ao qual se poderia assinalar a excepcional expansão de nosso comércio internacional, que de 3,7 bilhões de dólares, em 1969, alcançou, no ano passado, 20,5 bilhões de dólares. Quanto aos objetivos do Banco do Brasil na Califórnia, assegurou que busca "multiplicar os negócios entre o Brasil e a Costa Oeste, ampliando ainda mais o volume do intercâmbio comercial e financeiro entre brasileiros e norte-americanos".

Esse um exemplo magnífico do dinamismo do Presidente Ângelo Calmon de Sá, bem como do cuidado com que se faz presente a ação do Banco do Brasil em toda parte, quer num centro da importância mundial de Los Angeles, como na pequena, mas próspera cidade sergipana de Buquim.

Chegando do Exterior no último sábado, o Dr. Ângelo Calmon de Sá seguiu para Aracaju, ontem, onde chegou às 8 horas, dirigindo-se para o Palácio, a fim de visitar o Governador José Rollemberg Leite. Ali, teve um encontro com a classe empresarial do Estado, ouvindo o Presidente da Associação dos Criadores, Dr. Herval Brito, e o Presidente da Federação das Indústrias do Estado de Sergipe, Dr. Albano do Prado Franco, que proclamou estar o Banco do Brasil atendendo de forma a mais satisfatória as necessidades das indústrias do Estado.

Na mesma ocasião, o Governador José Rollemberg Leite fez um apelo ao Presidente do Banco do Brasil para que autorizasse o reescalonamento das dívidas e refinanciamento das safras para os produtores atingidos pelas chuvas e enchentes ocorridas recentemente.

O Sr. Vasconcelos Torres (ARENA—Rio de Janeiro) — Permite V. Exª um aparte?

O SR. LOURIVAL BAPTISTA (ARENA—Sergipe) — Um momento, eminente Senador.

Inteirado do fato, o Dr. Ângelo Calmon de Sá autorizou, de imediato, que aquelas medidas de proteção a produtores vitimados pelas enchentes fossem estendidas a todo o Estado. Teve, assim, a reivindicação do Governador de Sergipe imediato atendimento. Lá também esteve presente o Dr. José Aristophanes Pereira, Diretor do Banco para a Região Nordeste.

Ouço o aparte do eminente Senador Vasconcelos Torres.

O Sr. Vasconcelos Torres (ARENA — Rio de Janeiro) — V. Exª, que tem memória de computador, deve, por certo, lembrar-se de que há cerca de dois anos, — se não me falha a memória — quando o colega assomava à tribuna para reivindicar uma agência para o Município de Buquim, aqui, deste canto humilde do plenário, numa intervenção que V. Exª acolheu, dei inteiro apoio não só ao que V. Exª trazia ao conhecimento do Plenário, e era justo, como também, aproveitei a oportunidade para exaltar o grande Presidente do Banco do Brasil, Nestor Jost, à época, o fabuloso Diretor Admon Ganem — excepcional homem, que tem gabarito para dirigir qualquer coisa de responsabilidade e importância neste País — e, também, a figura austera e competente do Diretor Colim. Hoje, tenho que me regozijar por ver que a solicitação de V. Exª foi atendida, o que vale dizer que nem sempre somos — no meu caso é uma coincidência; sou João Batista, V. Exª sabe o meu primeiro nome — João Batista a pregar no deserto. A semente vingou em terra fértil e V. Exª, que é tão cuidadoso com as coisas do seu Estado, está jubiloso. Permita que me congratule com V. Exª e que, também, ressalte não ter visto uma substituição tão perfeita, nos altos escalões do Governo, como esta da Direção do Banco do Brasil, onde o substituto está perfeitamente à altura do substituído. Não houve, a rigor, nenhuma mudança, a não ser no fato de que o Presidente Ângelo Calmon é um pouco mais jovem. Dele, — a quem conheci recentemente, há menos de um ano, num jantar promovido pela Comissão de Economia, no Ministério da Fazenda, patrocinado pelo Ministro Mário Henrique Simonsen, cuja mão apertei pela primeira vez, — guardo uma impressão extraordinária. Num debate franco, um dos nossos colegas dos mais brilhantes, falando em "economês" puro — há aqui colegas que falam em "economês", a gente às vezes faz o impossível para entender; nesse banquete falava-se "economês" puro e o Presidente Ângelo Calmon traduziu para nós em Português, trocou em miúdos a linguagem desse nosso colega que era do MDB, vou logo avisando, porque o Senador Virgílio Távora está olhando para mim e não foi ele, embora verse também o idioma "economês". O Sr. Ângelo Calmon de Sá nos deu uma aula e esse colega teve de prestar homenagem à clarividência e ao descortino de um homem talhado para dirigir uma instituição de alta responsabilidade, como é o Banco do Brasil. Quero também frisar que, sem ser uma Casa política, — V. Exª sabe que no Banco do Brasil não pode haver política

de maneira alguma — o diálogo lá existe para com os políticos dos dois partidos. Quando uma pretensão bate à porta da Presidência e *não pode ser atendida, por motivos os mais diversos possíveis*, o "não" do Presidente Ângelo Calmon é muito melhor do que o "sim" de certos homens dos altos escalões governamentais, que o dizem *com a "cara amarrada", que nunca agradecemos.* O Presidente Ângelo Calmon está, assim, estabelecendo uma vivência de confraternização. Quero dizer a V. Exª que sou suspeito, em parte, por pertencer *àquela Casa, juntamente com os Senadores Ruy Carneiro* e Leite Chaves. Enfim, em qualquer legislatura há sempre gente do Banco do Brasil. V. Exª sabe que sou advogado daquele estabelecimento *e fico feliz, quando constato que um colega se levanta para* reconhecer os méritos pessoais, intelectuais e administrativos do alto dirigente do Banco do Brasil. Meus Parabéns a V. Exª por Buquim. *Estou satisfeito por registrar, mais uma vez, essa impressão favorabilíssima* que tenho do Presidente Ângelo Calmon, do Diretor Admon Ganem e do Diretor Colim.

O SR. LOURIVAL BAPTISTA (ARENA — Sergipe) — Sou *muito grato a V. Exª, eminente Senador Vasconcelos Torres*, mas digo que V. Exª também tem a memória de um computador e foi um daqueles nove que, na vez que aqui falamos, precisamente a 15 de *maio de 1973, fazendo a solicitação para instalação de uma agência* na cidade de Buquim, nos honraram com seus apartes. Lemos, aqui, naquela oportunidade, memorial do Sr. Prefeito, e contamos com o apoio de nove Srs. Senadores.

Satisfeito estou, também, com o depoimento que V. Exª deu, a respeito da personalidade do presidente Ângelo Calmon de Sá, que, moço, *com a sua capacidade de trabalho, com a sua inteligência*, tudo tem feito no nosso maior estabelecimento de crédito da América do Sul, assim como das referências feitas ao Professor Admon Ganen e ao Sr. *Oswaldo Colim, diretores do Banco e dedicados* colaboradores do Presidente Ângelo Calmon de Sá.

O Sr. José Esteves (ARENA — Amazonas) — V. Exª permite um aparte?

O SR. LOURIVAL BAPTISTA (ARENA — Sergipe) — Com muito prazer, eminente Senador José Esteves.

O Sr. José Esteves (ARENA — Amazonas) — *Eminente Senador*, quero congratular-me com o pronunciamento que faz, nesta tarde, pelos comentários e elogios que vem tecendo acerca da administração do Presidente do Banco do Brasil, Sr. Ângelo Calmon de Sá. Desejo dar o meu testemunho, eminente colega, sobre a seriedade com que S. Sa. encara os problemas da nossa maior instituição de crédito. Desde quando assumi minha cadeira na Câmara dos Deputados, em 1963, lutava, diuturnamente, no sentido de que o Banco do Brasil se fizesse mais presente no meu Estado, especialmente no interior. Foi justamente na gestão de Ângelo Calmon de Sá que vimos concretizado aquele velho anseio de tantos quantos labutam, trabalham no "hinterland" amazonense: a criação e a instalação de várias agências, destacando-se a da minha terra natal — Maués e a de Manacapuru, Manicoré, Boca do Acre e Benjamin Constant. Portanto, este o meu testemunho. E já que V. Exª abordou o problema de instalação de agências no exterior, gostaria de valer-me de seu pronunciamento para aduzir um apelo, que recebi por ocasião de minha passagem por Bruxelas: a criação — por sinal já em estudos — na cidade de Antuérpia, de uma agência do nosso Banco do Brasil. Aqui vai o meu apelo ao Sr. Presidente do Banco do Brasil, Ângelo Calmon de Sá.

O SR. LOURIVAL BAPTISTA (ARENA — Sergipe) — Sou muito grato também a V. Exª, *eminente Senador José Esteves*, pelo seu aparte, que em muito, vem enriquecer o meu pronunciamento.

Sr. Presidente, no dia 15 de maio de 1973, ocupava eu esta tribuna para manifestar o meu apoio ao memorial que me fora enviado pelo Prefeito de Buquim, próspero Município sergipano, Sr. Horácio Fernandes Fontes, através do qual moradores daquela comuna reivindicavam a instalação de uma agência do Banco do Brasil.

Naquele dia afirmei desta tribuna:

> "Situado no Sul do meu Estado, Buquim é um dos mais prósperos Municípios de Sergipe, possuindo na agricultura e na pecuária suas principais riquezas. O memorial está amplamente fundamentado e como o incorporarei neste meu pronunciamento, desnecessário torna-se que aqui demonstre a sua procedência, bem como a importância que teria para *Buquim e todo o Sul sergipano* a instalação da Agência do Banco do Brasil. Tão logo chegou-me às mãos esse documento, dei-lhe total apoio. Em conseqüência, fui ao Banco do *Brasil, a fim de entregá-lo, pessoalmente, ao ilustre Presidente* Nestor Jost. Este, infelizmente, não se encontrava em Brasília. Não querendo retardar de um dia sequer a justa pretensão *do povo de Buquim, pedi ao Dr. Camilo Calazans*, Diretor do Banco do Brasil para a Região Nordeste, o encaminhasse àquele a quem estava dirigido, expressando o meu *integral apoio à reivindicação.*"

Recebi naquele dia 15 de maio, neste Plenário, quando proferia o meu *pronunciamento, apoio dos eminentes Senadores Paulo Guerra*, José Lindoso, Vasconcelos Torres, Heitor Dias, Saldanha Derzi, Flávio Britto, Carlos Lindemberg, Antônio Carlos e Fausto Castelo-Branco.

No dia 10 de junho recebia carta do Presidente Nestor Jost, transcrita em nossos Anais, como parte integrante de discurso que voltei a proferir, no dia 11, *sobre o mesmo assunto. Em sua atenciosa* carta, o Presidente do Banco do Brasil dizia-me que "já mandei estudar com o maior carinho" o meu pedido, acrescentando: "se puder comunicar-lhe brevemente a criação da *filial de Buquim, creio que a* minha satisfação será particularmente grata, por atender à sugestão de um amigo que tão bem representa os interesses do Estado de Sergipe.

Tempos depois, o Dr. Camilo Calazans, um dos grandes Diretores que o Banco do Brasil já teve, e que tantos e tão relevantes serviços prestou ao Brasil e, especialmente, ao Nordeste, me informava ter sido decidida a criação da Agência de Buquim.

Com a mudança da Direção do Banco do Brasil, no atual Governo, empenhei-me junto ao Presidente Ângelo Calmon de Sá, no sentido de não só manter a decisão da administração anterior como, sobretudo, para que a nova agência fosse inaugurada o mais depressa possível. E, nesta tarefa, contei com o apoio decidido do Dr. José Aristóphanes Pereira, Diretor do Banco do Brasil para a Região Nordeste, que vem desincumbindo-se com dedicação e capacidade na sua Diretoria.

Este rápido retrospecto, Sr. Presidente, se tornava necessário para a boa compreensão da satisfação com que participei, ontem, da solenidade de inauguração da Agência do Banco do Brasil em Buquim, instalada com esmero e dispondo de tudo que é necessário ao seu perfeito e eficiente funcionamento. Compartilhei da imensa alegria e da satisfação da população daquele próspero Município de *Sergipe, que passou a dispor*, desde então, de uma Agência do Banco do Brasil, o que constituirá marcante ponto de apoio para o desenvolvimento, não só da cidade, como de ampla e rica região do *Estado de Sergipe. Mais uma vez*, vemos o Banco do Brasil corresponder às esperanças e aos desejos do povo trabalhador do interior, cuja incansável labuta tanto contribui para o engrandecimento *deste País.*

Falaram na solenidade de inauguração da Agência de Buquim o seu Gerente, Sr. Ebenezer Walter Araújo do Nascimento; o Prefeito *Horácio Fernandes Fontes; o Presidente* Ângelo Calmon de Sá e o Governador José Rollemberg Leite. Os discursos do Presidente Ângelo Calmon de Sá e do Prefeito Horácio Fernandes Fontes, assim *como o telegrama que recebi do Dr. Camilo Calazans de Magalhães*, Presidente do Instituto Brasileiro do Café, solicitando-me que o representasse na inauguração, tornarei parte integrante deste meu pro*nunciamento.*

Foi uma grande festa a que compareceu o povo buquinense, em massa, através de todas as suas classes sociais, destacando-se, além das autoridades citadas, o Vice-Governador Antônio Ribeiro Soutelo; o Dr. José Aristóphanes Pereira, Diretor do Banco do Brasil para a Região Nordeste; o Doutor Hélio Pereira de Melo, Engenheiro-Chefe da 4ª Residência do DEPEP; o Professor Carlos Alberto de Barros Sampaio, Presidente do Tribunal de Contas do Estado; Deputados, Prefeitos, Vereadores, Secretários de Estado, o Dr. Wilson Santos Garcia, Gerente da Agência em Aracaju; gerentes de agências do Banco do Brasil no interior sergipano, funcionários deste Banco, industriais, pecuaristas, agricultores, estudantes e convidados.

A nova Agência dispõe de instalações excelentes e nela foi empregada a verba de 1 milhão e 300 mil cruzeiros. Sua inauguração despertou regozijo em toda a região que por ela será altamente beneficiada, pois, zona rica e próspera, disporá agora de poderoso instrumento para a dinamização maior do seu progresso, contribuindo ainda mais para o desenvolvimento e o enriquecimento do Estado.

Não poderia deixar de aludir a acontecimento tão auspicioso para Buquim e é do meu dever congratular-me com o Governador José Rollemberg Leite por inaugurar-se no seu Governo mais essa Agência do Banco do Brasil. Felicito o digno Prefeito Horácio Fernandes Fontes por assistir tornar-se vitoriosa a reivindicação há tempo por ele abraçada e de que fui portador junto ao Banco, e também felicito o lídimo representante do Município na Assembléia Legislativa, incansável batalhador em defesa dos interesses de Buquim, Deputado José Cleonancio da Fonseca. Congratulo-me com o povo de Buquim, que será sobremodo beneficiado pela nova Agência, a que fez jus por seu dinamismo e seu trabalho e que lhe permitirá contribuir ainda mais para o crescimento econômico do meu Estado.

Finalmente, desejo expressar, com este registro, os agradecimentos de Sergipe à alta Direção do Banco do Brasil, de maneira especial ao seu ilustre e dinâmico Presidente Ângelo Calmon de Sá, que, com a sua extraordinária capacidade de trabalho e competência, está sempre presente em tudo que diz respeito ao estabelecimento que dirige com acerto e probidade, assim como ao operoso Diretor da Região Nordeste, Dr. José Aristóphanes Pereira, na reafirmação dos firmes propósitos do povo sergipano de tudo empreender em prol do rápido desenvolvimento econômico e cultural do Estado, na luta para transformar, o mais rapidamente possível, o Brasil numa grande potência, como é desejo do eminente Presidente Ernesto Geisel, que tudo tem feito, como responsável pelos destinos da Nação, na luta comum pelo desenvolvimento do País, não só no campo econômico, mas, fundamentalmente, no setor social, no qual o homem é a meta final para que possamos ter, muito breve, uma sociedade próspera, sem desajustes e repleta de bem-estar com que tanto sonham todos os brasileiros. **(Muito bem!)**

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. LOURIVAL BAPTISTA, EM SEU DISCURSO:

Discurso pronunciado pelo Prefeito de Buquim, Horácio Fernandes Fontes, quando da inauguração da Agência do Banco do Brasil, em 15 de setembro de 1975.

O Município de Buquim e especialmente o seu Prefeito têm muita honra em receber a Agência do Banco do Brasil que representa mais uma conquista obreira do povo desta terra. Os bancos têm sido, na história das relações econômicas do Brasil, testemunhas de fases progressistas, prosperidade e comércio forte. Aqui também, tenho certeza, uma agência do Banco do Brasil vem servir para testemunhar o movimento comercial e a fase de prosperidade que, graças a Deus, atravessamos, todos os de Buquim.

Não foi sem luta que alcançamos, todos nós, a vitória final. Mas sei que somente com lutas e, não raro, com sacrifícios, se pode alcançar ideal progresso e bem-estar que persigo nesta administração, na minha terra, honrando as tradições de outros administradores municipais que sempre deram de tudo, muitas vezes sem recursos e sem ajudas, para engrandecer este Município. Hoje Buquim merece e recebe uma agência do principal e modelar estabelecimento bancário do País.

É motivo de orgulho para o Prefeito a inauguração que hoje acontece, da Agência do Banco do Brasil. Porque representa mais uma etapa vencida, uma missão a menos no rol daquelas que pretendi, nos quatro anos, executar, para revigorar a economia do Município, com os instrumentos básicos de que são precisos para integrar Buquim no processo global do Estado, ocupando um lugar que, de direito, pela sua privilegiada posição de produtor de cítricos, tem entre os demais Municípios do Estado.

Excelentíssimas autoridades, minhas senhoras e meus senhores: Não poderia deixar de registrar, com poucas palavras, a eficiente colaboração que o Município recebeu para tornar real o sonho desta Agência do Banco do Brasil entre nós. E começo pelo eminente e grande brasileiro Dr. Camilo Calazans de Magalhães, hoje Presidente do Instituto Brasileiro do Café, que exerceu com extrema felicidade o cargo de Diretor da Carteira de Crédito para as Regiões Norte e Nordeste do Banco do Brasil, aceitando o pleito de Buquim que era simples e pedia tão-somente a instalação de uma agência do Banco do Brasil. Ao Dr. Camilo Calazans de Magalhães, a gratidão permanente do povo de Buquim, especialmente lembrada neste dia de festa. A partir de hoje o nome Camilo Calazans fica ligado à nova Agência do Banco do Brasil, na nossa terra.

Agradeço em nome do Município e do povo ao atual Presidente do Banco do Brasil, Dr. Ângelo Calmon de Sá, figura respeitável nos meios financeiros do País que empresta a sua experiência anterior para o Governo brasileiro para que possa atingir, com sua política de créditos, os objetivos traçados e que vêm sendo seguidos pelos Presidentes da Revolução. Ao Dr. Ângelo Calmon de Sá, o nosso melhor agradecimento.

Trago o abraço agradecido a este que foi um batalhador pela instalação da Agência do Banco do Brasil em Buquim, o Senador Lourival Baptista, que, usando da tribuna do Senado e do seu prestígio junto às autoridades federais, conseguira demonstrar, com dados eloqüentes, a viabilidade econômica da agência pretendida por este Município. Vitorioso o Senador na sua solicitação, uma vitória, que é de todo o Município de Buquim e, porque não dizer, do Estado de Sergipe, que recebe mais incentivos do Banco do Brasil, com mais uma agência. Ao Senador Lourival Baptista, amigo de Buquim, a amizade dos buquinenses.

É necessário que, por dever de justiça, seja registrado o serviço prestado até hoje pela Agência do Banco do Brasil em Estância, destacando a cobertura dada pelo Gerente Jorge Uzeda aos seus dignos auxiliares, aos citricultores, agricultores e pecuaristas de Buquim, que, sempre movimentaram as suas contas na Agência de Estância, contando com um serviço e uma atenção que se destacam no trato sempre prestimoso do amigo Jorge Uzeda. A ele também depositamos todos nós os melhores agradecimentos. Ao Sr. Gerente de Buquim e demais funcionários as nossas boas-vindas.

Por terminar, como Prefeito de todos, quero reafirmar a satisfação, a honra e o orgulho deste Município e de sua comunidade, pela inauguração que torna real um desejo antigo, aquele de contar com uma agência bancária do Banco do Brasil que será, sem dúvida, local de encontro e referência da economia de Buqim.

Buquim continuará fazendo por merecer tal honraria, pelo esforço dos seus filhos que labutam de sol a sol, criando a grandeza deste Estado que será, no dizer do ex-Presidente Médici: O gigante do Nordeste.

Discurso proferido pelo Dr. Ângelo Calmon de Sá, Presidente do Banco do Brasil S.A., na solenidade de inauguração da Agência daquele Banco em Buquim, Estado de Sergipe, em 15 de setembro de 1975.

Buquim vive, hoje, indiscutivelmente, um dos seus melhores dias.

2. Vimos acompanhando a justa ansiedade com que a gente desta terra aguardava a inauguração desta Agência.

3. Políticos, agricultores, comerciantes, pessoas de todas as atividades aguardavam ansiosamente este dia. E ele chegou, trazendo a todos renovadas esperanças. Nada melhor do que termos pela frente uma boa expectativa. Aqui se alimenta a expectativa de que este acontecimento há de trazer melhores dias, mais prósperos para este Município, onde reside população superior a 14 mil habitantes.

4. Longe vão os tempos em que a antiga Freguesia de Senhora Santana da Lagoa Vermelha despontava como vila, impulsionada pelo calor da vibração dos seus ilustres filhos, entre os quais registra a História os nomes do Coronel José Batista, Major Venâncio da Fonseca Dória, Manoel Antônio da Fraga e Antônio Araújo, tocados todos do mesmo entusiasmo com que também vibrava o Padre Manoel Nogueira Cravo.

5. É alentador para os buquinenses constatar que o trabalho dos pioneiros encontrou ressonância no ânimo dos que viriam depois, de tal sorte que hoje está aí sua cidade a dar mostra de potencialidade econômica, recebendo sua Agência do Banco do Brasil, como uma demonstração do progresso já alcançado, e marco definidor de uma nova arrancada.

6. Não é sem razão que os buquinenses esperavam tão ansiosamente este dia. Ninguém desconhece o que significa a presença física do Banco do Brasil numa região. Certo que esse Município estava recebendo a ajuda creditícia do Banco através de outras agências. *Mas a criação de uma nova dependência, redistribuindo trabalhos,* alivia a carga de serviços das outras filiais e, naturalmente, uma e outras terão condições de atender com maior presteza e melhor oportunidade os pleitos formulados.

7. Não é também de relegar a plano secundário o fato de que a Agência significa para a cidade a chegada de novo contingente populacional, os funcionários e suas famílias, que há de integrar-se no contexto econômico, cultural e social da terra. Os jovens, de ambos os sexos, vêem isso com muita alegria, pois muitos alimentam o desejo de, enfrentando amanhã um concurso de seleção, entrar para os quadros funcionais do Banco, podendo servir aqui mesmo em sua terra natal, sem que precisem buscar noutras paragens trabalho compensador.

8. Por todas essas razões é que as elites representativas vêm, desde algum tempo, reivindicando a instalação desta Agência.

9. Exemplo disso temos no ilustre Senador Lourival Baptista, que mais de uma vez, no Parlamento ou fora dele, levantou sua voz de nordestino vibrante em favor desse evento. Seus reclamos foram ouvidos, os estudos foram processados e, ainda na gestão do Doutor Nestor Jost, meu antecessor na Presidência do Banco, foi criada a Agência.

10. O Senador Baptista tem consciência do que significa uma Agência do Banco no quadro sócio-econômico de uma região. Por isso, como lídimo representante do povo sergipano na Câmara Alta — e nós do Banco temos respeito e admiração aos que militam na Política, fazendo dela instrumento de bem servir à causa comum — S. Exª mostrou-se sempre ávido de que este acontecimento ocorresse *quanto antes.*

11. E eis que aqui estamos, nesta data memorável, tornando realidade o sonho dos buquinenses e dos seus dignos representantes.

12. Também devo mencionar o esforço do digno Prefeito desta cidade, Sr. Horácio Fernandes Fontes, ao ter a iniciativa de levantar a reivindicação que ora se concretiza. Mostrou, sem dúvida, amor à terra, capacidade administrativa e visão ao lutar por este *melhoramento para o povo que o elegeu.*

E não poderia deixar de salientar, neste momento, o grande interesse com que o Dr. Camilo Calazans, meu grande amigo e insígne sergipano, atuou no sentido da sua concretização. Isso quando Diretor do Banco do Brasil para a Região Nordeste, cargo no qual tanto serviu ao Brasil e, especialmente, ao povo nordestino, a cuja disposição colocou sua excepcional capacidade de trabalho e dedicação.

13. Não me filio, por temperamento e convicção, à corrente dos pessimistas, que vêem tudo com olhos de desânimo. Prefiro ver as coisas com olhos claros. O Governo vem-se empenhando ardorosamente para, em curto prazo, integrar o Brasil no rol dos países desenvolvidos. É um trabalho sério que se está levando a efeito em todos os campos: *no político, no econômico, no social.*

14. Claro que não deve haver lugar para otimismos exagerados, mas não devemos ficar de fora nesta tarefa imensa de fazer o Brasil crescer. Ao revés disso, devemos formar fileiras ao lado dos que se empenham, com denodo, dedicação e entusiasmo, na tarefa sobremodo digna, embora às vezes árdua, de conduzir este País aos elevados desígnios que lhe estão reservados.

15. É pensando assim que nós do Banco do Brasil, dirigentes e funcionários, todos juntos, conscientes do papel que nos cabe na execução da política creditícia do Governo, estamos sempre atentos e podemos assegurar, sem falsa modéstia, que não deixaremos de cumprir a nossa parte, levando o crédito, tanto que possível desburocratizado, onde ele se faça necessário, e ajudando a criar os indispensáveis estímulos para o aumento da produção e da produtividade, com vista, inclusive, a reduzir desequilíbrios de natureza regional ou setorial.

16. Como nordestino que sou, conheço muito bem — como não poderia deixar de ser — a situação ainda desigual em que se encontra o Nordeste em relação ao Centro-Sul do País. Mas já houve quem dissesse que os empecilhos existem para que os homens procurem afastá-los, e os afastem. Cabe, pois, a todos e a cada um a tarefa de laborar, de uma maneira ou de outra, para que no amanhã os nossos filhos, numa visão retrospectiva, possam compreender e afirmar que desempenhamos bem o nosso papel no esforço conjunto de desenvolvimento integrado do País.

17. A participação do Nordeste no total das aplicações do Banco do Brasil já se apresenta bastante expressiva. Em fins do último semestre, a *2ª Região Operacional, dirigida pelo eficiente Diretor* José Aristóphanes Pereira, e que abrange todo o Nordeste, exceto o Maranhão, apresentou um total de aplicações de Cr$ 14 bilhões e 670 milhões, para um montante de Cr$ 99 bilhões de empréstimos em todo o Brasil. Desses quase quinze bilhões de cruzeiros aplicados no Nordeste, cerca de 8 bilhões e meio foram destinados à agropecuária: mais precisamente, 5 bilhões e meio na agricultura e 2 bilhões, 972 milhões na pecuária. A indústria e o comércio registram a cifra de 6 bilhões e duzentos milhões de cruzeiros. Vê-se que a participação do Nordeste já atinge 14,7 sobre o total de empréstimos em todo o Brasil.

18. O Estado de Sergipe recebe assistência da ordem dos Cr$ 700 milhões e oferece boa perspectiva de incremento através de suas agências, cujo número agora se eleva para 10. Estaremos atentos às particularidades dessa economia e não descuraremos de continuar dando o nosso apoio aos justos pleitos que nos sejam apresentados. No caso de Buquim e dos Municípios que integram a zona de atuação da Agência, estamos diante de uma área com vocação predominantemente agrícola, destacando-se a cultura da laranja e de gado bovino, com rebanho superior a 20.000 cabeças.

19. *A presença do Banco do Brasil aqui haverá de concorrer* para que doravante se procure produzir mais e melhor. Não basta produzir, urge produzir bem. Quando dizemos produzir bem, temos em vista a qualidade dos produtos — que deve ser sempre melhorada, quer para o consumo **in natura**, quer como matéria-prima para a indústria, na qual não devemos deixar de pensar quando se tem em mira um desenvolvimento integrado da economia — e levamos em conta também a produtividade dos fatores.

20. É preciso fazer com que a terra ofereça melhor rendimento e que os frutos desse rendimento sejam criteriosamente repartidos, pois não podemos deixar de reconhecer, para o País como um todo, os benefícios que significa a criação de um mercado amplo, um mercado de massas, e esse não se faz senão com empregos em que as pessoas trabalhem e ganhem o bastante para que tenham poder de compra. Vontade de comprar sempre existe; o que não há, muitas

vezes, é a possibilidade material de comprar — o poder aquisitivo — pois isso só acontece quando as pessoas percebem rendimentos em nível adequado.

21. Reafirmamos aqui nossa crença no desenvolvimento do País e, dentro dele, no desenvolvimento do Nordeste. Os caminhos já se abrem para isso através dos mecanismos criados pelos Governos da Revolução e que vêm sendo implementados, não só em relação ao Nordeste, mas com vista também a outras regiões, como a Amazônia e o Planalto Central.

22. O que se quer é uma ação integrada eficaz nas áreas prioritárias, associando-se, assim, Governo, empresas e trabalhadores, com adequado instrumental e recursos financeiros suficientes, de sorte que se possa impulsionar os programas e projetos que objetivam levar o País, ainda nesta década, a uma posição de relevo. Não devemos esquecer de que seremos no fim do século um País de 200 milhões de habitantes. Temos que estar preparados para isso.

23. Até 1979 teremos superado a barreira dos 1.000 dólares de renda **per capita.** Note-se que os técnicos do Instituto Hudson davam para o Brasil 506 dólares no ano 2.000. Mas o Brasil é um País com tal potencialidade que desconcerta, como no caso, as previsões dos técnicos.

24. O Governo está empenhado em desenvolver o nível de emprego, com um crescimento a taxas superiores a 3,5% ao ano, expectativa que poderá mesmo ser superada. O II PND espera que sejam criados no período 1975/1979 seis milhões e seiscentos mil empregos novos, reduzindo-se grandemente a margem de subemprego nos campos e na periferia das cidades.

25. O Banco do Brasil está consciente de que o País muito espera de sua participação nessa grande tarefa de buscar, gradual, mas firme e denodadamente, atingir patamares que o coloquem no rol das nações desenvolvidas. Isso não se faz senão com sacrifícios; com muito trabalho, e diríamos mesmo com fé, confiança e entusiasmo.

26. Queremos, pois, dar o testemunho de nossa presença, como instrumento de ação do Governo num setor dos mais significativos — o setor do crédito — levando aos empresários, grandes, médios e pequenos, a certeza de que não estão sozinhos. Ao lado deles está o Banco do Brasil, emprestando seu apoio, na forma de créditos adequadamente dimensionados para a agricultura, a pecuária, a indústria, o comércio. Nesse mister, não nos esquecemos de oferecer nossa contribuição aos particulares, os profissionais liberais, os empregados dos diversos setores, para os quais destacamos também linhas especiais de crédito, de sorte que a comunidade receba, toda ela, o influxo benéfico da presença do Banco do Brasil. Presença efetiva, atual, viva, que se traduz na criação de estímulos para o trabalho de todos e de cada um, com vista ao objetivo maior, que é o bem-estar da coletividade. Somos, pois, como Banco do Governo, instrumento de fomentar riquezas, de gerar entusiasmo, de contribuir para a solidificação da confiança num amanhã ainda mais promissor, pois para isso é que trabalhamos todos nós, sob a sábia orientação do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, General Ernesto Geisel, cujo Governo vem reforçando em todos nós a convicção de que o Brasil caminha para dias de prosperidade, a despeito das naturais dificuldades que vez por outra tem de enfrentar.

Ao entregar a Buquim mais esta Agência do Banco do Brasil, agradeço ao eminente Governador José Rollemberg Leite a gentileza com que nos recebeu e a honra de presidir esta solenidade, almejando-lhe um profícuo governo.

27. Sinto-me particularmente feliz em presidir um Estabelecimento com a tradição de grandeza do Banco do Brasil. Confio em Deus que — com a ajuda dos meus companheiros de Diretoria e do corpo de funcionários da Casa, integrado por servidores do melhor quilate, com os quais tenho contado desde a primeira hora da minha gestão — confio em Deus, como dizia, que não me há de faltar força nem entusiasmo para, à frente desse grande estabelecimento de crédito, dar o melhor de mim mesmo para corresponder às expectativas gerais quanto à ação do Banco na tarefa extraordinária de contribuir para o mais rápido crescimento da economia brasileira. E é através da nossa rede de agências, espalhadas por todo o Território Nacional, que podemos atingir esse desiderato, pois é por meio delas que nos chegam as informações, de diversa ordem, de que carecemos para os estudos que temos de empreender, e é também por meio delas que distribuimos o crédito, com o qual se vai fortalecendo a economia, na medida que esse crédito gera novas riquezas, cria novos empregos e contribui para a melhoria da qualidade de vida do cidadão brasileiro.

Com estas palavras, dou por inaugurada esta vossa Agência do Banco do Brasil.

Telegrama enviado pelo Dr. Camilo Calazans de Magalhães ao Senador Lourival Baptista:

Excelentíssimo Sr. Senador Lourival Baptista
Avenida Ivo do Prado 44
Aracaju — Sergipe

327/75 — Recebi convite para participar inauguração Agência Banco Brasil e festividades IX Festa Laranja que se realizará naquela localidade no período de 13 a 24 corrente a vista disso e considerando que compromissos anteriormente assumidos para aquelas datas impedem-me viajar meu Estado natal encareço eminente Senador fineza representar-me citadas solenidades. Cordiais saudações — Camilo Calazans de Magalhães — Presidente do Instituto Brasileiro do Café.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Senador Ruy Santos, que falará como Líder.

O SR. RUY SANTOS (ARENA — Bahia. Como Líder, pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores:

O desenvolvimento vem sendo retardado por dois fatores — duas grandes manchas no organismo nacional — o analfabetismo e a mortalidade notadamente a infantil. As taxas de analfabetos vêm sendo reduzidas pelo MOBRAL, com a ampliação também da mão-de-obra qualificada, enquanto a mortalidade infantil — esta tragédia brasileira — somente agora, em verdade, começa a ser encarada com seriedade. No seu esplêndido livro **Momento de Decisão**, os Professores Mihajlo Mesarovic, de Ohio, e Eduardo Pestel, de Hannover, dizem que "a morte de um indivíduo é uma tragédia — enquanto que a morte de um milhão é estatística — e acrescentam — é o que andam dizendo os cínicos. Mas a morte de centenas de milhões poderá significar, muito bem, essa tragédia sem precedentes para o mundo inteiro". Enquanto o coeficiente de mortes na primeira infância, por mil, em 1964 e 1966, era na Suécia de 13, na Inglaterra e no Japão 19, nos Estados Unidos 23, na Venezuela 45, no México 54, e no Chile 107, no Brasil estimava-se em 105. Segundo o IBGE, nas Capitais brasileiras, foram apontadas, em 1972, cifras alarmantes: 119,3 em Fortaleza; 156,6 em João Pessoa; em Maceió, 128,4; em Recife, 175,4; enquanto em Porto Alegre, 58,4; em Teresina, 70,0; Manaus e Cuiabá, 70,0 e em Aracaju, 38. Temos que reconhecer, entretanto, que estes dados — em decorrência da precariedade da nossa estatística sanitária, não podem ser levados a sério já que disparatados, por vezes, os números de um ano para o outro; e tanto que, no ano anterior a esse que indiquei, o coeficiente na Capital amazonense era de mais de 70. Em Fortaleza, Cuiabá, Recife também muito mais elevados. E vários fatores contribuem para que não mereçam fé certos dados. Assim:

a) a deficiência do registro civil;

b) o óbito registrado em local diferente do nascimento;

c) mortes nos primeiros dias de vida indicados como natimortos;

d) mortes com mais de doze meses referidos como de menos de ano.

A investigação da Organização Mundial da Saúde

De há muito que o problema da mortalidade infantil inquieta a todos os estudiosos das questões americanas; e já em 1961, as nações

do hemisfério, reunidas em Punta del Este, estabeleciam como uma das metas a serem buscadas pelos países do Continente, a redução, pelo menos à metade, da mortalidade dos menores de 5 anos, num prazo de 10 anos. Estes 10 anos já se foram — estamos em 1975 — e o problema continua inquietante, a mesma tragédia. Daí a necessidade de uma análise serena, face a dados merecedores de fé, esmiuçando todas suas causas, com a apresentação de solução ou soluções, a serem examinadas. Partiremos para isso dos elementos fornecidos pela Organização Mundial da Saúde, levantados entre os anos de 1968 e 1972, através de quinze projetos, entre os quais um dos Estados Unidos, na Califórnia; outro no Canadá, Shevbrook; dois na Argentina, Chaco e San Juan; um na Bolívia, em La Paz e numa comunidade rural; um no Chile, em Santiago e em comunidades rurais; três na Colômbia, em Cáli, Cartagena e Medelin, um em El Salvador, na Capital e municípios rurais; um em Jamaica, Kingston; outro no México, Monterrey; e três no Brasil, na cidade de São Paulo, em Ribeirão Preto, incluída a cidade de Franca, e no Recife. Anteriormente fora feita uma investigação, na América, em 1962 e 1964, onde se apurou que as características variavam muito, com diferenças que impunham exame mais cuidadoso do problema, com planificação, em que as falhas iniciais fossem evitadas, dada atenção a fatos que, na primeira investigação, passaram desapercebidos, como o ambiente citadino ou rural. Questionários cuidadosos foram, então, elaborados. O atestado de óbito passou a ter validade relativa: é que crianças dadas como natimortos tiveram horas ou dias de vida; a **causa mortis** era imprecisa em certos atestados, donde a necessidade das informações complementares da mãe e do hospital; a subnutrição, que era causa auxiliar, dada, por vezes como causa única; o peso ao nascer, elemento importante, e então desprezado, foi apurado e conseguido em mais de três quartas partes das criança mortas em Recife e Ribeirão Preto; a idade da mãe ao ter a criança que veio a falecer também pesquisada, como o número de filhos e a ordem da morte; a situação do casal quanto a sua constituição; a profissão do pai; a assistência que teve a gestante; o seu ambiente doméstico, se a morada era servida com água tratada e serviço de esgoto; a preparação dos entrevistadores; a separação dos grupos estudados em neo-natal (quatro semanas de vida), post-neo-natal (de 28 dias a 12 meses) e os entre um e cinco anos. As áreas brasileiras foram escolhidas após cuidadoso critério: São Paulo, por ser a Capital brasileira de maior desenvolvimento e melhor nível de vida: Ribeirão Preto, pela vantagem de possibilitar o recrutamento de pessoal de alto nível; e Recife, por estar no Nordeste, a região mais subdesenvolvida do País, e onde se indicavam altos índices de mortalidade infantil.

Os projetos brasileiros

Recife, à época da investigação, já contava com mais de um milhão de habitantes e 202 mil unidades residenciais, das quais apenas 31,4% contavam com abastecimento de água corrente. A cidade possuía 45 hospitais, dos quais 9 infantis e 36 atendendo também a crianças; era servida por 2.000 médicos, 200 enfermeiros, 450 auxiliares de enfermagem e 150 assistentes sociais; vale destacar, porém, que apenas 61 parteiras diplomadas tinham função em hospitais, atendida a população por cerca de 500 aparadeiras ou curiosas. A investigação na Capital pernambucana foi feita nos Distritos de Beberibe, Encruzilhada e Casa Amarela com a população de 365 mil habitantes (34% da cidade) e — diz o relatório — com "condições sócio-econômicas e culturais representativas de toda a cidade".

O projeto de Ribeirão Preto foi realizado em setores urbanos de Ribeirão Preto, na cidade de Franca e em outras comunidades menores, como Batatais, Brodósqui, Cravinhos, Sertãozinho e Jardinópolis, com população calculada para a metade do projeto de menos de 300.000 habitantes. Em Ribeirão Preto, funcionavam, ao tempo da investigação, 9 hospitais com 1.495 leitos; em Franca, dois hospitais com 400 leitos, e, nas outras cidades, um hospital em cada, com o total de 349 leitos. A área do projeto era atendida por 500 médicos.

No Município de São Paulo, Capital do Estado, foi selecionado o Distrito do mesmo nome, onde se encontram 90% da população da cidade; destaca, porém, o relatório da Organização Mundial da Saúde que a população tem crescido impressionantemente sem correspondência aos serviços d'água, esgoto e moradia. E é esta a população, acrescida com a descida principalmente do Nordeste, que contribui "consideravelmente, segundo ainda o relatório, para a elevada mortalidade infantil desta área".

Imprecisão de dados

A investigação nos projetos realizados no Brasil foi prejudicada, em parte, pela imprecisão de dados, deficientes mesmo. Observou-se, e isso não só no Brasil, "a falta de uniformidade no emprego de termos, tais como aborto, nascido morto e nascido vivo" em "proporções suficientes para invalidar muitas comparações. "Numa apreciação simplista dir-se-á que o importante é saber se a criança morreu ou viveu; um inquérito, porém, não pode ter essa simplicidade que pode descaracterizar os dados recolhidos, não contribuindo para a luta contra a morte. E tudo isso vinha sendo feito com desrespeito ou ignorância das normas há tempo baixadas pela Organização Mundial da Saúde, quanto aos nascidos vivos ou morte fetal, neste caso, morte fetal, é a morte do produto antes da expulsão, enquanto o nascido vivo é o que respirou, pouco tempo que seja, após deixar o ventre materno. Em São Paulo mesmo foram registradas mortes fetais como mortes infantis, isso foi verificado até nos Estados Unidos, o que pareceu justificar — na crença da Organização Mundial de *Saúde — seus coeficientes de mortalidade infantil serem mais elevadas* que na Europa. Por outro lado, em cinco dos projetos executados 10% ou mais das mortes verificadas dentro das primeiras quatro semanas não foram registrados.

Houve também a anotação de falta de dados quanto ao registro civil. Em mais de um projeto, apenas 5% das crianças mortas tiveram registrado o seu nascimento, o que dificultou a comparação. Mesmo apelando, como se apelou, para a certidão do batismo, anotou-se — o que sabemos bem — e compreendemos — que além de existirem casos com batismo tardio, o morto não havia sido batizado. Mesmo porém, com esta deficiência de dados, apurou-se que as taxas de natalidade por mil habitantes foram de 41.6 em Recife; 25.6 em Ribeirão Preto; 30.9 em Franca; e 24.8 em São Paulo, o que confirma a prolificidade da mulher nordestina, onde os processos de limitação da natalidade são pouco usados. Como se verificou em São Paulo, a taxa de natalidade caiu de 33.5 por mil habitantes em 1961, para 26.3, e, em 1970, houve uma redução de 21% em 10 anos.

Por sua vez, nos casos analisados, nem sempre a informação médica foi possível; em Recife, por exemplo, apenas em 57.0 dos casos isso foi conseguido; já em Ribeirão Preto apenas nove famílias não foram localizadas para os dados complementares. Isso sem falar nas dificuldades criadas pela migração interna, com nascidos e mesmo residentes numa localidade e o óbito verificado em outra. E nem é bom falar naqueles outros casos em que a autópsia não confirmou a **causa mortis** indicada no atestado.

O peso ao nascer

As investigações quanto a mortalidade infantil revelaram cifras elevadas de crianças mortas no período neo-natal com peso, ao nascer, inferior a 2.500 gramas. E isso se verifica, em grande parte, como decorrência da subnutrição materna no período de gestação. Assim, na Guatemala, o fornecimento de alimentação suplementar a mãe fez com que o peso médio da criança ao nascer passasse de 2.960 para 3.330 gramas. E aquela subnutrição repercute não só no estado físico do filho como no seu desenvolvimento mental.

Há impressionantes dados a respeito, quanto a repercussão, na vida futura, por essa deficiência. Passou-se assim a calcular as taxas de mortalidade neo-natal, segundo o grupo de peso ao nascer.

Nos projetos realizados no Brasil, não foi possível ter-se este dado em cem por cento dos casos; assim, em Recife, só em 46.1; em Ribeirão Preto 81.0; em Franca 61.3 e em São Paulo, 73.6. Mas, mesmo

com estas deficiências de cifras, nos projetos latino-americanos — diz o Relatório — "as percentagens de mortes neo-mentais nos grupos do peso ao nascer de 1.100 a 1.500 gramas e de 1.600 a 2.000 gramas, foram relativamente elevados", o óbvio, aliás.

Nos projetos realizados pela Organização Mundial da Saúde, no Brasil, apuraram-se os seguintes dados quanto aos óbitos de crianças menores de cinco anos: no Recife, em menores de 5 anos 29.3 por mil habitantes; em menores de um ano, 91.2, por mil nascidos vivos, lá por habitantes; cá por nascidos vivos. Em idade neo-natal, 35.3 por mil nascidos vivos. Em Ribeirão Preto, respectivamente, 10.9, 43.0 e 24.0. Em Franca, 19.4, 71.5 e 36.9. Em São Paulo, 17.7, 65.1 e 33.7. Há diferença entre estes dados — é bom destacar — e os oficiais dos serviços da Saúde Pública e estes sempre elevados para mais...

O Sr. Heitor Dias (ARENA — Bahia) — Permita-me V. Exª um aparte. (**Assentimento do orador.**) O discurso de V. Exª enfoca um dos problemas mais sérios do nosso País. E as cifras que V. Exª apresenta têm uma horizontalidade marcante. Esses números, no que diz respeito à mortalidade infantil, não se circunscrevem às zonas chamadas subdesenvolvidas; não estão situadas, apenas, no Norte do País ou do Nordeste. Vemos V. Exª citar o Estado de São Paulo, relacionando, inclusive, cidades da mais alta importância. Chega-se, então, à conclusão, em face do progresso do Brasil, que não se pode discutir nem negar, de que tem havido não digo descaso mas pouca ênfase da Administração nesse setor tão importante da vida nacional. Por isso, bato palmas às últimas declarações do ilustre Governador Paulo Egydio, de São Paulo, quando acentuou, falando à Imprensa faz poucos dias, que se tivesse — por contingência de verbas orçamentárias — de optar entre a construção de uma segunda pista da Rodovia dos Imigrantes e cuidar de assuntos diretamente ligados à periferia de São Paulo, não teria dúvidas de fazer a sua opção pela segunda parte do dilema. Isso demonstra a sua sensibilidade de governante e de homem público. São tais, em verdade, as grandes camadas atingidas, sobretudo, pelos pequenos salários, pelo desemprego, pelo ganho de biscates, de que muitas famílias vivem — não podem obter os meios necessários à sua nutrição! E as mulheres, conseqüentemente, são as que mais sofrem, sobretudo as que se encontram em estado de gestação — e a este fato fez V. Exª referência especial — assim como as crianças que hão de nascer desses ventres absolutamente desnutridos. Desse modo, quero congratular-me com V. Exª pelo seu discurso, pela seriedade com que tratou da matéria, unindo às palavras números estatísticos que, quando nada, servirão para alertar a consciência dos governantes brasileiros. Muito obrigado a V. Exª

O SR. RUY SANTOS (ARENÁ—Bahia) — Agradeço a V. Exª o honroso aparte. Mais adiante, no meu discurso, V. Exª verá, pelas soluções que proponho, como tem havido descaso por parte da administração pública.

Continuando, Sr. Presidente, diferenças entre os dados oficiais e aqueles do inquérito, que o Relatório atribui à deficiência do registro de nascimento — deficiência de 9,5% em São Paulo — e a inclusão nos dados de mortos não residentes nas áreas projetadas. E diz o relato da Organização Mundial da Saúde: "as taxas de mortalidade, nas cinco áreas de projeto do Brasil, variavam de maneira considerável, desde uma cifra relativamente baixa, na cidade de Ribeirão Preto, até outra muito elevada em Recife;" nas áreas estudadas no Estado de São Paulo, os resultados em Franca, 300 kms de Ribeirão Preto, são bem maiores que aqueles desta última cidade. Merece destaque, ainda, a ascensão da mortalidade infantil no Estado de São Paulo, que passou de 75,9, em 1966, para 83.6, em 1970, enquanto, em dez anos, as taxas de mortalidade, por mil habitantes, caíram em 21%.

As causas da mortalidade infantil

O relatório da Organização Mundial da Saúde apresenta as seguintes causas de mortalidade infantil: moléstias infecciosas, deficiência alimentar, moléstias do sistema nervoso, moléstias do aparelho respiratório, anomalias congênitas, causas perinatais, afeções maternas, lesões devidas ao parto, doenças da placenta e do cordão, moléstia hemolítica, afecções anóxicas e hipóxicas além de outras de pequeno vulto.

A deficiência alimentar tem sido apresentada como a causa principal das altas cifras de mortalidade no Brasil; e com razão, levando-se em conta a pobreza nacional e o número alto de pais que vivem à base de salário mínimo. Assim, no Recife, as mortes por deficiência nutricional aparecem com a cifra de 34%, contra 12.2 em Ribeirão Preto, 21.6 em Franca e 17.2 na Capital de São Paulo, pesando a pobreza nordestina na elevação do seu coeficiente; moléstias infecciosas, entre Recife, Ribeirão Preto, Franca e São Paulo respectivamente, 23.4, 5.3, 7.1 e 18.3, convindo não esquecer que a deficiência alimentar torna a criança mais frágil à ação das graves infecções; moléstias do sistema nervoso, 3.5, 2.5, 1.2 e 3.4 respectivamente; moléstias do aparelho respiratório — e aqui é bom não esquecer a contribuição da poluição 29.6, 13.0, 13.4 e 18.0; anamolias congênitas, 2.7, 2.6, 2.9 e 10.2; certas causas perinatais, 36.0, 29.4, 40.3 e 37.9; doenças da mãe, 0.4, 0.2, 0.4 e 1.0; lesões devidas ao parto, 1.4, 1.0, 1.6 e 1.9; afecções da placenta e do cordão, 0.7, 0.6, 0.2 e 0.5; moléstia hemolítica, apenas em São Paulo, 0,3; afecções anóxicas e hipóxicas, 6.2, 6.6, 9.6 e 6.7; e imaturidade 22.2, 17.5, 23.0 e 20.3, onde há participação, naturalmente, da deficiência alimentar. Merece atenção, nesta informação, o número elevado de mortes por tétano, na maioria a infecção pelo cordão, com taxa alta de óbito por sarampo e tétano no Recife, e vários casos de câncer, em São Paulo. Na deficiência alimentar, convém não esquecer, por outro lado, que o problema não é só da quantidade de alimento, mas da qualidade, onde se destaca ausência de amamentação materna nos primeiros meses; a deficiência de recursos médicos assistenciais, mormente à gestante, é outro fator, como a falta de educação sanitária na mãe e os fatores sócio-econômicos que interferem na mortalidade.

A situação dos pais quanto à constituição do casal — os pais dos mortos examinados — foi apurada cuidadosamente. Assim, no Recife, dos óbitos apurados conseguiu-se levantar, com precisão, esta situação: em 76.4% dos casais 42.3 eram casados, 34.1 com união livre e com mãe somente 16.8%; em Ribeirão Preto, em 87.8% das famílias, 81.2 eram casados. E a diferença entre Recife e São Paulo, onde a pobreza contribui até para o não-casamento, mesmo o religioso, com 6.7 de união livre e com mãe somente 10.5; em São Paulo, para 88.4%, respectivamente 72.7, 15.8 e 10.0. Quanto à profissão do pai, em Recife 40.9% de trabalhadores, para 53.2 em Ribeirão Preto, 54.4 em Franca e 49.0 em São Paulo. Nos dados sobre a educação da mãe — fator também importante — apurou-se, em Recife, nas mortes em idade neonatal, que as mães apenas com educação primária eram 49.1% e sem instrução alguma 41.4%; e na pós-neonatal, respectivamente, 66.7, 70.0 e 59.7%. Nos projetos latino-americanos não só no Brasil, mas em todos os treze países, chegou-se à conclusão — o que surpreendeu — de que foi elevada a mortalidade no período neonatal, em filho de mães com educação secundária ou universitárias; já as mortes no período post-neonatal foram, em grande maioria, em filhos de mães sem nenhuma instrução, onde pesou a deficiência alimentar e a causa por moléstias infecciosas.

Ao lado, porém, do grau de educação, foi destacada a residência das crianças mortas. Moradas sem serviço de água tratada, em Recife, nos falecidos em idade neonatal, 77.3%, e em idade post-neonatal 88.8%; em Ribeirão Preto, respectivamente, 54.3 e 69.9; em Franca 54.1. Ainda foi anotada a ausência de serviço de esgoto. A falta de assistência médica na gravidez foi também assinalada, sendo que em Recife, 42.6% não tiveram nenhuma, em Ribeirão Preto 18.9, em Franca 29.6 e em São Paulo 25.2%.

As conclusões do Relatório

O Relatório conclui com as seguintes causas da mortalidade infantil:

1º Deficiência alimentar, donde a recomendação para que as mães recebam alimentos suficientes em qualidade e quantidade para que possam produzir filhos sãos.

2º Deficiência alimentar com ação sinérgica nas mortes causadas por moléstias infecciosas. As estatísticas sanitárias têm que ser perfeitas, sem o que não se contará com dados suficientes para enfrentar o problema da mortalidade; inclusive precisão nos atestados quanto às **causa mortis.**

3º As cifras elevadas de morte por moléstias diarréicas e por sarampo a indicarem a necessidade de atenção maior nos serviços de abastecimento de água e na vacinação.

4º A elevada cifra de morte por condições maternas recomenda uma assistência cuidadosa à gestante.

5º A mortalidade por tumores malignos — isto foi verificado em São Paulo — requer maior cuidado no exame da criança, com diagnóstico precoce do mal.

O Relatório faz ainda as seguintes anotações:

1º A mortalidade infantil no meio rural é mais alta que na cidade.

2º Apurou-se que o número de óbitos é mais elevado em filhos de mães — e chamo a atenção da Casa para esta parte — com menos de 20 anos ou mais de 35, ou com partos seguidos, donde a proporção elevada de mortes após o quarto filho.

3º A alimentação no seio é fator importante no combate à mortalidade, mas se apurou que 52,5% das crianças que faleceram no período post-neonatal tinham recebido leite materno durante um mês ou mais; no Brasil, entretanto, foi baixo o percentual, sendo que 26,8 em Recife e 37,9 em São Paulo.

4º Há necessidade de melhorar as condições de moradias.

O Sr. Helvídio Nunes (ARENA—Piauí) — Permite V. Exª uma ligeira intervenção?

O SR. RUY SANTOS (ARENA—Bahia) — Pois não.

O Sr. Helvídio Nunes (ARENA—Piauí) — Apenas, para dizer a V. Exª que não concordo, inteiramente, com as conclusões desse relatório, pois, entre as causas que provocam a mortalidade infantil, não pode deixar de ser arrolado, absolutamente, a má distribuição de renda no País.

O SR. RUY SANTOS (ARENA—Bahia) — A má distribuição de renda foi feita e, nas minhas conclusões, apuro-a também. Os dados estatísticos indicam que a responsável por dois terços da mortalidade infantil é a má distribuição de renda. No Brasil, eles indicaram igualmente este fato no seu relatório e se referem às moléstias infecciosas, porque os técnicos vêem aquilo dentro daqueles dados precisos. Eles sabem que o que contribui para as doenças infecciosas é a deficiência alimentar; enfraquece-se o organismo e a doença se instala com mais facilidade, e mesmo a imaturidade, o problema do menino de baixo peso, tudo isso é subnutrição, o que, aliás, o relatório teve oportunidade de destacar.

Providências a tomar

São altos, assim, os coeficientes da mortalidade infantil entre nós, principalmente se levarmos em conta que, no meio rural, são mais elevados, gritantes mesmo. Daí as providências que o poder público tem que tomar com a infância, a fim de reduzi-los, numa campanha de mobilização geral.

O Sr. Orestes Quércia (MDB—São Paulo) — Permite V. Exª um aparte?

O SR. RUY SANTOS (ARENA—Bahia) — Ouço o aparte do nobre Senador Orestes Quércia.

O Sr. Orestes Quércia (MDB—São Paulo) — Acompanhei o raciocínio de V. Exª, no qual foram salientados dados relativos ao Estado de São Paulo. Perdoe-me entrar no discurso de V. Exª, que pronuncia como Líder do Governo, para lamentar o que ocorre no meu Estado. Realmente, São Paulo é bastante desenvolvido economicamente, mas tem um drama profundo, no que tange ao problema de Saúde Pública. Os dados de V. Exª são absolutamente verdadeiros. O Secretário da Saúde do Estado de São Paulo está apreensivo com essa situação. Minha preocupação é quanto ao fato de S. Sª ter solicitado uma verba considerável para o setor Saúde Pública e o Governo do Estado autorizado simplesmente a metade: de 3 bilhões para 1 bilhão e meio. Penso que, pelo anúncio do Presidente da República, no que se refere à distensão no campo social e da saúde, o Governador do Estado não está sintonizado com o programa. Em São Paulo, cortam-se verbas exatamente nos setores da saúde e social.

O SR. RUY SANTOS (ARENA — Bahia) — Agradeço o aparte, e dou razão a V. Exª Acho que se há problema prioritário na Administração brasileira é o da assistência à infância, e não fico tão somente nos de menos de um ano de idade. Vou mais adiante, porque só com um amparo bem feito ao menor, ao lado da melhoria de renda — faço questão de destacar — pode-se evitar o aparecimento dos marginais, dos desajustes sociais, que daí se originam em grande parte.

Lamento que São Paulo, que é uma nação, como os paulistas dizem com orgulho e nós aceitamos a designação, não tenha os recursos necessários, ou não os possa dar à assistência à infância, lá.

Estas, as minhas sugestões ou providências que ousaria apresentar:

a) a situação econômica do país é responsável, isolada ou associada, mais ou menos, por dois terços dos óbitos em crianças de menos de um ano. — Assim, nobre Senador Helvídio Nunes, o problema da distribuição de renda, que está ligado à situação do país não foi esquecido. — Daí se impõe um esforço maior para pôr fim aos desníveis regionais e sociais. O Governo Federal está atento a má distribuição de renda no Brasil e se empenha em torná-la mais justa. A maior parte da população brasileira, porém, é assalariada e, quase toda ela, a base do salário mínimo, que está tendo fixação mais adequada e suplementada por medida recente do quarto Governo da Revolução. Há ainda, entretanto, muito o que fazer, e muito mesmo, pode ser feito.

b) ligado ao problema do salário, como fator da mortalidade, há o de residência. A maior parte das moradas dos trabalhadores é servida por água não tratada, o que contribui para as moléstias de origem hídrica; e quase nenhuma ligada a serviço de esgotos ou atendida por fossas. O saneamento básico, que conta com programa especial, carece de dinamização com prioridade face aos dados estatísticos.

Há uma cidade, por exemplo, em que as moléstias de origem hídrica têm índices mais elevados — ela deve forçosamente ter prioridade sobre outras cidades em que isso não se verifica;

c) enquanto, porém, isso não se dá, uma campanha de educação sanitária precisa ser feita a partir da escola, com palestras aos pais dos alunos, alertando-os quanto aos riscos da falta de higiene e aos cuidados que a criança requer, bem como a gestante;

d) a má alimentação da gestante, não só quantitativa como qualitativamente, é fator preponderante na mortalidade da prole; justa assim, segundo foi anunciada, a disposição do Governo Federal de auxiliar a gestante e a criança, esta até o quinto ano de vida, com alimento complementar e adequado. O leite materno precisa ser dado até depois do segundo mês.

O Sr. Heitor Dias (ARENA — Bahia) — Permite V. Exª um adendo a esse trabalho? É o tabu na alimentação.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Peço ao nobre orador que conclua o seu discurso, pois já terminou o período destinado ao Expediente.

O SR. RUY SANTOS (ARENA — Bahia) — V. Exª me perdoe, mas estou concluindo — faltam apenas dez linhas.

e) a assistência sanitária à gestante precisa ser feita. O fator econômico, não só regional como individual, torna-a precária; os

dados apurados indicam o baixo índice de consultas que a mãe obteve durante a gravidez. Por outro lado, ante a deficiência de médicos, mormente no meio rural, deve ser feito o censo das aparadeiras ou curiosas — os dados de Recife são impressionantes — convocando-as a pequenos cursos nos postos de saúde, orientando-as quanto à assistência ao parto. Mas, por outro lado, é preciso ser feita uma campanha de atendimento à criança, mormente as de peso de menos de 2.500 gramas ao nascerem;

f) os serviços de estatísticas sanitárias devem ser aparelhados com o fim de contar o Poder Público com dados seguros e preciosos a sua ação. Uma campanha em favor do registro de nascimento aos médicos nos primeiros dias de vida se impõe, como também devem ser proporcionados aos médicos elementos de orientação para a lavratura do atestado de óbito. A falta do registro e a imprecisão diagnóstica tornaram os dados por vezes irreais;

g) as mães de menos de 20 anos e de mais de 35 precisam ser alertadas quanto as deficiências vitais do produto concebido. Esclarecendo-as ainda quanto à necessidade de espaço maior à gravidez: a concepção antes de refeito o organismo materno quanto ao parto anterior é fator apurado na mortalidade infantil.

A exemplo do que se procede no combate ao analfabetismo, que conta com recursos próprios para sua erradicação, há necessidade de ser criado um fundo de assistência à maternidade e à infância, que atenda os Estados e mesmo os municípios com suprimentos de verbas e orientação para a redução da mortalidade infantil. A mancha, que aí está é que não pode continuar. E a tragédia continuará, mais trágica, se nada se fizer.

Em 1850, um terço da população brasileira era de escravos. Até há pouco, os escravos do analfabetismo eram quase em igual número. Os pequenos escravos da morte precisam, porém, ser libertados. Há necessidade, assim de outra campanha abolicionista contra essas escravaturas: a do analfabetismo e a da saúde, para o Brasil, só assim, se tornar maior. **(Muito bem! Palmas.)**

COMPARECEM MAIS OS SRS. SENADORES:

José Guiomard — Evandro Carreira — Jarbas Passarinho — Petrônio Portella — Agenor Maria — Domício Gondim — Milton Cabral — Paulo Guerra — Arnon de Mello — Luiz Viana — Dirceu Cardoso — Eurico Rezende — Gustavo Capanema — Itamar Franco — Accioly Filho — Mattos Leão — Tarso Dutra.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos pelo Sr. 1º-Secretário.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 408, DE 1975

Nos termos do art. 233 do Regimento Interno, requeiro transcrição nos Anais do Senado do Editorial de **O Globo**, edição de 16-9-75, sob o título **Concentração Industrial.**

Sala das Sessões, em 16 de setembro de 1975. — **Osires Teixeira.**

REQUERIMENTO Nº 409, DE 1975

Nos termos do art. 233 do Regimento Interno, requeiro transcrição nos Anais do Senado da Conferência do Diretor-Geral da Rede Globo de Televisão, Walter Clark, feita perante a Escola Superior de Guerra.

Sala das Sessões, em 16 de setembro de 1975. — **Osires Teixeira.**

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Os requerimentos lidos vão ao exame da Comissão Diretora.

Estão presentes na Casa 51 Srs. Senadores. Há número regimental para votação.

Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1:

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 95, de 1974 (nº 2.283-C/70, na Casa de origem), que torna obrigatória a discriminação visível dos elementos que entram na composição dos produtos alimentícios, e dá outras providências, tendo

PARECERES, sob nºs 409, de 1974, e 131, de 1975, da Comissão:

— **de Saúde, 1º pronunciamento:** favorável com as emendas que apresenta de nºs 1 e 2-CS; e **2º pronunciamento:** contrário.

Em votação o projeto.

O Sr. Gilvan Rocha (MDB — Sergipe) — Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Concedo a palavra ao Sr. Senador Gilvan Rocha, para encaminhar a votação.

O SR. GILVAN ROCHA (MDB — Sergipe. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Trata-se de um projeto que criou polêmica, quando foi examinado na Comissão técnica, e que merece uma série de comentários, para que esta Alta Casa não perca a oportunidade de maior proteção ao consumidor.

Em países outros, sabe-se que o consumidor é absolutamente protegido por quem de direito, para que se evitem equívocos, às vezes nocivos à sua saúde. Este projeto de lei nada mais faz do que reforçar essa proteção popular, aperfeiçoando o que o Decreto-lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, reza sobre o assunto. É um projeto absolutamente singelo, não devendo haver preocupação por parte das indústrias, pois não fará modificações de vulto na comunicação do fabricante com o público, ou seja, na embalagem do produto. Mas, ao mesmo tempo, na sua singeleza é um projeto absolutamente útil para o consumidor, que ficará mais protegido de alguns equívocos, pois lerá, na embalagem, de uma maneira clara e suficiente, toda a composição do produto que vai adquirir.

Cito, apenas um exemplo, a fim de que esta Casa possa verificar a justeza do projeto: as pessoas diabéticas, que não podem, evidentemente, consumir todo tipo de alimento, terão, especificamente, na embalagem desses produtos, os dizeres claros e não dizeres em código, como estamos acostumados a ver: edulcorante X ou XY, estabilizante com nome em código, o que, evidentemente, não faz com que esse consumidor saiba o que vai ingerir.

Por isso, por sua simplicidade e porque, afinal de contas, não há nenhum impedimento à sua aprovação, é que o MDB, além de votar favoravelmente ao projeto, faz um apelo aos Srs. Senadores, em nome do consumidor brasileiro, para que seja aprovado na íntegra.

O Sr. Adalberto Sena (MDB — Acre.) — Peço a palavra, Sr. Presidente, para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Tem a palavra o nobre Senador Adalberto Sena, para encaminhar a votação.

O SR. ADALBERTO SENA (MDB — Acre. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Tenho sido, nesta Casa, quase que ininterruptamente, membro da Comissão de Saúde, mas duas circunstâncias me impediram de tomar parte na discussão e na apreciação desta matéria naquele órgão, quer em setembro de 1974, quando ela foi, pela primeira vez, examinada, época em que me encontrava em campanha eleitoral no meu Estado e, pela segunda vez, em 15 de maio de 1975, data em que, como todos sabem, ainda estava sujeito ao regime de reclusão domiciliar, conseqüente à enfermidade de que fui acometido em abril. No entanto, eu desejava expressar o meu ponto de vista favorável a este projeto, coerente, aliás, com pensamento anterior, quando tive oportunidade de ler as expressões do Relator, Senador Fausto Castelo-Branco, quando foi o projeto, pela primeira vez, examinado. S. Exª dizia:

A figura-se-nos supérfluo, do ponto de vista da competência desta Comissão, enaltecer ou recomendar a oportuna medida preconizada no projeto, uma vez que ela contribui efetivamente para ampliar a área de defesa e proteção da saúde do povo.

Ora, Sr. Presidente, o nobre Sr. Senador Gilvan Rocha já pôs bem em evidência esse aspecto. Há necessidade que o povo seja mais bem esclarecido, que no próprio rotulamento do produto conste alguma coisa que o faça conhecer bem aquilo de que vai alimentar-se.

Por mais respeito que eu tenha à opinião do meu nobre Colega, Senador Ruy Santos, não posso aceitar o argumento final do parecer de S. Exª, de que o consumidor nem sempre tem condição para entender o que vai expresso no alimento exposto. Ora, essa expressão "nem sempre" quer dizer o quê? Que, excepcionalmente, o consumidor não tem essas condições, mas não é, absolutamente, a regra geral.

Por estas razões, também me manifesto favoravelmente ao projeto.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — A Presidência esclarece que o projeto constou da Ordem do Dia da sessão de 15 de abril do corrente ano, tendo sido sua discussão adiada face à aprovação pelo Plenário do Requerimento nº 157/75, do Sr. Senador Franco Montoro, solicitando o reexame da matéria pela Comissão de Saúde.

O órgão técnico, em segundo pronunciamento, manifestou-se contrário à aprovação do projeto, o qual deveria ser, assim, arquivado nos termos do art. 278, do Regimento Interno.

Considerando, entretanto, que se contradizem os pareceres proferidos pela Comissão citada, a Presidência resolveu submeter o projeto à deliberação do Plenário. A matéria constou, então, da Ordem do Dia de 14 de agosto último, quando teve a discussão adiada, a requerimento do Sr. Senador Franco Montoro, para a sessão de 12 do corrente. Nesta data, foi a discussão encerrada e a votação adiada por falta de **quorum.**

Em votação o projeto.

O Sr. Ruy Santos (ARENA —Bahia) — Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Líder Senador Ruy Santos, para encaminhar a votação.

O SR. RUY SANTOS (ARENA — Bahia. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, quando esse projeto entrou na Ordem do Dia e o nobre Senador Franco Montoro pediu novo parecer da Comissão de Saúde, tive oportunidade de dar as razões pelas quais a Maioria não o aceitava.

O projeto visa a que? Atribuir ao consumidor uma fiscalização. Todo consumidor é um fiscal natural daquilo que ele compra, não só em preço, como em composição.

Sr. Presidente, o Decreto nº 986 trata da questão dos alimentos, regulando a rotulagem, estabelecendo qualidade, natureza, tipo, definição, descrição e classificação do respectivo padrão de unidade, e do registro na Saúde Pública. É um decreto longo, estabelecendo inclusive como se faz a fiscalização, a apreensão, etc.

Ora, disse o meu eminente colega, nobre Senador Gilvan Rocha, que o projeto apresentado é simples e dá para qualquer pessoa notar. Não. Apenas a determinação visível dos elementos que entram na composição do alimento, sua natureza, qualidade e tipo. Isso pode não estar muito bem no entendimento de boa parte da população que consome.

Tive oportunidade de dizer, aqui, da última vez, e insisto hoje, que há anos, quando ainda no Palácio Tiradentes, impressionei-me quanto ao problema de remédios manipulados no Brasil. Adquiri vários produtos e mandei examiná-los em laboratório idôneo. Os dados indicados na bula, os percentuais das substâncias que deviam constar eram bem mais baixos que aqueles indicados, principalmente nas vitaminas.

Sr. Presidente, ainda me lembro muito bem de que um desses preparados era extrato de fígado — naquela época estava na moda a medicação de extrato de fígado — e a informação do laboratório foi a mais dolorosa, levando-me a propor à Câmara — tendo sido atendido — a criação de um laboratório de controle de drogas. Controle que morreu. Aqui vou dar um depoimento cruel: enquanto o projeto em tramitação, os laboratórios fizeram tudo para impedi-lo, mas ele acabou virando lei. Mas, lamentavelmente passou a ser lei morta.

Portanto, não é isso que vai tornar o alimento puro, porque no seu rótulo poderá constar a existência de vários elementos como vitaminas, sais minerais, etc; o consumidor compra, como compra o remédio, e ao examinar verá que não existe nada do anunciado.

Por esse motivo, Sr. Presidente, mantenho o ponto de vista anunciado na primeira inclusão do projeto na Ordem do Dia. Sou pela sua rejeição, agora com base no segundo parecer da Comissão de Saúde, apenas com o voto contrário do nobre Senador Gilvan Rocha. **(Muito bem!)**

O Sr. Heitor Dias (ARENA—Bahia) — Peço a palavra para encaminhar a votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Senador Heitor Dias, para encaminhar a votação.

O SR. HEITOR DIAS (ARENA—Bahia. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Ao lado das razões já invocadas pelo nobre Líder, sinto-me também na obrigação de dizer que votaria contra o projeto, pela redação do próprio art. 1º.

Por mais que se queira ver uma finalidade alta e importante em benefício do interesse do povo, a redação do art. 1º não pode prevalecer, porque ela atinge a todo e qualquer produto. E há produtos que não precisam indicar a sua natureza porque está à vista da população.

Por estas razões, eu também votaria contra o projeto. **(Muito bem!)**

O Sr. Franco Montoro (MDB—São Paulo) — Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Líder Senador Franco Montoro, para encaminhar a votação.

O SR. FRANCO MONTORO (MDB—São Paulo. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

O Movimento Democrático Brasileiro, depois das exposições feitas pelos nobres Senadores Gilvan Rocha e Adalberto Sena, dois ilustres médicos que honram esta Casa e examinaram a proposição, conclui pela conveniência da aprovação da medida.

Permito-me acrescentar duas razões àquelas que já foram aqui expendidas: a primeira é que a matéria passou por todas as Comissões competentes da Câmara dos Deputados; foi examinada, discutida e a conclusão foi favorável. O mesmo ocorreu no Senado. Apenas o segundo parecer, do qual foi Relator o nobre Senador Ruy Santos, é que, por maioria de votos, conclui pela rejeição do projeto, invocando o parecer solicitado por nós, em face dos debates travados em plenário.

O fundamento desse parecer é a existência de norma fixada no Decreto-lei nº 986, de 1969.

Sr. Presidente, as razões invocadas já estão de certa forma respondidas na justificação do próprio projeto, que faz referência a esse decreto-lei e acrescenta essa circunstância: o decreto-lei baixado em 1969 atendeu ao interesse da saúde pública, mas deixou de incluir essa discriminação dos elementos que entram na composição dos alimentos.

Esta discriminação nos parece necessária, para a própria opinião pública, para o próprio consumidor participar dessa

fiscalização. Não há contra-indicação. Se já estão os demais dados incluídos por que não incluir, também, esse relativo aos elementos que integram a composição?

Sr. Presidente, por essas razões a Bancada do Movimento Democrático Brasileiro, tendo em vista o interesse do consumidor patrício, mais que as autoridades, ou pelo menos tanto quanto as autoridades, na fiscalização do alimento que ingere, votará pela aprovação do projeto, que já tem o voto favorável e unânime da Câmara dos Deputados. (**Muito bem!**)

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Em votação o projeto, sem prejuízo das emendas.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (**Pausa.**)

Rejeitado.

O Sr. Franco Montoro (MDB — São Paulo) — Sr. Presidente, peço verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) (Fazendo soar a campainha.) — Peço aos Srs. Senadores que ocupem os seus lugares. (**Pausa.**)

Vai-se passar à votação:

Os Srs. Líderes já podem votar. (**Pausa.**)

Os Srs. Senadores já podem votar. (**Pausa.**)

VOTAM "SIM" OS SRS. SENADORES:

Franco Montoro — Líder do MDB — — Adalberto Sena — José Esteves — Renato Franco — Alexandre Costa — Ruy Carneiro — Gilvan Rocha — Amaral Peixoto — Roberto Saturnino — Orestes Quércia — Lázaro Barboza — Evelásio Vieira.

VOTAM "NÃO" OS SRS. SENADORES:

Ruy Santos — Líder da ARENA — Altevir Leal — José Lindoso — Jarbas Passarinho — Fausto Castelo-Branco — Helvídio Nunes — Virgílio Távora — Dinarte Mariz — Luiz Cavalcante — Augusto Franco — Lourival Baptista — Heitor Dias — Luiz Viana — Eurico Rezende — Vasconcelos Torres — Osires Teixeira — Mendes Canale — Otair Becker — Daniel Krieger.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Votaram SIM 12 Srs. Senadores; votaram NÃO 19 Srs. Senadores.

Não há **quorum.**

A votação da matéria fica adiada.

Por falta de **quorum** para votação, ficam adiados para a próxima sessão ordinária os itens 2, 3 e 4 da Ordem do Dia, por tratar-se de matérias em fase de votação.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Passa-se ao item nº 5 da pauta.

> Discussão, em primeiro turno (apreciação preliminar da constitucionalidade, nos termos do art. 296 do Regimento Interno), do Projeto de Lei do Senado nº 59, de 1974, de autoria do Senhor Senador Vasconcelos Torres, que dispõe sobre a divulgação de crime pela imprensa, e dá outras providências, tendo
>
> PARECER, sob nº 287, de 1975, da Comissão:
>
> — **de Constituição e Justiça,** pela inconstitucionalidade.

Em discussão o projeto quanto à constitucionalidade.

Se nenhum dos Srs. Senadores desejar usar da palavra para discuti-lo, encerrarei a discussão. (**Pausa.**)

Está encerrada. A votação da matéria fica adiada por falta de **quorum.**

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Item 6.

MATÉRIA A SER DECLARADA PREJUDICADA

> Projeto de Lei do Senado nº 67, de 1974, do Senhor Senador Franco Montoro, que assegura a contagem de tempo de serviço público e do prestado às sociedades de economia mista, para efeito de aposentadoria.

Conforme parecer da Comissão de Constituição e Justiça, a Presidência declara prejudicado o Projeto de Lei do Senado nº 67, de 1974, em virtude de a Lei nº 6.226, de 14 de julho de 1975, ter revogado, expressamente, a Lei nº 3.841 a que se refere a matéria.

O projeto vai ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Esgotada a matéria constante da Ordem do Dia.

Há ainda oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Orestes Quércia.

O SR. ORESTES QUÉRCIA (MDB — São Paulo. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, nobres Srs. Senadores, volto hoje a tecer algumas considerações a respeito da política habitacional do Governo.

O Sistema Financeiro de Habitação, comandado pelo BNH, está vivendo um processo de constante e violento afastamento de objetivos para os quais foi instituído, isto é, construir casas populares e só uma interferência decisiva do Presidente da República poderá reencaminhá-lo ao seu objetivo.

Medidas tomadas ultimamente pelo Banco Nacional da Habitação, mais especialmente as do Decreto nº 1.358, de 12-11-74, estão servindo como válvula de escape, impedindo que a bomba estoure, dados os grandes problemas sociais que a matéria encerra, problemas estes ocasionados pelos critérios do Sistema de Habitação, inteiramente divorciados da realidade nacional. A medida que instituiu o Plano de Equivalência salarial foi correta, pois possibilita o reajuste das prestações somente uma vez durante o ano e após o reajuste salarial. Mas as medidas do aludido Decreto nº 1.358 não têm grande significado para os mais pobres, pois possibilitam um desconto de 10% no Imposto de Renda, quando sabemos que aqueles que realmente precisam de proteção estão isentos do pagamento do Imposto de Renda, em virtude dos salários ridículos que recebem. O decreto ainda fala em diminuição de juros, que variarão de 1 a 10% e como, pelos dados que o próprio BNH fornece, somente 20% dos recursos têm sido destinados aos mais pobres, a incidência dos juros de 10% é bem maior e, portanto, o BNH não está fazendo nenhum sacrifício. Enquanto isso, o orçamento do BNH é 200 milhões de dólares mais elevado do que o do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento).

Sr. Presidente, o BNH, através da ação dos seus dirigentes, não pode-se isolar da conjuntura nacional, transformando-se em banco de investimento, na procura do lucro, desviando-se do objetivo de construir casas para os trabalhadores. Se os trabalhadores são marginalizados dos frutos do desenvolvimento nacional, em virtude das limitações da política de salários, se eles ganham um péssimo salário o BNH não pode adotar critério de mercado para financiar-lhes casas, mas deve adotar o critério social: os mais ricos pagam mais juros e correção e os mais pobres, cuja renda familiar seja de até 3 salários mínimos, não deveriam pagar nem juros nem correção monetária. Seria uma maneira de proporcionar justiça aos que ganham pouco salário.

É certo que se deve conciliar os interesses financeiros do BNH, para que, ao final, ele não seja extinto por falta de recursos, com o interesse dos mais pobres e, acima de tudo, com o interesse nacional, que carece de medidas enérgicas para resolver o problema de habitação.

É um desafio que o Governo tem a obrigação de enfrentar e para tal, em nossa opinião, o Presidente da República deve intervir.

Entre os anos de 1964 e 1974, o BNH financiou a construção de cerca de um milhão de residências. Destas, duzentas e cinqüenta mil podem ser consideradas habitações populares, compradas por pessoas cuja renda atingia, no máximo, a três salários mínimos mensais.

Ora, basta confrontar essas cifras com a realidade da remuneração dos trabalhadores brasileiros, para que se constate o profundo

desvio da política e da atuação concreta do BNH, que foi criado especificamente para proporcionar a moradia popular. Dos quinze milhões e meio de brasileiros assalariados, em 1972, 86 deles recebiam remuneração até três salários mínimos. Assim, enquanto apenas 26% das novas habitações financiadas pelo BNH destinavam-se às pessoas ou famílias cujos rendimentos situavam-se até três salários mínimos, estas formavam 86% do contingente de assalariados do Brasil.

A distorção será ainda maior, se for considerado o número total de pessoas ocupadas, no País, ganhando, além de salários, outras formas de rendimentos.

Lembramos, Sr. Presidente, que o aparecimento do Banco Nacional da Habitação foi um clarão de esperanças para os milhões de brasileiros que sonhavam com a casa própria. Superdotada de recursos advindos dos depósitos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, garantido pela correção monetária e pelos juros, a instituição parecia destinada ao sucesso total.

Lembre-se, Sr. Presidente, que o Fundo de Garantia retirou aos trabalhadores um direito legítimo, um instituto que foi uma conquista social das mais importantes neste País: a estabilidade por tempo de serviço, hoje inexistente no contexto das nossas leis.

E Sr. Presidente, os planos iniciais eram animadores: quarenta milhões de unidades, até o ano de 1999. Hoje, dez anos após a instituição desse plano, a situação é melancólica, pois o BNH financiou um milhão e pouco de unidades. Se continuarmos nesse ritmo, no ano de 1999, o BNH terá financiado pouco mais de cinco milhões e seiscentos mil unidades, o que representaria menos de 15% do plano inicial. Nosso **deficit** estaria situado em 85%.

Das unidades já construídas, num total de um milhão e poucas casas, apenas, como disse anteriormente, duzentas e sessenta e cinco mil beneficiaram aqueles que recebem de um a três salários mínimos.

O Sr. Daniel Krieger (ARENA — Rio Grande do Sul.) — Permite V. Exª um aparte?

O SR. ORESTES QUÉRCIA (MDB — São Paulo.) — apenas um momento, Excelência.

O Sr. Daniel Krieger (ARENA — Rio Grande do Sul.) — V. Exª sabe o número de casas que foram construídas por financiamento público neste País, desde o Governo do Sr. Getúlio Vargas?

O SR. ORESTES QUÉRCIA (MDB — São Paulo.) — Estou traçando as diretrizes que o BNH se impôs, quando da sua instituição. O programa do BNH era construir esse número de casas.

O Sr. Daniel Krieger (ARENA — Rio Grande do Sul.) — V. Exª, no fundo, está fazendo uma crítica, e que reputo razoável, até determinado ponto. Mas, V. Exª não pode esquecer a situação real, porque, em verdade, a Revolução construiu um número assombroso de casas. Não tem atendido plenamente, porque o Banco Nacional da Habitação se transformou num banco de lucros, quando ele deve ser um banco social, esta é a realidade. Mas devemos reconhecer o que ele tem de certo, e criticarmos o que ele tem de errado.

O SR. ORESTES QUÉRCIA (MDB — São Paulo.) — Agradeço, sinceramente, o aparte do eminente Senador Daniel Krieger, que vem enriquecer este meu despretensioso e modesto discurso. Exatamente, este é o nosso argumento: o BNH não tem condições de cumprir o seu objetivo de construir casas para os mais necessitados, de continuar com o critério de mercado. Mas, deveria, de acordo com a opinião de V. Exª, e com minha própria, adotar um critério social. Esta a diretriz da nossa argumentação.

O Sr. Daniel Krieger (ARENA — Rio Grande do Sul.) — Permite V. Exª um aparte, nobre Senador? **(Assentimento do orador.)** — O que é preciso notar é que o Presidente da República está tomando medidas decisivas para fazer com que o BNH atinja os seus objetivos.

O SR. ORESTES QUÉRCIA (MDB — São Paulo) — Agradeço o aparte de V. Exª, nobre Senador Daniel Krieger, porque estamos, exatamente, neste instante, fazendo um apelo ao Presidente da República no sentido de que Sua Excelência interfira pessoalmente, se necessário, neste caso do Banco Nacional da Habitação. E V. Exª disse-me que o Presidente da República está, realmente, interessado e preocupado, e interferirá, — o que é motivo de satisfação para mim. Agradeço o aparte de V. Exª

O Sr. Osires Teixeira (ARENA — Goiás) — Permite V. Exª um aparte?

O SR. ORESTES QUÉRCIA (MDB — São Paulo.) — Concedo o aparte a V. Exª

O Sr. Osires Teixeira (ARENA — Goiás.) — Estou ouvindo, com atenção, o discurso de V. Exª Na verdade, V. Exª sabe que o Banco Nacional da Habitação atua efetivamente com espírito social. V. Exª sabe que ele, na sua faixa de atuação, dá prioridade às aplicações na área das chamadas casas populares. V. Exª, ainda há pouco, citava no seu discurso que o Banco Nacional da Habitação cobra juros que vão de 1% a 10%. Excelência, se o Banco Nacional da Habitação cobra juros de 1% naqueles financiamentos que vão de um a três salários mínimos, e vai num crescendo, para, afinal, cobrar juros de 10% somente naqueles financiamentos onde a sua presença passa a ter exclusivamente a função de financiador, V. Exª conclui, para esta Casa e para a Nação, que o Banco Nacional da Habitação está atuando, efetivamente, dentro das diretrizes que lhe foram traçadas e para as quais ele existe. O que não posso conceber é que V. Exª estabeleça uma premissa e conclua de maneira diferente. O Banco Nacional da Habitação está efetivamente atuando nesse setor, e quem o disse foi V. Exª O colega não perderá se aguardar dois dias. E depois de amanhã, perante a Comissão de Economia desta Casa, irá ouvir o Presidente do Banco Nacional da Habitação, que poderá esclarecer todas e quaisquer dúvidas de V. Exª Não precisa V. Exª transformar o assunto enfocado num problema, cuja solução se busca...

O SR. ORESTES QUÉRCIA (MDB—São Paulo) — Há dez anos!

O Sr. Osires Teixeira (ARENA—Goiás) — ... para cuja equação se busca freneticamente solução. V. Exª quer dar o tom patético de que o Presidente da República precisa atuar pessoalmente. Ora, nobre Senador, V. Exª sabe que o Banco Nacional da Habitação, através dos seus Diretores, está buscando as melhores soluções para o problema da casa própria. V. Exª tem lido nos jornais — sei que V. Exª os lê — que dentro de alguns dias se reunirá em Brasília todo o sistema particular, privado, do Sistema Financeiro de Habitação, que são as Sociedades de Crédito Imobiliário e Poupança, e que têm como meta fundamental a construção de duzentas mil casas por ano, com recursos da população e com repasse do Banco Nacional da Habitação. Na verdade, há uma preocupação do Banco Nacional da Habitação em atingir esses objetivos sociais, e é V. Exª quem o demonstra, em seu discurso.

O SR. ORESTES QUÉRCIA (MDB—São Paulo) — Diz V. Exª que sei que existe preocupação do Governo, diz V. Exª que sei que haverá reunião.

O Sr. Osires Teixeira (ARENA—Goiás) — V. Exª sabe que o Banco atua nesse sentido, porque V. Exª foi quem disse que os juros do Banco Nacional da Habitação vão de 1 a 10%.

O SR. ORESTES QUÉRCIA (MDB—São Paulo) — Se V. Exª concordasse em que eu o contra-aparteasse, agradeceria imensamente.

O Sr. Osires Teixeira (ARENA—Goiás) — Com muito prazer, Senador. Se o problema é de ironia, o prazer é meu.

O SR. ORESTES QUÉRCIA (MDB—São Paulo) — V. Exª disse que sei que o BNH está atuando. Eu disse, no início do meu discurso, que os juros de 1 a 10%, realmente, existem. Foram instituí-

dos através do Decreto nº 1.358, do ano passado, que citei. Mas argumentei que somente 25% dos financiamentos do BNH, até esta data, atingiram as camadas de até três salários mínimos. Portanto, os juros de 1% são em quantidade limitada, menor do que os de 10% cobrados das classes mais altas, que realmente são o grosso dos financiamentos do BNH.

Diz V. Exª que o Governo está preocupado; que o BNH está preocupado. Acontece, Excelência, que sou Senador da Oposição. Tenho que me levantar e falar; tenho que lamentar que o Governo esteja preocupado, mas não esteja transformando essas preocupações em ação de Governo, realmente, no interesse da habitação brasileira.

O Sr. Osires Teixeira (ARENA—Goiás) — Permite V. Exª um aparte?

O SR. ORESTES QUÉRCIA (MDB—São Paulo) — Pois não.

O Sr. Osires Teixeira (ARENA—Goiás) — Lamentavelmente, V. Exª declara à Nação que a sua função é tão-somente lamentar. Pensei que a função da Oposição seria a de identificar os erros e apontar soluções. Mas V. Exª vem-me dar uma coordenada nova da função da Oposição.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O Sr. Osires Teixeira (ARENA—Goiás) — V. Exª vai me permitir o aparte ou não?

O SR. ORESTES QUÉRCIA (MDB—São Paulo) — Permito, com muito prazer, mas peço a V. Exª que julgue o meu discurso depois que eu pronunciá-lo, e não antes.

O Sr. Osires Teixeira (ARENA—Goiás) — Está certo. Então V. Exª não permite o aparte?

O SR. ORESTES QUÉRCIA (MDB—São Paulo) — Permito o aparte.

O Sr. Osires Teixeira (ARENA—Goiás) — Se V. Exª mo permite, e quando vou aparteá-lo, sou interrompido...

O SR. ORESTES QUÉRCIA (MDB—São Paulo) — V. Exª está julgando a respeito das conclusões do meu discurso antes que eu possa complementá-las. Mas, tem V. Exª o aparte.

O Sr. Osires Teixeira (ARENA—Goiás) — V. Exª já chegou a algumas conclusões. Uma solução por exemplo, dada por V. Exª foi a de que o Governo não deveria cobrar juros, simplesmente. V. Exª advoga a solução paternalista, que vigeu durante muitos e muitos anos no País, e não resolveu o problema da habitação. V. Exª conhece a história das soluções que eram paternalistas, como V. Exª advoga, e que não resolveu. É óbvio que o BNH tem que cobrar juros menores àqueles de baixa renda. Quanto ao percentual que V. Exª diz, obviamente a construção de uma casa popular custa, teoricamente — vamos admitir, por hipótese — quinze mil cruzeiros. A construção de uma casa, em valores máximos que o BNH poderia financiar, custaria em torno de 360 a 370 mil cruzeiros. Então, é claro que o volume de aplicações no setor, que não o coberto pelo interesse social do Banco, é, em volumes absolutos, infinitamente maior, quando, na verdade, o número de habitações cobertas pelos valores são, no setor de casas populares, em número razoavelmente maior do que no setor de casas não populares.

O SR. ORESTES QUÉRCIA (MDB — São Paulo) — Agradeço o aparte de V. Exª

Sr. Presidente, a finalidade do meu discurso é, realmente, criticar a política do BNH, que adota critério do mercado, quando deveria adotar, também, um critério social.

O objetivo do Banco Nacional da Habitação é construir, pelo menos foi o que se anunciou quando da sua fundação. Se a forma de atuação do BNH não está à altura das necessidades deste País, evidente que deve ser mudada em política. O próprio Ministro Rangel Reis e o eminente Senador Daniel Krieger concordam com isso. Se o objetivo do BNH é a construção de casas populares, há necessidade da mudança de critério, pois não está atingindo a sua finalidade, e todos são unânimes em reconhecê-lo.

Sr. Presidente, em São Paulo, de 350 mil unidades entregues, apenas 32 mil beneficiaram a faixa popular, ou seja menos de 10%.

Houve igualmente outra tentativa, visando à construção de casas populares e que também falhou. Foi o PLANHAP, lançado com o impacto de toda publicidade em 1972, para atender, entre 1972 e 1982 a dois milhões de famílias em todo o País e 670.800 em São Paulo. Somente em 1975 o Governo do Estado de São Paulo aderiu ao PLANHAP, e até agora nada se realizou.

"Levando em conta apenas o incremento demográfico e a reposição das habitações atualmente existentes, estima-se, no momento, serão necessárias cerca de setecentas mil novas unidades habitacionais por ano. Destas, cerca de quinhentas mil correspondem às necessidades geradas pelo incremento demográfico". Rubens Vaz da Costa: **O Sistema Habitacional e os Corretores de Imóveis**, e 200 mil, à deterioração. (Fundação Getúlio Vargas: **Conjuntura Econômica**)

Portanto, com o drama da habitação à nossa frente, com a necessidade anual de 700 mil novas casas, o BNH, em 10 anos, construiu pouco mais de 700 mil casas, pouco mais que a necessidade de um ano. E por falta de dinheiro? Não. Por falta de organização.

O Sr. Evelásio Vieira (MDB — Santa Catarina) — V. Exª me permite um aparte?

O SR. ORESTES QUÉRCIA (MDB — São Paulo) — Tem V. Exª o aparte.

O Sr. Evelásio Vieira (MDB — Santa Catarina) — Senador Orestes Quércia, a missão do parlamentar é criticar e apresentar soluções. E esta missão não é privilégio de quem pertence à Oposição. V. Exª tem assomado à tribuna desta Casa para fazer crítica, bem como para buscar e apresentar soluções. V. Exª está cumprindo fielmente a sua missão. Por outro lado, homens do Governo também têm muitas vezes levantado suas vozes, criticando a desacertos do Governo. A Política Habitacional adotada no País apresenta uma série de falhas, falhas essas que são reconhecidas, inclusive, por homens do Governo. Agora mesmo está em tramitação nesta Casa projeto do nobre Senador Milton Cabral, visando a construção, por parte do Governo, de casas, para alugar. Esta é a evidência de que a Política Habitacional no País é falha, não cumpre as suas finalidades. Ela tem atendido à construção de belos apartamentos para a classe A, para a classe B, mas para as classes C e D isto não ocorre. O **deficit** habitacional em Santa Catarina é extraordinário, sem mencionar as vilas construídas e cujas habitações não são ocupadas.

O SR. ORESTES QUÉRCIA (MDB — São Paulo) — Muito obrigado pelo aparte. V. Exª deu testemunho também do problema em Santa Catarina.

O Sr. Osires Teixeira (ARENA — Goiás) — Permite V. Exª um aparte?

O SR. ORESTES QUÉRCIA (MDB — São Paulo) — Concedo o aparte ao nobre Senador Osires Teixeira.

O Sr. Osires Teixeira (ARENA — Goiás) — Obviamente, nobre Senador, quando o eminente Senador Evelásio Vieira dá o testemunho de que em Santa Catarina há um **deficit** de casas populares, assiste e deve assistir razão a S. Exª Conforme estatui a própria lei que o criou, o Banco Nacional da Habitação não constrói casas. A função do BNH é financiar a construção de casas. Quem diminui o **deficit** habitacional em todos os Estados são os governos estaduais, através das companhias habitacionais estatais, ou as entidades sindicais, através de cooperativas, ou, ainda, grupos profissionais, também através de cooperativas. V. Exª disse, e muito bem, que dinheiro existe. Não concordo é com a segunda alegação: falta de organização. Absolutamente, Senador. Talvez falte nos Estados organização e sensibilidade para o problema, visando à obtenção de re-

cursos do Banco Nacional da Habitação. Quando V. Exª critica, como ainda há pouco, o PLANHAP, que previa o atendimento, entre 1972 e 1982, de cerca de dois milhões de famílias e que nos aproximamos de 1982, e esse Plano não deu, até agora, cobertura sequer a setecentas mil. V. Exª há de convir que o PLANHAP foi criado com o objetivo social de dar àquelas comunidades organizadas casas feitas através de cooperativas, através de companhias habitacionais, ou através de caixas comunitárias. Este, o regime de organização, este o regime jurídico do BNH. Se esse Banco deixou de financiar n conjuntos habitacionais, foi porque não houve organização nos Estados. Só lamento que no seu grande, no seu extraordinário e espetacular Estado de São Paulo, que está muito além de todos nós, não só no setor econômico, senão também no educacional e cultural, só lamento não se tenha apercebido, não tenha havido sensibilidade capaz para a organização de pequenas cooperativas, a fim de poderem transacionar com o BNH, resolvendo-se, assim, o problema do **deficit** habitacional naquele Estado. A função do BNH, nobre Senador, não é construir casas. É financiá-las.

O SR. ORESTES QUÉRCIA (MDB — São Paulo) — É exatamente a política do BNH — financiamento de casas — que está *sendo alvo de críticas de nossa parte.*

O Sr. Osires Teixeira (ARENA — Goiás.) — E V. Exª queria que ele construísse?

O SR. ORESTES QUÉRCIA (MDB — São Paulo.) — Não. O problema...

O Sr. Osires Teixeira (ARENA — Goiás) — Ele foi criado, Excelência, para financiar habitação. V. Exª há de convir que habitação não é necessariamente a casa do proletário, não é necessariamente a casa onde reside o homem que percebe um ou dois salários mínimos. Não! O problema da habitação existe quando a estatística dá um **deficit** habitacional no Brasil de 500 mil unidades anuais para todo o tipo de habitação. Habitação não é necessariamente a casa. É o conjunto habitacional, é o equipamento comunitário. As vilas, cujos promitentes compradores estão na faixa de um a três salários mínimos, estas estão cobertas pelo PLANHAP. Se não foi aplicada verba na sua totalidade, é porque não há, nos Estados, organizações suficientes para absorver esses recursos que V. Exª diz existem em grande quantidade. O erro não está na posição do mercado.

O SR. ORESTES QUÉRCIA (MDB — São Paulo) — V. Exª dá ênfase extraordinária à defesa de um Plano que não foi realmente colocado em prática.

O Sr. Osires Teixeira (ARENA — Goiás.) — Excelência, ele foi colocado em prática. V. Exª está convidado a ir a Goiás, próximo daqui, para ver pelo menos 5 vilas na Capital do meu Estado. Ali o PLANHAP funcionou a pleno vapor, com amplos e magníficos resultados. Há vilas como a Vila Novo Horizonte, Vila Abajá e tantas outras, inclusive a Vila Castelo Branco, que dispõem de equipamentos comunitários. Suas ruas estão completamente cobertas de asfalto: há esgoto sanitário e água potável. Todas feitas com recursos do PLANHAP.

O SR. ORESTES QUÉRCIA (MDB — São Paulo.) — Não conheço, evidentemente, a situação das vilas em Goiás, mas conheço a situação das vilas em São Paulo. Daqui a pouco V. Exª vai lastimar comigo as deficiências das vilas do meu Estado.

Critico — e voltando rapidamente ao aparte de V. Exª — exatamente o Sistema Financeiro da Habitação, que controla, em todo o País, o financiamento e construções de casas, através das COHABs.

Em Campinas, por exemplo, existe uma COHAB. O BNH não constrói as vilas, mas controla até a concorrência: Controla tudo. Evidentemente é responsável pelas vilas de COHABs, que vivem em situação lastimável em todo o Estado de São Paulo. Só Goiás, talvez, tenha o privilégio de contar com trabalhadores vivendo nessas vilas, em situação suficientemente boa para uma vida tranqüila e feliz. Em São Paulo, infelizmente, isto não ocorre.

O Sr. Evelásio Vieira (MDB — Santa Catarina) — V. Exª me permite um aparte?

O SR. ORESTES QUÉRCIA (MDB — São Paulo) — Tem V. Exª o aparte, Senador Evelásio Vieira.

O Sr. Evelásio Vieira (MDB — Santa Catarina.) — O catarinense, como o paulista e o brasileiro de modo geral, de qualquer camada social, tem capacidade de se organizar, de partir para o associativismo e construir as suas casas. O que ele não tem é acesso ao dinheiro caro do BNH. Casas têm sido construídas, em Santa Catarina mesmo. Mas o cidadão que ganha pouco, o cidadão que ganha dois salários mínimos, este não tem condições de adquirir essas casas. E quando as adquire, não tem condições de resgatar as mensalidades. Então, é expurgado, é expulso da casa até pela própria polícia. O de que precisa o BNH, o de que precisa o Governo é de um sentimento, um cheiro de povo, adotando uma política habitacional que atenda à massa, ao proletariado no Brasil. Disto é que há necessidade.

O SR. ORESTES QUÉRCIA (MDB — São Paulo.) — Agradeço a V. Exª o aparte.

Ainda com relação ao aparte do Senador Osires Teixeira, de que em São Paulo talvez não se tenham reunido cooperativas, devo dizer que lá é exatamente o campo onde melhor funciona o financiamento do BNH, porque as cooperativas são controladas pelos sindicatos. Não funcionam, isto sim, são as COHABs controladas pelo BNH. Vou demonstrar a V. Exª o que acabo de afirmar, lendo aqui, neste Plenário, as palavras do Prefeito de São Paulo, Sr. Olavo Setúbal, da ARENA, publicadas no dia 11 de setembro corrente, n' **O Estado de S. Paulo:**

> "Muitos dos conjuntos residenciais construídos pela Companhia Metropolitana de Habitação, (COHAB)..."

Companhia essa que é controlada pelo BNH, que aprova os projetos, aprova os terrenos, aprova o financiamento, aprova a forma de fazer casas —

> "... tiveram erros terríveis: foram erguidos em locais onde não havia água, luz, distantes dos meios de transportes e comunicações, executados por firmas que faliram e com uma seleção inadequada dos elementos que os ocupam."

E mais adiante:

> "A COHAB contratou muitas firmas que quebraram, porque não sabiam construir, não podiam e não tinham condições econômicas. Depois, sem fazer nenhuma seleção, pegou o indivíduo embaixo da ponte e entregou-lhe uma casa. Esse indivíduo, para comer, acabou vendendo as torneiras da residência, porque, evidentemente, elas eram menos importantes que a comida. Não é possível — acrescentou — resolver os problemas de desfavelamento e de baixa renda em termos estritamente econômicos."

O mesmo jornal, **O Estado de S. Paulo,** No dia 24 de abril de 1975, diz:

> Hoje, nove anos depois de sua criação, a Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo conseguiu iniciar 9.202 moradias. Destas, apenas 3.364 têm gente morando; 788 foram reformadas nos últimos dois anos para se tornarem habitáveis; e ainda restam 5.050 casas abandonadas, dos chamados conjuntos-fantasma da COHAB.
>
> Hoje, dez anos depois da criação do Banco Nacional da Habitação, a cidade de São Paulo tem 71.070 favelados, 499.597 pessoas residindo em cortiços e 1.541.966 moradores de casas precárias na periferia, além de centenas de pessoas

selecionadas pela COHAB, há mais de cinco anos, para receberem a casa própria.

Sr. Presidente, criticamos a política de financiamento do BNH com o testemunho das COHABs, que são da responsabilidade do BNH. Estamos verificando que também no setor administrativo o BNH está falhando. Também no aspecto humano, como ressaltou ainda há poucos instantes, favoravelmente, o Senador Osires Teixeira, também neste aspecto estamos condenando a política de habitação. Achamos que o trabalhador não é apenas unidade de serviço. Trabalhador é um cidadão que merece consideração, merece lazer, merece praças de esporte, merece, em suma, assistência social, não só os casebres mal construídos que lhe dá o BNH.

Tenho em mãos um estudo do CEBRAP, de São Paulo, onde se lê:

> "Os sociólogos do CEBRAP vão mais adiante ao observarem que a preocupação de quem planeja as casas, hoje, "está sempre voltada para o homem como morador e para o homem como trabalhador: nunca para o homem enquanto cidadão". Esclarecem que "o cidadão não é simplesmente aquele que habita uma cidade, mas o homem urbano que pode ter todas as suas necessidades materiais e culturais preenchidas; é preciso ver quantas horas a pessoa trabalha, o que ela ganha — fatores que determinam o nível de consumo material e cultural dela". Segundo eles, possuir rádio, televisão, geladeira e casa própria não significa bem-estar social."
>
> Segundo eles, o bem-estar social vai além disso, e a responsabilidade do BNH, também.
>
> "Como subsídios a uma possível política habitacional."
>
> Agora quem diz é Jorge Wilheim, Secretário do Planejamento do Estado de São Paulo — "a preocupação não deve ficar na mera construção de casas mas, basicamente, na melhoria da qualidade da vida urbana e na crítica às soluções de cima para baixo". O arquiteto — repito, Secretário do Planejamento do Estado de São Paulo — "expõe a possibilidade da adoção de uma política de controle dos preços da terra, fornecendo facilidades para a aquisição de lotes para as famílias de baixa renda e para a implantação de infra-estrutura e equipamentos, além de uma política clara e racional de ocupação do solo.
>
> "Estas propostas poderiam trazer resultados mais positivos e mais rápidos do que a construção desses conjuntos, parecidos a quartéis e a cemitérios, onde há uma ambição olímpica e circense por parte da entidade empreendedora bater novos recordes" observa o Secretário do Planejamento do Estado de São Paulo."

Portanto, Sr. Presidente e Srs. Senadores, nós, que deveremos receber, na próxima quarta-feira, na Comissão de Economia, o Presidente do BNH, hoje levantamos, mais uma vez, assunto que constantemente temos abordado nesta Casa, com relação aos dramas da coletividade urbana do País, dos pobres que não têm condições de acesso à casa própria, através do sonho que instituiu o BNH.

O Sr. Osires Teixeira (ARENA — Goiás) — Permite V. Exª um aparte?

O SR. ORESTES QUÉRCIA (MDB — São Paulo) — As críticas que fazemos ao instituto, Sr. Presidente, não são feitas tão-somente por nós, do MDB, não constituem privilégio nosso. E daqui a poucos instantes farei comentários a respeito de uma entrevista da fundadora do Banco Nacional da Habitação, a Deputada estadual Sandra Cavalcanti, da ARENA do Rio de Janeiro. Antes, concedo o aparte ao nobre Senador Adalberto Sena.

O Sr. Adalberto Sena (MDB — Acre) — Não desejava interferir neste debate, porque em anos anteriores já debati muito o assunto, nesta Casa, e verifiquei que todas as críticas feitas por mim, em discursos e em apartes daqueles que me honraram com suas intervenções, foram pouco a pouco sendo acatadas pelo próprio Governo que, paulatinamente, foi adotando nossas idéias, sem ter, contudo, até hoje, realizado aquilo que apontávamos como o desejado e mais oportuno para a solução desses problemas. Entretanto, abalanceime em dar este aparte apenas impressionado por uma declaração do aparteante, Senador Osires Teixeira, meu distinto amigo, quando classificou como paternalista a idéia de V. Exª, de que não se cobrassem juros dos trabalhadores de baixa renda candidatos a essas habitações. Absolutamente, não considero isso paternalismo, sendo que a idéia aqui defendida por mim, há dois anos, o foi também pelo nobre Senador Franco Montoro, quando sustentou, nesta tribuna, que a habitação é uma necessidade social, assim como a educação e a saúde; e que, portanto, o Governo tem obrigação de dá-la, como a educação e a saúde, àqueles que não têm poderes, não têm meios, sequer, para obter um casebre, uma dessas habitações mais baratas do BNH. Temos, agora, muito mais razões para dizer isso, quando o Banco Nacional da Habitação acusa saldos mirabolantes, quando sentimos que ele podia empregar parte desses saldos ao menos para executar parte desse plano social — não posso deixar, nobre Senador Osires Teixeira, de fazer um reparo àquela declaração de V. Exª Muito obrigado a V. Exª, Senador Orestes Quércia, pela oportunidade que me deu, deste aparte.

O SR. ORESTES QUÉRCIA (MDB — São Paulo) — Eu é que agradeço o aparte de V. Exª, nobre Senador Adalberto Sena, que em defesa do nosso ponto de vista contra-argumentou e muito bem, a respeito da alegação do nobre Senador Osires Teixeira.

O Sr. Osires Teixeira (ARENA — Goiás) — Permite V. Exª um aparte?

O SR. ORESTES QUÉRCIA (MDB — São Paulo) — Também acho que, em se adotando critério social, não se quer significar, com isto, paternalismo. Inclusive, porque o próprio Ministro Rangel Reis já reconheceu, em entrevista à imprensa, a necessidade de se baixar, pelo menos, a correção monetária.

O Sr. Osires Teixeira (ARENA — Goiás) — Permite V. Exª um aparte?

O SR. ORESTES QUÉRCIA (MDB — São Paulo) — Houve reconhecimento da parte do próprio Ministro, que, dias atrás, se prontificou a propor ao BNH que se reduzisse em 50% a correção monetária. Portanto, o princípio é válido tanto para o Ministro como para nós, do MDB.

Tem V. Exª o aparte, Senador Osires Teixeira.

O Sr. Osires Teixeira (ARENA — Goiás) — Antes que passe à análise da entrevista da Deputada Sandra Cavalcânti, permito-me prestar dois esclarecimentos a V. Exª: primeiramente, insisto na reposição do fato; as COHABs, sejam estatais ou metropolitanas, pertencentes ao município, não são comandadas pelo Banco Nacional da Habitação, nobre Senador; a COHAB é um instituto jurídico exatamente idêntico a uma cooperativa. Ela, a COHAB, é que faz o plano; é que seleciona a área, é que faz o projeto; . . .

O SR. ORESTES QUÉRCIA (MDB — São Paulo) — E o BNH aprova; ela faz o plano e o BNH aprova.

O Sr. Osires Teixeira (ARENA — Goiás) — . . . ela é que faz a análise e o estudo da viabilidade econômica. Ora, se a Companhia de Habitação escolheu mal a área, . .

O SR. ORESTES QUÉRCIA (MDB — São Paulo) — E se o BNH aprovou a escolha, errou também.

O Sr. Osires Teixeira (ARENA—Goiás) — ... se a Companhia de Habitação entrega ao Banco Nacional da Habitação um memorial descritivo, em que diz que se construirá na área x mil residências, e que essas...

O SR. ORESTES QUÉRCIA (MDB—São Paulo) — Área aprovada pelo BNH.

O Sr. Osires Teixeira (ARENA—Goiás) — ... residências têm um custo baixo, custando — para efeito de exemplificação, tão-somente — quinhentos cruzeiros por metro quadrado, e que isso significaria, evidentemente, uma bela aquisição para aqueles que se candidataram à aquisição da casa própria, perante a COHAB não há razão por que o Banco Nacional da Habitação deixar de acreditar nos relatórios dessas COHABs. Se V. Exª vier aqui, amanhã, fazer ataques e dizer que a COHAB metropolitana agiu mal quando selecionou uma área longe das áreas de trabalho, para vender aos seus mutuários as casas, se V. Exª aqui vier para dizer que o Secretário de Planejamento do Estado de São Paulo,...

O SR. ORESTES QUÉRCIA (MDB—São Paulo) — Dr. Jorge Wilhen.

O Sr. Osires Teixeira (ARENA—Goiás) — ... Dr. Jorge Wilhen, está "chovendo no molhado" quando diz que a habitação não é a simples moradia, habitação é um conjunto que significa a interação da vida de pessoas que vivem num determinado ambiente, V. Exª estará certo. Mas, entre isso e criticar o BNH porque financiou uma cooperativa ou financiou uma COHAB que, eventualmente, não atuou bem na seleção da sua área, V. Exª está responsabilizando erradamente a pessoa. E a segunda reparação, que eu queria fazer, era a propósito do aparte dado pelo eminente Senador Adalberto Sena, que qualifica como não-paternalista um empréstimo sem juros. Ora, como S. Exªs. sabem, os grandes recursos do Banco Nacional da Habitação *pertencem ao Fundo de Garantia* do Tempo de Serviço; pertencem, portanto, ao trabalhador brasileiro. Se pegarmos o dinheiro do trabalhador brasileiro e o aviltarmos a ponto de dá-lo, sem cobrar juros nem correção monetária, aí sim, nobre Senador, iremos em pouquíssimo tempo criar o caos; aí sim, nobre Senador, em pouquíssimo tempo, repito, estaríamos furtando do trabalhador brasileiro; o Banco Nacional da Habitação estaria dilapidando o patrimônio do trabalhador brasileiro, que é o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço. Quando o Banco Nacional da Habitação faz a compensação entre o juro máximo de 10% e o juro mínimo de 1%, nos seus financiamentos, de um a três salários mínimos, até financiamentos que atingem a mil salários mínimos da região, está justamente buscando encontrar um equilíbrio, buscando encontrar o denominador comum capaz de manter a política de habitação, que nos trouxe, de 1964, de 22 mil casas para 1 milhão e 200 mil casas, que V. Exª acha pouco, pois V. Exª acha que casa é como voto, que se apanha, assim, tão facilmente...

O SR. ORESTES QUÉRCIA (MDB—São Paulo) — Não sou eu e sim o Governo que achava, quando programou fazer as casas, e não cumpriu com a programação.

O Sr. Osires Teixeira (ARENA—Goiás) — Não, absolutamente! Não assiste razão a V. Exª O Governo criou um instituto financeiro capaz de financiar um volume **x** de casas. Para que esse volume de casas existisse era preciso que existisse **n** construtoras, **n** cooperativas, **n** COHABs, **n** organizações que, lamentavelmente, não responderam, tanto que V. Exª disse — e com muita razão — que o Banco Nacional da Habitação tem recursos de sobra. Se V. Exª deslocar-se, amanhã, para São Paulo e organizar vinte cooperativas, terá, no BNH, a cobertura para as vinte cooperativas; ao invés de vinte cooperativas, organizar duzentas, terá a cobertura para as duzentas. Recursos existem no BNH; o que estaria faltando seriam organizações capazes de absorver os recursos existentes no BNH para, junto com o Governo, resolver o grande problema do **deficit** habitacional. Se o BNH entendesse de construir casas e entregá-las prontas aos mutuários, teria razão, inteira razão V. Exª Mas, ao Banco Nacional da Habitação compete financiar as casas e — aí, sim, V. Exª tem razão — ao invés de agir paternalisticamente, dispensando juros e correção monetária, colaborar nos grupos habitacionais de baixa renda, compondo os equipamentos comunitários de que não são capazes as Prefeituras municipais, compondo os equipamentos comunitários que entenderia ao Poder público, para proporcionar aquilo que o Secretário de Planejamento de São Paulo quer dar como novidade: de que habitação não é tão-somente a moradia, senão esse conjunto, esse equipamento comunitário capaz de dar uma vida segura.

O SR. ORESTES QUÉRCIA (MDB—São Paulo) — Posso contra-apartear V. Exª?

O Sr. Osires Teixeira (ARENA—Goiás) — Se V. Exª fizer crítica a ele, aceito; se V. Exª fizer crítica à COHAB Metropolitana, posso admitir; ao BNH, não, Excelência.

O SR. ORESTES QUÉRCIA (MDB—São Paulo) — Vou tentar responder a V. Exª, quanto aos diversos argumentos levantados, que me parece mais realista que o rei, porque ataco, com os meus argumentos, o **status quo,** e V. Exª defende esse **status quo,** acha que está tudo em ordem, tudo maravilhoso. O Senador Daniel Krieger, há poucos instantes, disse que o Presidente da República está preocupado com o que ocorre. Então, V. Exª é mais realista do que o próprio Chefe de Governo, que reconhece que existe alguma coisa de errado.

O Sr. Osires Teixeira (ARENA—Goiás) — O BNH não é do Presidente da República, não é o caso de ser mais realista do que o rei, e, necessariamente, não devo pensar como ele.

O SR. ORESTES QUÉRCIA (MDB—São Paulo) — Permita-me continuar. V. Exª está sendo mais realista do que o rei, porque o Presidente da República está preocupado, e V. Exª, não. Para V. Exª, está tudo bem, tudo caminha maravilhosamente bem no BNH, não existe nenhum problema ali, Dona Sandra Cavalcanti "está ficando louca" ao dar essa entrevista! Realmente, sei que o dinheiro é do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, mas é preciso conciliar os diversos interesses em jogo, o interesse financeiro do Banco, o interesse do trabalhador de baixa renda, que tem baixa renda em virtude da política salarial do Governo, e o interesse nacional de construir casas. É um problema que tem de ser equacionado pelo Governo, deve ser equacionado pelo Governo, que não pode, de maneira nenhuma, receber o assunto em termos de conservação do **status quo,** como quer V. Exª

Com relação ao problema das COHABs, V. Exª disse que o BNH as financia, mas elas é que são responsáveis. Só se mudou de ontem para hoje, Excelência. Se não mudou, deve ser da forma como disse no meu discurso. V. Exª sabe que fui Prefeito, até dois anos atrás, da Cidade de Campinas, que tem uma COHAB, aliás a que melhor funciona no Brasil, reconhecidamente — dentro de alguns dias isto poderá ser confirmado com o Presidente do BNH que virá aqui. Não quero com isso levantar a questão de lá ser administração do MDB há oito anos, mas, por outros fatores, talvez, a COHAB de Campinas funciona muito bem — isso é reconhecido pelo próprio BNH. Tenho, portanto, experiência porque a Prefeitura é dona da COHAB de Campinas e a experiência me diz que todo o projeto que a COHAB apresenta é aprovado pelo BNH, a localização, o preço definitivo, o preço do terreno.

No que tange às COHABs, realmente, o BNH interfere quase que totalmente em todas as obras das COHABs. Ora, se interfere, se aprova projetos, terrenos, localização — e o Presidente do BNH estará aqui dentro de dois dias, quando o assunto poderá ficar esclarecido — poderemos chegar à nossa conclusão, porque pelo menos até ontem era assim. O fato é que ele é responsável pelas COHABs, pelo que ocorreu com a COHAB de São Paulo, que, hoje, tem cinco mil casas fechadas, sem condições de habitabilidade, como disse o Prefeito de São Paulo, recentemente.

Creio, portanto, que o *BNH é responsável pelos desvios* da política habitacional, pela sistemática econômica que adota e também, no aspecto administrativo, pelas deficiências e despesas das COHABs, que ele controla.

Quero, Sr. Presidente, fazer menção à recente entrevista da Deputada Sandra Cavalcânti, da Assembléia Legislativa do Estado

do Rio de Janeiro, a primeira Presidente do Banco Nacional da Habitação; a sua fundadora, por sua experiência no Governo Carlos Lacerda, quando ela construiu casas populares naquela cidade:

"Em entrevista exclusiva ao **Correio Braziliense**, a Deputada Sandra Cavalcanti, fundadora do BNH e criadora do Plano Nacional de Habitação, manifesta suas preocupações sobre a distorção da política habitacional que está sendo aplicada no País. A parlamentar acha que o BNH fugiu muito de suas finalidades não atendendo, como deveria, ao seu principal objetivo que é o de cumprir socialmente o papel que lhe fora designado com a criação do Plano Nacional de Habitação.

O fato, que atinge a grande parte da população brasileira, também está preocupando o Presidente da República, afirma a parlamentar, que na última terça-feira manteve um rápido encontro com o Presidente. Logo após a conversa com Geisel, Sandra Cavalcanti informou ao repórter do **Correio Braziliense** que a atual política habitacional desagrada em muito ao Palácio do Planalto.

Nobre Senador Osires Teixeira, disse V. Exª que nada tem com o BNH, mas, pelo menos, está descontente com o que ali ocorre.

O Sr. Osires Teixeira (ARENA — Goiás) — V. Exª pode distorcer a palavra de outros; a minha, não. Eu disse que ele não é o dono do BNH e, por este motivo, ele não estava mais realista do que o rei. Eu disse que o BNH é um patrimônio nacional do trabalhador brasileiro.

O SR. ORESTES QUÉRCIA (MDB — São Paulo) — Bem, partindo do princípio de que a palavra não existe tão-somente para dissimular o pensamento — como dizia o Ministro de Napoleão — acho que o Presidente tem responsabilidade também junto ao BNH, por ser Presidente da República.

O Sr. Osires Teixeira (ARENA — Goiás) — Com o advérbio também, eu concordo. Sua Excelência tem responsabilidade também, V. Exª também.

O SR. ORESTES QUÉRCIA (MDB — São Paulo) — Todos nós também.

Continua a entrevista:

"A ação do BNH não satisfaz ao Presidente Geisel — declarou a parlamentar — e ele é de opinião de que é preciso revolucionar o setor." O certo é que, quando elaborei o Plano, eu queria casas para brasileiros sem casas. Eu queria moradia melhor para famílias brasileiras vivendo em condições de inferioridade humana"...

Portanto, Sr. Presidente, quero desta entrevista, cujo resumo já vimos no nariz de cera da notícia, destacar dois pontos que se relacionam com as respostas. São as seguintes perguntas:

2 — Acha que o Plano não vem correspondendo à expectativa?

R. — Acho, infelizmente acho. O BNH, por razões que não são da responsabilidade da atual diretoria, fugiu às suas finalidades. É hoje um dos mais poderosos bancos da América Latina... Publica balanços espetaculares. Registra lucros fabulosos. Acontece, porém, que o Presidente Castello Branco não o criou para isso. Nem eu, quando elaborei o Plano, idealizei o sistema e fundei o Banco — nem eu queria isso. Eu queria casas para brasileiros sem casas. Eu queria isso. E moradia melhor para famílias brasileiras vivendo em condições de inferioridade humana.

3 — Por que o BNH fugiu aos objetivos?

R — Porque esqueceu as finalidades sociais do Plano e passou a operar como um órgão exclusivamente financeiro. Ninguém nega que o BNH deve procurar evitar prejuízos. Deve escapar aos desastres. Não deve repetir os erros da Fundação da Casa Popular e das antigas Carteiras Hipotecárias. Mas, daí a se transformar num mero ganhador de dinheiro, vai uma imensa distância. Tanto assim que o Presidente Ernesto Geisel, assim que assumiu a Presidência, quis saber o destino dado a esse lucro. Foi em decorrência disso que o BNH reformulou o Plano na parte relativa às camadas de menor renda, dando objetivo social àquele lucro.

É, como disse anteriormente, o programa que estabeleceu que os reajustes são efetuados somente uma vez ao ano. Portanto, Sr. Presidente, não são apenas palavras nossas, da Oposição...

O Sr. Eurico Rezende (ARENA — Espírito Santo) — Honra-me V. Exª com um aparte?

O SR. ORESTES QUÉRCIA (MDB — São Paulo) — Só alguns segundos e eu o concederei a V. Exª

...que quer um BNH que esteja realmente construindo casas, financiando casas, através da COHABS que controla, para os trabalhadores brasileiros.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, é verdade que somos da Oposição, do MDB, nesta Casa. É verdade que existe o drama da habitação popular. Temos a obrigação e responsabilidade de levantar esses problemas no Senado, no Congresso. E a nossa expectativa não é a de que o problema persista, para que nós continuemos, na Oposição, a clamar contra ele. Queremos que seja resolvido, que o Presidente da República, dadas as informaçaões da Deputada Sandra Cavalcanti e do Senador Daniel Krieger, realmente se interesse, pessoalmente, se for o caso, em verificar o problema do BNH, para colocar nos trilhos os objetivos que inspiraram a instituição do Banco Nacional da Habitação.

Tem V. Exª o aparte.

O Sr. Eurico Rezende (ARENA — Espírito Santo) — V. Exª que foi Prefeito de Campinas, e bom prefeito,...

O SR. ORESTES QUÉRCIA (MDB — São Paulo) — Obrigado.

O Sr. Eurico Resende (ARENA — Espírito Santo) — ...tanto assim que foi guindado a uma deputação estadual e, em seguida, tornou-se o Senador dos cinco milhões de votos, parece que o maior da História da Humanidade, e que está, agora, tendo condições competitivas para, em termos de Governo de São Paulo, tentar marginalizar o seu eminente colega Franco Montoro, sabe perfeitamente que o Governo realiza projetos e acompanha a sua execução. Se se evidenciam regularidades de resultado, se a execução é frutífera, estimulada, muito bem; mas se, ao contrário, apresenta falhas, omissões, demasias, então, o próprio Governo a retifica. Isto deve ter acontecido com V. Exª, quando Prefeito de Campinas. V. Exª não poderá afirmar, sob a égide da verdade, nesta Casa, que jamais retificou qualquer plano, como Prefeito de Campinas. Ora, a política habitacional do Governo vem sofrendo retificações. No atual Governo, já sofreu várias. Ainda recentemente, o Presidente da República determinou se fizesse um abatimento de 50% no índice de correção monetária, dentro da jurisdição do PLANHAP, isto é, casas populares. Antes, criticava-se o Governo porque não havia plano habitacional. O pobre coitado que desejasse obter casa com financiamento da Caixa Econômica tinha que procurar um Deputado ou um Senador e apanhar a assinatura do Sr. Juscelino Kubitschek ou do Sr. João Goulart para poder conseguir o empréstimo. Esta foi, durante muitos anos, verdade desafiante, maldita, nesta País, pelo seu caráter discriminatório. Então, hoje, o Governo tem um Plano que já evoluiu. V. Exª critica o BNH porque ele está operando em termos de gigantismo financeiro, ficou muito rico. A crítica de V. Exª é válida, porque, realmente, o próprio Presidente do BNH vem propondo alterações. Agora, estas alterações não podem obedecer à emoção, mas devem ser orientadas por dados

técnicos, com muito cálculo, porque correção monetária é coisa muita séria neste País — no dia em que se suprimir, a economia do Brasil acaba. Voltaremos, em termos econômicos, à rota das caravelas. Então, quando o Senhor Presidente da República diz, por intermédio da Deputada Sandra Cavalcânti, segundo ela afirmou, que não agrada a ele, Presidente, o andamento da política do Banco Nacional da Habitação, Sua Excelência, com isso, caracteriza o seu interesse em aperfeiçoar o sistema, porque irá muito mal um país em que o Presidente da República diga que está muito satisfeito. A insatisfação presidencial é um dos fatores decisivos do desenvolvimento nacional, através da reformulação de princípios, da execução de projetos heróicos, como o do Banco Nacional da Habitação. A sua situação melhorou, e melhorou muito. O fato de termos mutuários sem capacidade para adimplência, para o pagamento regular das prestações, se, de um lado, caracteriza um estágio negativo, de outro, demonstra que o Banco Nacional da Habitação confiou no trabalhador, entregou-lhe um patrimônio, tendo em vista a renda familiar que, mais tarde, tornou-se erodida. Mais tarde, o orçamento doméstico perdeu aquela eficácia que foi demonstrada quando o mutuário pleiteou o financiamento para aquisição da casa própria. Então, no discurso de V. Exª, recolhemos apenas — **concessa venia** — a monotonia de um reconhecimento nacional: há necessidade de se alterar a política habitacional do Governo. Isso é próprio de todo Governo — não há imutabilidade nos projetos. E V. Exª mesmo jamais adotou, como Prefeito de Campinas, a imutabilidade nos seus projetos e nos seus planos.

O SR. ORESTES QUÉRCIA (MDB — São Paulo) — Agradeço o aparte do nobre Senador Eurico Rezende, com o qual estou plenamente de acordo, no sentido de que um governante não pode estar satisfeito com o **status quo**; ele deve, realmente, estar insatisfeito, acompanhando, em seu gabinete ou suas visitas, o desenrolar do destino do seu País e deve, evidentemente, tomar, quando necessário, medidas rápidas e eficientes para que o curso dos projetos que não andam bem seja retomado no sentido em que o Presidente, no seu consenso, do Governo, reconheça que vá bem.

Exatamente esse o objetivo do meu despretensioso discurso nesta tarde, o pedido que enunciei no início dele, e que reformulo, em resposta ao aparte de V. Exª, Senador Eurico Rezende: que o Governo, o Presidente da República, tome, realmente, providências imediatas, para que o BNH volte aos trilhos ou, pelo menos, se reencaminhe aos trilhos — se é que em alguma oportunidade ele esteve totalmente dentro dos trilhos — volte ao seu destino, à sua predestinação, porque toda a Nação está esperando isso. E nós contamos com o Governo para intervir nesse sentido. (**Muito bem! Palmas.**)

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Concedo a palavra ao nobre Senador Franco Montoro, que falará como Líder do MDB.

O SR. FRANCO MONTORO (MDB — São Paulo. Como Líder, pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

A Liderança do MDB cumpre o dever de trazer ao conhecimento do Senado, e solicitar às autoridades responsáveis providências para o seu esclarecimento, um fato da maior gravidade.

Na última sexta-feira, foi seqüestrado ou preso, em Londrina, o Presidente do Diretório Municipal do MDB, daquela cidade. Foram presos, também, o Vereador Genecy Guimarães, do MDB, de Londrina e o Vereador Newton Abel de Lima, de Paranaguá. Foram ainda presos ou se encontram desaparecidos: Mário Gonçalves Siqueira, Paulo Simeão Costa, João Alberto Heneche, Dirce Alves e Diogo Gimenes Ruiz.

Nosso companheiro, Senador Leite Chaves, informa de Londrina que essas prisões se efetuaram de forma estranha — não se sabe se se trata de um seqüestro ou de uma detenção realizada por autoridade pública.

O jornal **O Estado de S. Paulo** publica, sobre o assunto, uma notícia cujo título é o seguinte: "Seqüestrado o Líder do MDB em Londrina".

Informa que o Dr. Luís Gonzaga Ferreira, Presidente do Diretório Municipal e Advogado militante, tem a seu lado a Secção da Ordem dos Advogados, que procura fixar as condições em que se deu esse desaparecimento.

A Secretaria Geral do Movimento Democrático Brasileiro comunicou-se com o Ministro da Justiça, que declara estar tomando providências para apuração dos fatos.

Segundo notícias que nos chegam neste momento, alguns deles parecem ter sido presos por órgãos de segurança. De qualquer maneira, queremos lembrar o art. 153, § 12, da Constituição brasileira que, ao definir os Direitos fundamentais do cidadão brasileiro, inclui a seguinte norma:

> "Ninguém será preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita de autoridade competente. A Lei disporá sobre a prestação de fiança. A prisão ou detenção de qualquer pessoa será imediatamente comunicada ao juiz competente, que a relaxará, se não for legal."

O Sr. Virgílio Távora (ARENA — Ceará) — Permite V. Exª um aparte?

O SR. FRANCO MONTORO (MDB — São Paulo) — Ouço o aparte de V. Exª

O Sr. Virgílio Távora (ARENA — Ceará) — Eminente Líder, a exemplo de vezes anteriores, o fato apontado por V. Exª será levado ao conhecimento das autoridades e, pensamos nós, provas já demos a V. Exª de que providências serão tomadas e V. Exª, pelo menos, terá ampla, cabal explicação do fato a que alude.

O SR. FRANCO MONTORO (MDB — São Paulo) — Agradeço a intervenção do nobre Líder Virgílio Távora que, em nome da Minoria, se dispõe ...

O Sr. Virgílio Távora (ARENA — Ceará) — Maioria. No Senado somos bem Maioria ...

O SR. FRANCO MONTORO (MDB — São Paulo) — ... Maioria. É que, agora, em alguns Estados, nós somos Maioria, e, nas últimas eleições, o fomos. De vinte e dois Senadores, elegemos dezesseis. Nós, temos, muitas vezes, a maoiria dos Deputados.

O Sr. Virgílio Távora (ARENA — Ceará) — Só a maioria dos Deputados.

O SR. FRANCO MONTORO (MDB — São Paulo) — V. Exª tem razão, retifico. Apenas, dou explicação psicológica do fato, que tem, também, um fundamento sociológico e político. Não é tão absurda a confusão.

O Sr. Virgílio Távora (ARENA — Ceará) — Ilustre Líder, nós já concordamos para o ano 2000, está recordado? ...

O SR. FRANCO MONTORO (MDB — São Paulo) — Essas, as profecias de V. Exª — os nossos prognósticos são mais otimistas.

Sr. Presidente, esses fatos são, de sua natureza, graves e exigem, realmente, um esclarecimento cabal sobre a matéria. Temos a certeza de que o Sr. Ministro da Justiça tomará aquelas providências exigidas por lei. De qualquer maneira, é estranho que se faça uma prisão nestas condições e que, passados alguns dias, ainda se tenham dúvidas sobre a significação exata daqueles desaparecimentos. A segurança, que é um direito de todos os brasileiros, exige que haja um esclarecimento a este respeito.

O Movimento Democrático Brasileiro, dando cumprimento àquilo que é seu rigoroso dever, transmite as informações que nos são fornecidas pelo nobre Senador Leite Chaves, e dá apoio às suas diligências. S. Exª permanece neste momento em Londrina, para procurar apurar os fatos e tomar as medidas legais, na defesa do direito de seus companheiros.

Sr. Presidente, aproveito também a oportunidade para encaminhar à Mesa uma resolução, na forma do art. 37, da Constituição, combinado com o art. 170, do Regimento Interno do Senado. Signatários deste documento, representando mais de um terço desta Casa, resolvem criar uma Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar e analisar a atuação do Movimento Brasileiro de Alfabetização — MOBRAL, em especial no que concerne à celebração de convênios com os municípios para alfabetização dos excedentes das escolas primárias.

A Comissão será composta de sete membros efetivos e igual número de suplentes. Sua despesa se limitará a cem mil cruzeiros e a Comissão realizará seus trabalhos no prazo de 120 dias, contados da data de sua instalação.

A justificação dessa Comissão Parlamentar de Inquérito se encontra nas razões apresentadas nos discursos dos ilustres Senadores João Calmon, Jarbas Passarinho e Luiz Viana, que acompanham esta solicitação.

Para as providências regimentais, passamos à Mesa o texto da resolução e os documentos que a acompanham, como justificação.

Era o que tinha a dizer. **(Muito bem!)**

"DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. FRANCO MONTORO EM SEU DISCURSO:"

Artigo publicado no **O Estado de S. Paulo,** de 14-09-75, edição de domingo, página 41.

Seqüestrado o líder do MDB em Londrina

Do correspondente em MARINGÁ

O presidente do Diretório Municipal do MDB em Londrina, Luís Gonzaga Ferreira, e um funcionário da Viação Garcia, João Alberto Heinecke, foram seqüestrados sexta-feira à noite nesta cidade, sem saber-se até agora quem são os responsáveis. Até ontem, ainda não havia nenhuma informação sobre o seu paradeiro, apesar dos esforços feitos pela Subseção da OAB — Ordem dos Advogados do Brasil — na cidade, pois Luís Gonzaga também é advogado.

O presidente da OAB em Londrina, advogado Nilo Ferraz de Carvalho, procurou informação junto à Polícia Federal de Londrina, sobre o paradeiro de Luís Gonzaga, mas disseram-lhe que não sabiam de nada e que só tomaram conhecimento do ocorrido através de telefonemas. Entretanto, anteontem à noite, partiu um comunicado do escritório da Polícia Federal na cidade, à Imprensa de Londrina, proibindo a divulgação de qualquer notícia sobre os raptos ou seqüestros. Depois do seu contato na Polícia Federal em Londrina, Nilo Ferraz falou com o presidente da OAB regional em Curitiba, e este também procurou a Polícia Federal na Capital, onde lhe asseguraram desconhecer os raptos ocorridos em Londrina e que ali não havia ninguém preso. Por causa disso, diz Nilo, é provável que Luís Gonzaga (ele ignora até ontem o outro seqüestro) esteja detido no Batalhão de Infantaria do Exército em Apucarana, mas aí, só será possível obter alguma informação na segunda-feira.

Luís Gonzaga foi seqüestrado entre as 20 e 30 e 21 horas de anteontem, quando chegava à sua residência. Segundo testemunhas, alguns dos elementos que participaram da ação de seqüestro a Luís Gonzaga (eram cinco no total) apresentaram-se pouco antes dele chegar em casa, à sua esposa, como sendo da Polícia Federal e do Exército (as mesmas testemunhas dizem que um apresentou credencial de tenente do Exército). Eles estavam numa camioneta Veraneio, com placa oficial e ainda segundo testemunhas a placa era de Curitiba. Os elementos chegaram à casa de Gonzaga, no Jardim—Quebec, por volta das 18 horas, pedindo informações a um guarda da residência ao lado sobre o aspecto físico do político. Segundo outras informações, também teriam se apresentado como cientes, um dos quais dizendo que estava com um problema de terras e tinha um funcionário ferido. Rondando o quarteirão ou parados próximos à casa ficaram aguardando a chegada do advogado. Por volta das 20 e 30 a 21 horas, quando Gonzaga estava chegando em casa, foi seqüestrado sem nenhuma explicação ou identificação e, quando uma filha dele pediu aos elementos para soltarem o pai, um deles disse, para um visitante da família, Almir Passos, que acalmasse a menina e que Luís estava sendo detido por ordem do SNI. Dois minutos depois, a Veraneio se dirigiu em direção a BR—72, que liga Londrina a Curitiba, mas que também serve de acesso a BR—376, que leva à Apucarana, onde há um batalhão do Exército.

Nilo Ferraz de Carvalho, presidente da OAB em Londrina, disse ontem que ainda não existe nenhuma informação sobre o paradeiro de Luís Gonzaga e não se sabe qual poderia ser a causa, pois o político é uma pessoa muito respeitada na cidade.

OUTRO CASO

Um outro seqüestro em Londrina foi feito por três elementos, que também estavam numa Veraneio com placa oficial de Curitiba, mas este meia hora depois que os policiais procuraram pela primeira vez a casa de Luís Gonzaga, por volta das 18 e 30. João Alberto Heinecke, funcionário da Viação Garcia, residente na rua Araicás, 216, foi seqüestrado na frente de sua residência por três elementos que o procuraram e também sem qualquer explicação. Os familiares tentaram localizá-lo na Delegacia de Polícia local, mas receberam a resposta de que ali ele não estava.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — A proposta apresentada pelo Sr. Senador Franco Montoro será examinada pela Secretaria-Geral da Presidência e encaminhada, na forma regimental.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Concedo a palavra ao nobre Senador Itamar Franco. **(Pausa.)**

S. Exª não está presente.

Concedo a palavra ao nobre Senador Jarbas Passarinho. **(Pausa.)**

S. Exª não está presente.

Concedo a palavra ao nobre Senador Osires Teixeira.

O SR. OSIRES TEIXEIRA (ARENA — Goiás. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Pedimos a palavra para um registro que deve durar de um a dois minutos.

É que, Sr. Presidente, Srs. Senadores, comemoram hoje as Comunicações brasileiras, através da EMBRATEL, dez anos de atividades, que se iniciaram com a epopéia dos primeiros seiscentos quilômetros de linhas telegráficas, plantadas em íngreme território, pelo magnífico Cândido Mariano Rondon, ainda no século XIX. Veio o Brasil caminhando vagarosamente no setor das telecomunicações, daquela época a, praticamente, a instalação da EMBRATEL. E a partir daí, assimilou, efetivamente e sem perda de tempo, um desenvolvimento tecnológico extraordinário, que tomou conta de todo o mundo contemporâneo. Na verdade, graças a um esforço governamental gigantesco, a EMBRATEL pode comemorar o seu 10º aniversário, anunciando à Nação, através da inauguração, realizada hoje, pela manhã, do satélite doméstico Tanguá II, a duplicação da nossa capacidade de comunicação interna e um aumento substancial da nossa capacidade de comunicação com todo o mundo. Hoje, o Brasil e unido, seja por telefone, seja por telex, seja por televisão. Hoje, o Brasil inteiro representa um país uno na telecomunicação, graças a esse esforço gigantesco dos governos, a partir da instalação da EMBRATEL.

O Sr. Virgílio Távora (ARENA — Ceará) — Permite V. Exª um aparte?

O SR. OSIRES TEIXEIRA (ARENA — Goiás) — Ouço, com prazer, nobre Senador.

O Sr. Virgílio Távora (ARENA — Ceará) — Na hora em que, com tanto júbilo, celebramos o primeiro decênio de vida da EMBRATEL, é elementar dever de justiça lembrar, junto ao nome já citado por V. Exª, de Cândido Mariano Rondon, defasado do tempo, mas não no esforço no sentido de ver o Brasil todo interligado *em seu território*, a figura de Humberto de Alencar Castello Branco, e da coragem pouco comum que esse estadista teve de, cobrando tarifas a preços justos, sobre elas fazer incidir a *sobretarifa, que constituiria* o Fundo Nacional de Telecomunicações, há vários anos criado mas nunca recolhido. À falta de um homem como ele que, enfrentando a impopularidade, deu à EMBRATEL os recursos necessários para assim proceder, e, que anos depois lhe seguiu, Emílio Médici com a criação da TELEBRÁS, que elevou o **ranking**, do nosso sistema de telecomunicações, a um dos índices mais avançados do mundo, pelo satélite artificial Tanguá I e, agora, numa coincidência feliz, pela instalação de Tanguá II na segunda etapa dessa grande e maravilhosa caminhada da nossa tecnologia. Neste momento de festa, é *justo que relembremos esses homens*, junto aos técnicos que nesta companhia, com o Cel. Haroldo Correia de Matos à frente, fazem a ufania dos brasileiros.

O Sr. Roberto Saturnino (MDB — Rio de Janeiro) — Permite V. Exª um aparte?

O SR. OSIRES TEIXEIRA (ARENA — Goiás) — Ouço V. Exª nobre Senador.

O Sr. Roberto Saturnino (MDB — Rio de Janeiro) — Nobre Senador Osires Teixeira, havia-me inscrito para fazer, também o registro deste evento tão significativo e que só pode suscitar regozijo por parte de toda a Nação brasileira, que é o transcurso do 10º aniversário da EMBRATEL. Vejo agora que a hora já vai adiantada e valho-me do oportuno e brilhante discurso de V. Exª, para inserir nele, também, o meu aparte, ressaltando os benefícios que a EMBRATEL já prestou ao País, ampliando extraordinariamente a capacidade do setor de comunicações, trazendo vantagens inequívocas e enormes a toda população e ao universo das empresas do País, que se beneficiam dessas facilidades de informação, multiplicadas pela ação desta nossa Empresa Brasileira de Telecomunicações. Não só pelos benefícios já prestados, mas como pelos efeitos altamente positivos que se podem vislumbrar pela ação futura da EMBRATEL nos próximos anos, cumprindo o seu extraordinário programa de ampliação, com a preocupação de colocar encomendas à indústria nacional, com a preocupação de fazer nascer e crescer indústrias genuinamente nacionais, produtoras desses equipamentos, absorvendo tecnologia estrangeira que precisamos, mas mantendo a maioria de controle acionário de capital nacional, enfim, uma orientação política que só merece louvores e aplausos, por parte da Oposição e da Nação brasileira. Assim, desejaria ressaltar, não só os benefícios que a EMBRATEL já prestou nesses 10 anos, mas, sobretudo, os que ainda vai prestar, nos próximos 10 anos, transformando a face desse País, em matéria de comunicações, pelo extraordinário programa de ampliações que está empreendendo. Deste modo, nobre Senador, quero colocar, também, a minha voz, a voz da Oposição, no regozijo pelo transcurso dessa data tão significativa para Nação brasileira, que é o décimo aniversário da Empresa Brasileira de Telecomunicações.

O SR. OSIRES TEIXEIRA (ARENA — Goiás) — Nobre Senador Roberto Saturnino, acolho o aparte de V. Exª, como acolhi, ainda há pouco, o do nobre Líder do meu partido, Senador Virgílio Távora, para com ele concordar, quando relembra, no episódio das alegrias do décimo aniversário da EMBRATEL, a figura exponencial de Castello Branco e a sua coragem na cobrança da tarifa real e, sobre a tarifa, as condições para a constituição do Fundo Nacional de Telecomunicações, bem assim, quando recorda a figura do eminente e ilustre Presidente Emílio Médici, em criando a TELEBRÁS, que tanto e tão relevantes serviços tem prestado à Nação brasileir.

De outra parte, quando V. Exª enfatiza o papel extraordinário que a EMBRATEL desempenha em favor das empresas, sobretudo, da média e da grande empresa brasileira. E, ainda mais, do papel que a EMBRATEL desempenha como fator dinamizador, diríamos assim, do aparecimento de indústrias genuinamente nacionais a produzirem bens necessários ao desenvolvimento brasileiro.

V. Exª, sem dúvida alguma está a falar em nome da Oposição para, conosco, festejar os dez anos da EMBRATEL, que é, sobretudo, a conquista — não desse ou daquele Governo, mas, acima de Governo e de Partidos, a EMBRATEL é a conquista de um *Brasil adulto, porque ela, como ele, é uma empresa adulta*, já nos seus dez anos de idade. **(Muito bem! Palmas.)**

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Concedo a palavra ao nobre Senador Virgílio Távora. **(Pausa.)**

S. Exª não está presente.

Concedo a palavra ao nobre Senador Agenor Maria. **(Pausa.)**

S. Exª não está presente.

Concedo a palavra ao nobre Senador José Esteves. **(Pausa.)**

S. Exª não está presente.

Concedo á palavra ao nobre Senador Otair Becker.

O SR. OTAIR BECKER (ARENA — Santa Catarina) (Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Pelo seu conteúdo, como pelas qualificações do autor, a carta dirigida pelo eminente Senador Luiz Viana ao Presidente da ARENA, o nobre Senador Petrônio Portella, deveria ter suscitado *longo e intenso debate. O ex-Governador da Bahia e ex-Chefe* da Casa Civil da Presidência da República formulou sugestões à Direção Partidária, por esta solicitadas aos membros da ARENA. Atendeu, assim, a apelo que lhe viera da cúpula partidária.

No entanto, o documento não originou, até o momento, *discussão alguma. Não mereceu apoio, nem condenação*. A publicação da carta apenas constituiu uma surpresa, um susto.

Passado este, tudo foi esquecido, como se nada houvera, nada houvesse digno de exame e discussão!

Reputo esta carta como um dos mais importantes documentos *surgidos no* âmbito de nosso Partido nos últimos anos.

Li, no dia 8 do corrente, editorial do **Jornal do Brasil**, publicado no dia anterior, sob o título **Poder Invisível**, *acrescentando ser enorme* a importância de afirmações, merecedoras de reflexão de todos que se preocupam com os destinos deste País. Prometi voltar a ocupar a tribuna para algumas palavras a mais. É o que hoje faço.

Quem quer que leia o editorial incorporado em nossos Anais *nele verá acusações extremamente graves, decorrentes* da existência do que o jornal carioca aponta como um "descompasso entre as palavras e a ação do Executivo". Alude o editorialista a divergência entre membros do primeiro escalão do Governo, que prolifera pelos demais escalões, na multiplicação de males que terminam, pelo que *aponta como um* "descompasso entre as palavras e a ação do Executivo".

Denuncia o jornal a existência de uma *espécie de poder invisível*, dentro do próprio Governo, com forças suficientes para impor tão estranho **descompasso.**

A crítica se estende ao campo restrito de debate, que seria admitido, a fim de que esta divergência e qualquer troca de opinião se esgotem em setor *exclusivamente interministerial.*

E denuncia conseqüências negativas desse **descompasso,** que paralisam o setor privado, desorientando-o.

Como a carta do nobre Senador baiano, as denúncias e acusações do **Jornal do Brasil,** cuja gravidade não preciso salientar, foram, *mais uma vez, recebidas apenas com silêncio.*

De lado, possíveis excessos das afirmações, o editorial do **Jornal do Brasil** referiu-se a fenômeno de fato perturbador.

Incidindo estas "divergências" sobre questões graves, de natureza doutrinária, inevitável que delas resulte uma espécie de luta surda, que é maléfica ao Governo, à ARENA, que o apóia, e, evidentemente, ao País. Essa divergência, esse descompasso impõe desorientação e se traduz muito facilmente em "luta" interna, que possui grande poder de desgaste.

O Sr. Orestes Quércia (MDB — São Paulo) — Permite V. Exª um aparte?

O SR. OTAIR BECKER (ARENA — Santa Catarina) — Pois não, com muito prazer.

O Sr. Orestes Quércia (MDB — São Paulo) — Nobre Senador Otair Becker, da igual forma que, dias atrás, eu dizia ao nobre Senador Dinarte Mariz — que se preocupava com os rumos do MDB, de que ele, evidentemente, tinha todo o direito de se preocupar com os rumos do MDB, por ser integrante da classe política, da qual todos fazemos parte — assim também quero congratular-me com V. Exª, por levantar um assunto — sem querer me definir em questões como se V. Exª tem razão ou não — mas por tratar de um tema bastante interessante e oportuno, que diz respeito ao seu partido. Li, também, a carta do nobre Senador Luiz Viana. S. Exª salientava muito bem a necessidade de a ARENA ser ARENA, porque o Governo era uma coisa e a ARENA era outra. Lembro-me de uma frase muito significativa que dizia: "O partido pode ter muitos direitos, menos o direito de ser cego, surdo e mudo". Evidentemente que, como diz o cabloco lá do sertão da minha terra, " para quem sabe ler, um pingo é letra". É claro que desejou o eminente Senador baiano, sem eu querer ir ao significado mais profundo da carta de S. Exª — nós, que somos favoráveis ao crescimento, ao fortalecimento da classe política, achamos que este assunto é bastante oportuno, mesmo porque dá uma idéia de independência de eminentes figuras que integram a ARENA, nesta Casa, e que também não estão contentes com os rumos que se sucedem, atualmente, na política do partido situacionista. Tem V. Exª, portanto, a minha palavra de saudação, por ter abordado assunto tão importante, que acho, na minha opinião, para todos nós, da classe política, porque se a ARENA, também partido, mas que hoje não tem muitas condições de ser um independente, de vez que ela não escolhe o seu Presidente, não escolhe o seu Líder — e V. Exª sabe disso. É um partido que realmente precisa — na minha modestíssima opinião, talvez eu nem tenha o direito de dar opinião mas, pedindo desculpas por dá-la — encontrar o seu destino de independência, a fim de dar a grandiosidade necessária à classe política que integra a Aliança Renovadora Nacional.

O SR. OTAIR BECKER (ARENA — Santa Catarina) — Eminente Senador Orestes Quércia, é exatamente o sentido de independência, de autenticidade, de objetividade e de coerência, sobretudo, com meu pronunciamento de estréia, nesta Casa, que estou pronunciando este discurso. Agradeço o aparte de V. Exª

E, com muito prazer, ouço o eminente Senador Luiz Viana.

O Sr. Luiz Viana (ARENA — Bahia) — Inicialmente, desejo agradecer a V. Exª as referências tão generosas, tão amáveis a meu respeito e a respeito do documento que enderecei ao meu Partido. Completando o pensamento do Senador Orestes Quércia, realmente muito oportuno, quero assinalar que o meu objetivo principal e o meu pensamento é que somente pela existência de partidos fortes na sua estrutura, e fortes na opinião, isto é, prestigiados pela opinião, é que poderemos, realmente, alcançar a prática normal e eficiente da democracia. Este foi o sentido do documento que enviei ao meu Partido e que, segundo V. Exª, parece que eu melhor teria feito se, plagiando um ilustre escritor, o tivesse intitulado de "carta aos surdos"

O SR. OTAIR BECKER (ARENA — Santa Catarina) — Agradeço a participação de V. Exª. Devo dizer-lhe, eminente Senador Luiz Viana Filho, que exatamente, tomei a liberdade de incorporar algumas citações de sua extraordinária manifestação em carta dirigida à Direção do nosso Partido, porque elas têm plena identidade com o que eu penso. Disse V. Exª tudo aquilo que eu imaginava dizer, mas que, não tendo as mesmas qualificações para fazê-lo . . . **(Não apoiado!)**

O Sr. Luiz Viana (ARENA — Bahia) — V. Exª não teve foi oportunidade.

O SR. OTAIR BECKER (ARENA — Santa Catarina) — . . . busquei, exatamente, alicerçar-me na sua carta.

Prossigo, Sr. Presidente:

Essa desorientação tem sido afirmada de modo abundante pelos órgãos de nossa Imprensa e pelas entidades representativas das classes produtoras. E é fácil de o vermos, mesmo sem desdobramento, nos debates travados nesta Casa, e muito especialmente na Câmara dos Deputados. Chegamos a ver autoridades de segundo escalão reverberando posições e pensamento de seus superiores. Essa é uma desarmonia tão evidente quanto prejudicial ao próprio Governo.

Na parte final do Editorial, o **Jornal do Brasil** se volta contra a ARENA, acusando-a de querer "ganhar eleições por decreto". Aqui, o editorialista diz menos do que pensa. Limita-se a insinuar, pois ninguém na ARENA quer vencer eleição por decreto! Parece, ao contrário, haver uma ação continuada e talvez inconsciente para impedir que a ARENA vença as eleições! É o que podemos concluir da firmeza com que se impede que o Partido funcione como agremiação democrática.

Estamos às vésperas de uma convenção nacional. Será ela rápida e seus resultados são sobejamente conhecidos, com a única exceção quanto ao texto do discurso a ser proferido pelo eminente Presidente Ernesto Geisel. Fora isto, tudo mais está decidido e rigidamente programado.

Informa a Imprensa que será mesmo uma festa, que não quebrará a apatia e a desconfiança do povo.

Não se pode cobrar do Partido o que não foi e não é de sua responsabilidade, pois não foi fruto de deliberação sua, livremente adotada. Via de regra nem sequer temos "deliberações", pois estas se limitam ao anúncio de decisões!

Sr. Presidente, preocupo-me com o teor do Editorial do **Jornal do Brasil** nas suas afirmativas com os males decorrentes de uma duplicidade doutrinária dentro do Governo, a estimular lutas pelos escalões sucessivos, a desorientar a Nação, que se sente intranqüila diante do "descompasso entre as palavras e a ação do Executivo".

Aceitaria suas pesadas críticas à ARENA se não as simplificasse de forma tão inaceitável, não indo às origens dos males da Agremiação.

Tais críticas não são exclusivas do **Jornal do Brasil,** pois secundadas, até com violência muito maior, por toda a Imprensa. Mas esta comete, infelizmente, contradições que não contribuem para clarear o panorama. Ainda recentemente, vimo-la condenar e criticar a luta aberta no MDB, cujo escoamento natural seria o bater de chapa, querendo-o inerte e apático. E isto quanto tanto condena e investe contra a ARENA, precisamente por vê-la inerte e apática!

O MDB, por estas ou aquelas razões, por estes ou aqueles temores, chegou a uma espécie de entendimento que resultou na organização de chapa única para a renovação de sua direção. O entendimento é legítimo no sistema democrático, como a luta é natural nos partidos democráticos, nos quais as discrepâncias de opinião podem e devem vir à tona livremente.

A ARENA elegerá nova direção. Não é ela fruto de entendimento nem de luta partidária. Teremos um ritual para o cumprimento da Lei, não uma convenção de partido democrático que para o ser é imprescindível que as deliberações sejam objeto de discussão e votação. E, sobretudo, venham de baixo para cima. Não funcionando como deve funcionar um Partido, a ARENA enfrentará cada vez dificuldades maiores junto ao eleitorado; perante ao qual comparece sempre entre a cruz e a espada.

O Sr. Ruy Santos (ARENA — Bahia.) — V. Exª permite um aparte?

O SR. OTAIR BECKER (ARENA — Santa Catarina.) — Pois não.

O Sr. Ruy Santos (ARENA — Bahia.) — A discussão e a votação vão-se realizar no próximo sábado e domingo. Lá, V. Exª terá a oportunidade de expor suas idéias e eu terei a honra e a satisfação de ouvi-las.

O SR. OTAIR BECKER (ARENA — Santa Catarina.) — Minhas ponderações e idéias eu as estou definindo nesse momento. Agradeço, no entanto, a sua participação e o seu aparte que, para mim, é muito honroso, eminente Senador Ruy Santos.

O Sr. Eurico Rezende (ARENA — Espírito Santo.) — Honra-me V. Exª com um aparte?

O SR. OTAIR BECKER (ARENA — Santa Catarina.) — Com muito prazer.

O Sr. Eurico Rezende (ARENA — Espírito Santo.) — Diante do discurso de V. Exª e tendo em vista a intervenção do eminente Senador Ruy Santos, prefiro fazer incidir sobre o seu pronunciamento o realismo da minha opinião: o País se encontra num processo revolucionário, do qual a ARENA é participante, é responsável, e ao qual aderiu espontânea e efusivamente. Enquanto não decolar da Constituição aquele dispositivo que nela assegura a presença do AI-5, estamos num processo revolucionário e revolução quer dizer intervenção. Num sistema revolucionário a intervenção não parte nunca do Legislativo para o Executivo, o que seria um absurdo, mas sim do Executivo para o Legislativo, por via de conseqüência para o partido político de sustentação do Governo. Aceito a intervenção do Senhor Presidente da República na ARENA porque essa intervenção, na conjuntura atual, tem servido aos melhores interesses do País. Mas, faço votos para que esse regime conjuntural desapareça, sendo juiz dessa medida o Senhor Presidente da República que, estando no ápice da pirâmide, é quem tem condições, com a sua prudência, de estabelecer a oportunidade para essa providência. Resumo o meu ponto de vista: a ARENA aderiu ao processo revolucionário, e ao fazê-lo aceitou a intervenção do Senhor Presidente da República.

O SR. OTAIR BECKER (ARENA — Santa Catarina.) — Agradeço a interferência de V. Exª, e devo dizer que estou, exatamente, com este meu pronunciamento, eminente Senador Eurico Rezende, procurando fazer o debate porque, pessoalmente, sinto-o não só como uma grande necessidade como, ainda, fundamental ao aperfeiçoamento do regime democrático. Aceito o ponto de vista de V. Exª, porque estou, também, tendo a honra e o prazer da sua audiência e a de outros ilustres Senadores.

Continuo, Sr. Presidente.

Fica, assim, desnorteada, sem autenticidade, que é imprescindível para obter o apoio da opinião pública! Ao desgaste natural de todo o partido governista se somam males como a inércia, a apatia e a inautenticidade. Males que caracterizam a ARENA e já caracterizam o eleitorado! E de forma a mais perigosa e contrária aos nossos interesses maiores.

Sr. Presidente, não sou fanático do bipartidarismo, sobretudo quando não resultou de uma evolução natural da opinião pública, ou quando contraria dispositivo expresso na Constituição federal, como se dá entre nós, ensejando uma fonte perene de intriga.

Os Partidos realizarão suas Convenções, num momento em que todos estão convictos de que é inevitável o advento de mudanças profundas no âmbito político-partidário. Ninguém disso duvida. Todos isso esperam, o que dá ares de funeral às próximas Convenções. Governadores eleitos, indiretamente, acusam os Partidos de oligarquias e pregam mudanças. Por outro lado, alguns destes são acusados de ressuscitá-las. E os anúncios são os mais abundantes: novos partidos, voto distrital, fórmula alemã, francesa, japonesa, etc.

A prodigalidade de fórmulas não poderia ser maior, e consagra o retorno de todas as panacéias, de nossa farmacopéia político-partidária!

Almejo à nova direção arenista o máximo de êxito. Como arenista e brasileiro não poderia deixar de assim pensar, assim sentir. Ao Partido não negarei nada que esteja ao meu alcance, nem quebrarei a lealdade que devo ao Governo que apóio.

Ao ocupar, pela primeira vez, esta Tribuna, tracei conduta que terei até o último instante do meu mandato, conforme discurso publicado no **Diário do Congresso Nacional** do dia 4 de abril último. Serei fiel a mim mesmo e ao meu Estado, para ser fiel ao Brasil.

O Sr. Orestes Quércia (MDB — São Paulo.) — Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. OTAIR BECKER (ARENA — Santa Catarina.) — Com muito prazer.

O Sr. Orestes Quércia (MDB — São Paulo.) — Quero, novamente, interromper o discurso de V. Exª e, uma vez mais, pedir desculpas, mas V. Exª trata de assunto partidário e sou de outro Partido que não o de V. Exª

O Sr. Luiz Viana (ARENA — Bahia) — Mas é um assunto partidário tratado no plenário do Senado.

O Sr. Orestes Quércia (MDB — São Paulo) — Exatamente. Lembra muito bem o nobre Senador Luiz Viana, que esse é um assunto partidário tratado no plenário do Senado. Quero congratular-me com V. Exª, porque disse o Senador Eurico Rezende, no aparte dado a V. Exª, que ele está conformado com a situação, que aceita a intervenção, que admite estarmos vivendo num processo revolucionário e, portanto, tudo aquilo que vier de intervenção é bem aceito, há o aplauso, e isso significa, evidentemente, conformismo total. Congratulo-me com V. Exª, que não é um conformista total. Enquanto existirem estes que não são conformistas totais, ou simplesmente conformistas, creio que serão abertas novas frestas no horizonte democrático, que é o sonho de todos nós; por isso congratulo-me com V. Exª Com relação à observação do eminente Líder Ruy Santos, de que V. Exª poderia falar na Convenção, acho que S. Exª labora em erro, porque penso que V. Exª, como representante do povo de Santa Catarina, está falando num local adequado um assunto a ele adequado; inclusive porque V. Exª falar na Convenção da ARENA é muito difícil, tendo em vista que debater na Convenção pressupõe a existência de mais de uma opção, para se definirem os rumos do Partido. Discutir na Convenção pressupõe-se a existência de duas ou três chapas. E esta não é a realidade. Então, não vejo razão alguma, **data venia**, para V. Exª debater o assunto na Convenção. Desse modo, V. Exª está, dentro da realidade, debatendo este assunto na tribuna para a qual o povo de Santa Catarina o enviou.

O SR. OTAIR BECKER (ARENA — Santa Catarina) — Muito obrigado ao aparte de V. Exª, pelas palavras que inseriu neste discurso,...

O Sr. Ruy Santos (ARENA — Bahia) — Permite V. Exª um aparte?

O SR. OTAIR BECKER (ARENA — Santa Catarina) — ...de que estou a fazer esta declaração porquanto a Convenção já está organizada, está toda arrumada. Muito obrigado a V. Exª, Senador Orestes Quércia.

Ouço, com muito prazer, o nobre Senador Ruy Santos.

O Sr. Ruy Santos (ARENA — Bahia) — Eu não disse, como falou o nobre Senador Orestes Quércia, que V. Exª não deveria falar aqui. Acho que este é o ambiente em que V. Exª tem sempre vez e oportunidade para falar. Apenas disse que V. Exª podia, também, falar na Convenção.

O SR. OTAIR BECKER (ARENA — Santa Catarina) — Certo.

O Sr. Ruy Santos (ARENA — Bahia) — Disse o Senador Orestes Quércia que V. Exª não teria condições. Teria sim, apenas não seria tumultuado como na Convenção do MDB do Rio de Janeiro.

O SR. OTAIR BECKER (ARENA — Santa Catarina) — Agradeço o aparte de V. Exª, eminente Líder.

O Sr. Orestes Quércia (MDB — São Paulo) — Nem teria condições disso, Excelência. Não há disputa, não há a condição de tumulto.

O SR. OTAIR BECKER (ARENA — Santa Catarina) — Prossigo, Sr. Presidente:

Disse recentemente o ilustre Ministro Simonsen que a confiança do futuro não nos deve levar ao descuido do presente.

E é em decorrência dessa posição que expresso meus temores neste instante. Não há, Sr. Presidente, panacéia nenhuma capaz de conquistar uma opinião pública indisposta através da falta de autenticidade partidária e de lideranças.

O que torna inevitável o desastre não é a Lei Eleitoral, nem as legendas ou os nomes dos Partidos. É a ausência de ação política, que parece vedada ao Partido. Nem a multiplicação das sublegendas logrará impedir que o eleitorado se pronuncie como bem entender. Ao menos esta lição deveríamos ter extraído dos milhões de votos em branco de pleito passado, transformados em votos para a Oposição no último pleito! Ação política é do que necessitamos para vencer, superando perigos e ameaças de todas as espécies. Não será jamais a manutenção das atuais Agremiações ou a criação de outras que implicarão na pura e simples solução de nossos problemas. Ação política competente é do que necessitamos, é o que nos poderá socorrer nas aflições atuais! Partido identificado com as aspirações populares e com coragem para traduzi-las.

A renovação político-partidária é imprescindível, mas só pode vir através de processos normais, através do voto popular. Ao eleitorado compete manter ou afastar líderes, o Estado apenas agindo no sentido de que as disputas sejam limpas e livres, o Governo bem orientando-as, através de seus partidários. Já se forneceu intrigas em demasia aos adversários da ARENA, do Governo e da Revolução e já se transformou muita gente em mártir e despropositado que novamente erremos a pretexto de "renovação".

O Sr. Heitor Dias (ARENA — Bahia.) — Permite V. Exª um aparte?

O SR. OTAIR BECKER (ARENA — Santa Catarina.) — Pois não.

O Sr. Heitor Dias (ARENA — Bahia.) — A posição dos Partidos não vem sendo analisada equanimemente. Assim, se a ARENA opta por uma chapa única, a Imprensa interpreta como sendo acomodação; se o MDB toma idêntico caminho, é entendido como uma dose de bom senso. Se o MDB discorda, é vitalidade partidária; se a ARENA dissente, é desagregação. Assim, essa posição não vem sendo analisada nos seus devidos termos. É isso que cumpre fazer, para que se faça justiça a quantos integram um e outro Partido, porque — me parece — ambas as agremiações partidárias estão interessadas em fortalecer a vida democrática brasileira.

O SR. OTAIR BECKER (ARENA — Santa Catarina.) — Agradeço o aparte de V. Exª E o que V. Exª afirmou está explicitamente dentro desse meu pronunciamento.

Sr. Presidente, formulo votos para que a nova Direção da ARENA venha a conduzir o Partido à vitória, através de ação político-partidária legítima que corresponda ao anseio nacional.

O Sr. Gilvan Rocha (MDB — Sergipe.) — Permite V. Exª um aparte?

O SR. OTAIR BECKER (ARENA — Santa Catarina.) — Com muito prazer.

O Sr. Gilvan Rocha (MDB — Sergipe.) — V. Exª pronuncia, nesta tarde, discurso da mais alta repercussão. Acompanhava, no meu Gabinete, as palavras de V. Exª, e dei-me ao trabalho de regressar ao Plenário, para apresentar-lhe as minhas congratulações. Na verdade, V. Exª é hoje, nesta tarde, um liberal em apuros, admoestado por alguns de seus companheiros para aceitar os fatos consumados. Dá V. Exª a esta Casa e à Nação uma aula de liberalismo, de pensamento e, sobretudo, de amor ao civilismo brasileiro que, na verdade, há de triunfar, porque perseguimos a democracia plena.

O SR. OTAIR BECKER (ARENA — Santa Catarina.) — Agradeço, duplamente, Senador Gilvan Rocha: pela presença e pelo aparte de V. Exª Permita-me, no entanto, discordar, pois não estou sendo contrariado por meus pares. Entendo que estou encontrando aquilo que objetivei neste pronunciamento: o debate. Estou tendo o debate com os meus ilustres Pares da Aliança Renovadora Nacional.

Sr. Presidente, finalizo este pronunciamento, formulando votos para que, assim, cesse o retrocesso político-partidário, já bem apontado pelo eminente Presidente Ernesto Geisel, em seu primeiro pronunciamento à Nação, a fim de que possamos construir um futuro de segurança e democracia, como é anseio de todos nós.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. **(Muito bem! Palmas.)**

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) —Concedo a palavra ao nobre Senador Vasconcelos Torres.

O SR. VASCONCELOS TORRES (ARENA—Rio de Janeiro. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

A Usina de Carapebus, situada na localidade do mesmo nome, no Município de Macaé, está poluindo, além de qualquer limite imaginável, a vila em que está situada. Queimando bagaço, sem nenhum critério, produz dia e noite uma fumaça tóxica, que envolve o Distrito, com graves ameaças à saúde da população. As crianças, os enfermos e os velhos são as maiores vítimas, e muita gente já pensa em mudar-se. Denuncio essa prática condenável à Secretaria Especial do Meio Ambiente e, também, ao Ministério da Saúde. As providências têm que ser tomadas urgentemente.

Paralelamente dirijo um apelo ao Grupo Othon Bezerra de Melo, proprietário da Usina Carapebus. Não quero crer que homens que, inegavelmente, tanto têm contribuído para o progresso fluminense, concordem com medidas adotadas por seus prepostos, que desconhecem as regras mais comezinhas de proteção ambiental. Como, no momento, há diálogo entre a Usina e o povo, é indispensável que se ponha paradeiro à incrível anormalidade.

Aproveitando o ensejo de minha presença na tribuna, hipoteco integral solidariedade ao abaixo-assinado de trezentos pescadores do Município fluminense de Campos, solicitando ação contra o vinhoto.

Numa hora de crise alimentar, agravada pela seca que assola o Norte fluminense, ao memorial dos pescadores devem nossas autoridades atender.

A grande mortandade de peixes que tem ocorrido nos últimos dias nos cursos d'água da Região levou Aldemir Gonçalves (Russo Peixeiro) a colher assinaturas de 300 peixeiros da Baixada para levar amanhã às autoridades estaduais, a fim de pedir uma providência urgente, pois o problema se agrava a cada dia que passa, "devido ao vinhoto lançado pelas Usinas Cupim, Baixa Grande, Queimado e São José".

Os rios e pequenos cursos d'água, dentre eles Ururaí, Macacuá, Rio do Colégio, Bragança, Barro Vermelho, rio das Conchas e Lagoa Feia, onde o rio Ururaí deságua, estão com suas águas totalmente poluídas e diariamente aparecem centenas de peixes mortos, segundo declarações de Aldemir Gonçalves, juntamente com outros pescadores.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. **(Muito bem!)**

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Não há mais oradores inscritos.

Nada mais havendo que tratar, vou encerrar a presente sessão, designando para a de amanhã a seguinte

ORDEM DO DIA

— 1 —

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 95, de 1974 (nº 2.283-C/70, na Casa de origem), *que torna obrigatória* a discriminação visível dos elementos que entram na composição dos produtos alimentícios, e dá outras providências, tendo

PARECERES, *sob* nºs 409, de 1974, e 131, de 1975, da Comissão:

— **de Saúde, 1º pronunciamento:** favorável com as emendas que *apresenta de* nºs 1 e 2-CS; e **2º pronunciamento:** contrário.

— 2 —

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 26, de 1973, de autoria do Senhor Senador Nelson Carneiro, que destina à Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor a parte recebida pelo Departamento de Imposto de Renda na arrecadação da Loteria Esportiva Federal, e dá outras providências, tendo

PARECERES, *sob* nºs 107 a 109, de 1974, das Comissões:

— **de Constituição e Justiça,** pela constitucionalidade e juridicidade, nos termos do substitutivo que oferece, com voto vencido, em separado, do Senhor Senador José Augusto;

— **de Legislação Social,** favorável ao projeto, nos termos do substitutivo da Comissão de *Constituição e Justiça*; e

— **de Finanças,** favorável ao projeto, nos termos do substitutivo da Comissão de Constituição e Justiça.

— 3 —

Votação, em primeiro turno (apreciação preliminar da *constitucionalidade*, nos termos do art. 296 do Regimento Interno), do Projeto de Lei do Senado nº 59, de 1974, de autoria do Senhor Senador Vasconcelos Torres, que dispõe sobre a *divulgação de crime* pela imprensa, e dá outras providências, tendo

PARECER, sob nº 287, de 1975, da Comissão:

— **de Constituição e Justiça,** pela inconstitucionalidade.

— 4 —

Votação, em turno único, do Requerimento nº 381, de 1975, de autoria do Senhor Senador Vasconcelos Torres, solicitando a transcrição, nos Anais do Senado Federal, do discurso do Excelentíssimo Senhor Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Azeredo da Silveira, pronunciado na *VII* Sessão Especial da Assembléia-Geral das Nações Unidas, realizada em Nova Iorque, em 1º de setembro de 1975.

— 5 —

Votação, em turno único, do Requerimento nº 393, de 1975, dos Senhores Senadores Lourival Baptista e Ruy Santos, solicitando a transcrição, nos Anais do Senado Federal, do pronunciamento do Ministro da Fazenda, Professor Mário Henrique Simonsen, através da televisão, em nome do Governo, nas comemorações do "Dia da Independência".

— 6 —

Discussão, em primeiro turno (apreciação preliminar da juridicidade, nos termos do art. 296 do Regimento Interno), do Projeto de Lei do Senado nº 33, de 1975, de autoria do Senhor Senador Nelson Carneiro, que considera insalubres as atividades dos operadores de Telex e Teletipo, e dá outras providências, tendo

PARECER, sob nº 215, de 1975, da Comissão:

— **de Constituição e Justiça,** pela injuridicidade.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 20 minutos.)

ATA DA 132ª SESSÃO, REALIZADA EM 11-9-75
(Publicada no DCN — Seção II — de 12-9-75)

REPUBLICAÇÃO

No projeto de Lei da Câmara nº 55/75 (nº 723-B/75, na origem), constante da Ordem do Dia, que "autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério do Trabalho, em favor da Secretaria-Geral — Órgãos Regionais do Trabalho — o crédito especial de Cr$ 4.493.500,00 (quatro *milhões, quatrocentos* e noventa e três mil e quinhentos cruzeiros) para o fim que especifica":

Na página 4.556, 1ª coluna, no art. 2º do projeto,

Onde se lê:

3.1.1.1 — Pessoal Civil

01 — Vencimentos e Vantagens Fixas Cr$ 4.493.00

Total Cr$ 4.493.500

Leia-se:

3.1.1.1 — Pessoal Civil

01 — Vencimentos e Vantagens Fixas Cr$ 4.493.500

Total Cr$ 4.493.500

ATA DA 133ª SESSÃO, REALIZADA EM 11-9-75
(Publicada no DCN — Seção II — de 12-9-75)

RETIFICAÇÃO

No Parecer nº 414/75, da Comissão de Constituição e Justiça, sobre o Projeto de Resolução nº 64/75, que "autoriza a Prefeitura Municipal de Embu (SP) a elevar em Cr$ *1.000.000,00 (um milhão* de cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada":

Na página 4.581, 2ª coluna, na ementa do parecer,

Onde se lê:

PARECER Nº 414/75

Da Comissão de Constituição e Justiça, sobre o Projeto de Resolução nº , de 1975,...

Leia-se:

PARECER Nº 414/75

Da Comissão de Constituição e Justiça, sobre o Projeto de Resolução nº 64, de 1975,...

CONSULTORIA JURÍDICA
PARECER Nº 53-75

Da Consultoria *Jurídica, sobre* Requerimento de Maria Valeriano de Morais, Auxiliar de Pesquisa, CLT, solicitando alteração de seu contrato de trabalho.

Maria Valeriano de Morais, Auxiliar de Pesquisa, contratada sob o *regime jurídico* da Consolidação das Leis do Trabalho, requer alteração do seu contrato de trabalho, para a função de Estatístico, apresentando comprovantes de conclusão de curso *superior*, que a habilitam à função pleiteada.

II — A pretensão foi indeferida pelo Senhor Presidente, que apoiou sua decisão no parecer do *Senhor Primeiro Secretário*.

III — A servidora, em novo requerimento, pleiteia reconsideração daquele despacho presidencial. Nada acrescentou, entretanto, ao pedido *inicial*, a *não ser* que aceitaria a alteração de seu contrato de trabalho **sem a retribuição desse cargo, conseqüentemente sem aumento de despesa,** explicando que visa "unicamente a *condição de ser enquadrada* em cargo compatível ao exercício de suas atribuições".

IV — A Resolução nº 45, de 1973, *que dispõe* sobre a Constituição e a Estruturação do Grupo Outras Atividades de Nível-Supe-

rior e respectivas Categorias Funcionais do Quadro Permanente do Senado Federal, estipula em seu artigo 4º, **verbis:**

"Poderão integrar as Categorias Funcionais de que trata o artigo anterior, mediante transposição, os cargos atuais, vagos e ocupados, cujas atividades guardem correlação com as indicadas no art. 1º desta Resolução, observadas as respectivas especialidades, de acordo com o seguinte critério:

.....

XI — na categoria funcional de Estatístico, os de Estatístico."

A Postulante, apesar de legalmente habilitada para o exercício da profissão, é contratada pelo Senado para a função de Auxiliar de Pesquisa, categoria essa que não se acha dentre aquelas que possibilitam a chamada ascensão funcional estabelecida no art. 11 da Resolução nº 45, de 1973.

V — Quanto ao pedido de que seu aproveitamento ocorresse, "ainda que sem a correspondente retribuição financeira", não pode ele ser levado em consideração, já que tal procedimento iria ferir as normas reguladoras do trabalho, consubstanciadas no artigo 5º da Consolidação das Leis do Trabalho, que estipula:

"Art. 5º A todo trabalho de igual valor corresponderá salário igual, sem distinção de sexo."

Este princípio é complementado pelo artigo 461 do mesmo diploma, que determina:

"Art. 461 Sendo idêntica a função, a todo trabalho de igual valor, prestado ao mesmo empregador, na mesma localidade, corresponderá igual salário, sem distinção de sexo, nacionalidade ou idade."

Não há como esta Casa do Congresso acolher a pretensão da Requerente, aproveitando-a como Estatístico, mas remunerando-a como Auxiliar de Pesquisa.

Assim, não havendo apoio legal, para o que se postula, esta Consultoria Jurídica é de parecer deva ser o pedido indeferido.

Brasília, 16 de setembro de 1975. — **Paulo Nunes Augusto de Figueiredo,** Consultor Jurídico.

ATA DAS COMISSÕES

COMISSÃO DE ECONOMIA
16ª REUNIÃO, REALIZADA EM 10 DE SETEMBRO DE 1975

Às dez horas do dia dez de setembro de mil novecentos e setenta e cinco, na Sala "Epitácio Pessoa", sob a presidência do Senhor Senador Milton Cabral, presentes os Senhores Senadores Renato Franco, Jarbas Passarinho, Agenor Maria, Paulo Guerra, Franco Montoro, Ruy Santos, Orestes Quércia e Arnon de Mello, reúne-se a Comissão de Economia.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Vasconcelos Torres, Jessé Freire, Luiz Cavalcante e Roberto Saturnino.

É dispensada a leitura da Ata da reunião anterior e, em seguida, dada como aprovada.

Havendo número regimental, o Sr. Presidente declara aberta a reunião, e concede a palavra ao Sr. Senador Renato Franco, que emite parecer favorável à Mensagem nº 151, de 1975, do Sr. Presidente da República, submetendo à aprovação do Senado Federal, proposta do Sr. Ministro da Fazenda, para que seja autorizado o Governo do Estado de Minas Gerais a elevar para Cr$ 2.500.000.000,00 (dois bilhões e quinhentos milhões de cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada, concluindo por apresentar um Projeto de Resolução.

Posto o parecer em discussão e votação, é o mesmo aprovado, tendo voto com restrições do Sr. Senador Franco Montoro.

A seguir, o Sr. Presidente concede a palavra ao Sr. Senador Paulo Guerra, que profere parecer favorável à Mensagem nº 159, de 1975, do Sr. Presidente da República, submetendo à aprovação do Senado Federal, proposta do Sr. Ministro da Fazenda, para que seja autorizada a Prefeitura Municipal de Álvares Florence (SP) a elevar em Cr$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada, concluindo por apresentar um Projeto de Resolução.

Sem debates, a Comissão aprova, por unanimidade, o parecer do Relator.

Prosseguindo, o Sr. Presidente concede a palavra ao Sr. Senador Franco Montoro, que emite parecer favorável à Mensagem nº 160, de 1975, do Sr. Presidente da República, submetendo à aprovação do Senado Federal, proposta do Sr. Ministro da Fazenda, para que seja autorizada a Prefeitura Municipal de Iacanga (SP) a elevar em Cr$ 500.000,00 (quinhentos mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada, concluindo por apresentar um Projeto de Resolução.

A Comissão aprova, por unanimidade, o parecer do Relator.

Dando continuidade aos trabalhos, o Sr. Presidente concede a palavra ao Sr. Senador Orestes Quércia, que profere parecer favorável à Mensagem nº 163, de 1975, do Sr. Presidente da República, submetendo à aprovação do Senado Federal, proposta do Sr. Ministro da Fazenda, para que seja autorizada a Prefeitura Municipal de Divinolândia (SP) a elevar em Cr$ 500.000,00 (quinhentos mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada, concluindo por apresentar um Projeto de Resolução.

Sem debates, a Comissão aprova, por unanimidade, o parecer do Relator.

Ao Sr. Senador Ruy Santos, o Sr. Presidente concede a palavra, o qual emite parecer favorável à Mensagem nº 157, de 1975, do Sr. Presidente da República, submetendo à aprovação do Senado Federal, proposta do Sr. Ministro da Fazenda, para que seja autorizada a Prefeitura Municipal de Andradina (SP) a elevar em Cr$ 2.600.000,00 (dois milhões e seiscentos mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada, concluindo por apresentar um Projeto de Resolução.

Após discutirem a matéria, os Senhores Senadores Paulo Guerra, Jarbas Passarinho, Renato Franco, Franco Montoro e o Relator, Senador Ruy Santos, é o parecer aprovado, por unanimidade.

Finalmente, o Sr. Presidente concede a palavra ao Sr. Senador Jarbas Passarinho, que emite parecer contrário ao Projeto de Lei do Senado nº 67, de 1975, que "concede vantagens a jornalistas profissionais quando no efetivo exercício de suas funções".

Sem debates, a Comissão aprova, por unanimidade, o parecer do Relator.

Concluída a pauta da reunião, o Sr. Presidente concede a palavra ao Sr. Senador Orestes Quércia, que aproveita o ensejo para convidar os Senhores Senadores presentes para a palestra que a Comissão de Agricultura, sob sua presidência, realizará no próximo dia 11 de setembro, às 9:00 horas, no Auditório "Milton Campos". Lembra, ainda, o Sr. Senador Orestes Quércia, que os conferencistas, respectivamente, os Drs. José Irineu Cabral, Presidente da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária — EMBRAPA —, e Renato Simplício Lopes, Presidente da Empresa Brasileira Técnica de Extensão Rural — EMBRATER —, discorrerão sobre as atividades específicas de suas empresas (pesquisa e assistência à agropecuária). Na oportunidade, o Sr. Presidente comunica aos Senhores Senadores presentes que no próximo dia 12 de setembro, às 10:00 horas, no Auditório "Milton Campos", o Sr. General Araken de Oliveira, Presidente da PETROBRÁS S/A, atendendo convites das Comissões de Economia e de Minas e Energia do Senado, irá proferir palestra perante os respectivos órgãos técnicos, em reunião conjunta, sobre o "atual estágio da exploração e aproveitamento dos recursos minerais na área do petróleo".

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Daniel Reis de Souza, Assistente da Comissão, a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente.

MESA

Presidente:
Magalhães Pinto (ARENA—MG)

1º-Vice-Presidente:
Wilson Gonçalves (ARENA—CE)

2º-Vice-Presidente:
Benjamim Farah (MDB—RJ)

1º-Secretário:
Dinarte Mariz (ARENA—RN)

2º-Secretário:
Marcos Freire (MDB—PE)

3º-Secretário:
Lourival Baptista (ARENA—SE)

4º-Secretário:
Lenoir Vargas (ARENA—SC)

Suplentes de Secretários:

Ruy Carneiro (MDB—PB)
Renato Franco (ARENA—PA)
Alexandre Costa (ARENA—MA)
Mendes Canale (ARENA—MT)

LIDERANÇA DA ARENA E DA MAIORIA

Líder
Petrônio Portella
Vice-Líderes
Eurico Rezende
Jarbas Passarinho
José Lindoso
Mattos Leão
Osires Teixeira
Ruy Santos
Saldanha Derzi
Virgílio Távora

LIDERANÇA DO MDB E DA MINORIA

Líder
Franco Montoro
Vice-Líderes
Mauro Benevides
Roberto Saturnino
Itamar Franco
Evandro Carreira

COMISSÕES

Diretor: *José Soares de Oliveira Filho*
Local: Anexo II — Térreo
Telefones: 23-6244 e 24-8105 — Ramais 193 e 257

A) SERVIÇO DE COMISSÕES PERMANENTES

Chefe: *Cláudia Carlos Rodrigues Costa*
Local: Anexo II — Térreo
Telefone: 24-8105 — Ramais 301 e 313

COMISSÃO DE AGRICULTURA — (CA)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Orestes Quércia
Vice-Presidente: Benedito Ferreira

Titulares	Suplentes
ARENA	
1. Vasconcelos Torres	1. Altevir Leal
2. Paulo Guerra	2. Otair Becker
3. Benedito Ferreira	3. Renato Franco
4. Italívio Coelho	
5. Mendes Canale	
MDB	
1. Agenor Maria	1. Adalberto Sena
2. Orestes Quércia	2. Amaral Peixoto

Assistente: Mauro Lopes de Sá — Ramal 310.
Reuniões: Quartas-feiras, às 10:30 horas.
Local: Sala "Coelho Rodrigues" — *Anexo II — Ramal 613.*

COMISSÃO DE ASSUNTOS REGIONAIS — (CAR)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Cattete Pinheiro
Vice-Presidente: Agenor Maria

Titulares	Suplentes
ARENA	
1. Cattete Pinheiro	1. Saldanha Derzi
2. José Guiomard	2. José Sarney
3. Teotônio Vilela	3. Renato Franco
4. Osires Teixeira	
5. José Esteves	
MDB	
1. Agenor Maria	1. Evelásio Vieira
2. Evandro Carreira	2. Gilvan Rocha

Assistente: Lêda Ferreira da Rocha — Ramal 312.
Reuniões: Terças-feiras, às 10:00 horas.
Local: Sala "Epitácio Pessoa" — Anexo II — Ramal 615.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA — (CCJ)

(13 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Accioly Filho
1º-Vice-Presidente: Gustavo Capanema
2º-Vice-Presidente: Paulo Brossard

Titulares	Suplentes
ARENA	
1. Accioly Filho	1. Mattos Leão
2. José Sarney	2. Henrique de La Rocque
3. José Lindoso	3. Petrônio Portella
4. Helvídio Nunes	*4. Renato Franco*
5. Italívio Coelho	5. Osires Teixeira
6. Eurico Rezende	
7. Gustavo Capanema	
8. Heitor Dias	
9. Orlando Zancaner	
MDB	
1. Dirceu Cardoso	1. *Franco Montoro*
2. Leite Chaves	2. Mauro Benevides
3. Nelson Carneiro	
4. Paulo Brossard	

Assistente: Maria Helena Bueno Brandão — Ramal 305.
Reuniões: Quartas-feiras, às 10:00 horas
Local: Sala "Clóvis Bevilacqua" — Anexo II — Ramal 623.

COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL — (CDF)

(11 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Heitor Dias
Vice-Presidente: Adalberto Sena

Titulares	Suplentes
ARENA	
1. Helvídio Nunes	1. Augusto Franco
2. Eurico Rezende	2. Luiz Cavalcante
3. Renato Franco	3. José Lindoso
4. Osires Teixeira	4. Wilson Campos
5. Saldanha Derzi	5. Virgílio Távora
6. Heitor Dias	
7. Henrique de La Rocque	
8. Otair Becker	
MDB	
1. Adalberto Sena	1. Evandro Carreira
2. Lázaro Barboza	2. Nelson Carneiro
3. Ruy Carneiro	

Assistente: Ronaldo Pacheco de Oliveira — Ramal 306.
Reuniões: Quintas-feiras, às 9:00 horas.
Local: Sala "Rui Barbosa" — Anexo II — Ramais 621 e 716.

COMISSÃO DE ECONOMIA — (CE)

(11 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Milton Cabral
Vice-Presidente: Renato Franco

Titulares	Suplentes
ARENA	
1. Milton Cabral	1. Benedito Ferreira
2. Vasconcelos Torres	2. Augusto Franco
3. Jessé Freire	3. Ruy Santos
4. Luiz Cavalcante	4. Cattete Pinheiro
5. Arnon de Mello	5. Helvídio Nunes
6. Jarbas Passarinho	
7. Paulo Guerra	
8. Renato Franco	
MDB	
1. Franco Montoro	1. Agenor Maria
2. Orestes Quércia	2. Amaral Peixoto
3. Roberto Saturnino	

Assistente: Daniel Reis de Souza — Ramal 675.
Reuniões: Quartas-feiras, às 10:00 horas.
Local: Sala "Epitácio Pessoa" — Anexo II — Ramal 615.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA — (CEC)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Tarso Dutra
Vice-Presidente: Henrique de La Rocque

Titulares	Suplentes
ARENA	
1. Tarso Dutra	1. Arnon de Mello
2. Gustavo Capanema	2. Helvídio Nunes
3. João Calmon	3. José Sarney
4. Henrique de La Rocque	
5. Mendes Canale	
MDB	
1. Evelásio Vieira	1. Franco Montoro
2. Paulo Brossard	2. Itamar Franco

Assistente: Cleide Maria B. F. Cruz — Ramal 598.
Reuniões: Quintas-feiras, às 10:00 horas.
Local: Sala "Clovis Bevilacqua" — Anexo II — Ramal 623.

COMISSÃO DE FINANÇAS — (CF)

(17 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Amaral Peixoto
Vice-Presidente: Teotônio Vilela

Titulares	Suplentes
ARENA	
1. Saldanha Derzi	1. Daniel Krieger
2. Benedito Ferreira	2. Wilson Campos
3. Alexandre Costa	3. José Guiomard
4. Fausto Castelo-Branco	4. José Sarney
5. Jessé Freire	5. Heitor Dias
6. Virgílio Távora	6. Cattete Pinheiro
7. Mattos Leão	7. Osires Teixeira
8. Tarso Dutra	
9. Henrique de La Rocque	
10. Helvídio Nunes	
11. Teotônio Vilela	
12. Ruy Santos	
MDB	
1. Amaral Peixoto	1. Danton Jobim
2. Leite Chaves	2. Dirceu Cardoso
3. Mauro Benevides	3. Evelásio Vieira
4. Roberto Saturnino	
5. Ruy Carneiro	

Assistente: Marcus Vinicius Goulart Gonzaga — Ramal 303.
Reuniões: Quintas-feiras, às 10:30 horas.
Local: Sala "Rui Barbosa" — Anexo II — Ramais 621 e 716.

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO SOCIAL — (CLS)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Nelson Carneiro
Vice-Presidente: Jessé Freire

Titulares	Suplentes
ARENA	
1. Mendes Canale	1. *Virgílio Távora*
2. Domício Gondim	2. Eurico Rezende
3. Jarbas Passarinho	3. Accioly Filho
4. *Henrique* de La Rocque	
5. Jessé Freire	
MDB	
1. Franco Montoro	1. Lázaro Barboza
2. Nelson Carneiro	2. Ruy Carneiro

Assistente: Cláudio Vital Rebouças Lacerda — Ramal 307.
Reuniões: Quintas-feiras, às 11:00 horas.
Local: Sala "Clóvis Bevilacqua" — Anexo II — Ramal 623.

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA — (CME)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: João Calmon
Vice-Presidente: Domício Gondim

Titulares	Suplentes
ARENA	
1. Milton Cabral	1. Paulo Guerra
2. Arnon de Mello	2. José Guiomard
3. Luiz Cavalcante	3. Virgílio Távora
4. Domício Gondim	
5. João Calmon	
MDB	
1. Dirceu Cardoso	1. Gilvan Rocha
2. Itamar Franco	2. Leite Chaves

Assistente: Mauro Lopes de Sá — Ramal 310.
Reuniões: Quintas-feiras, às 10:30 horas.
Local: Sala "Epitácio Pessoa" — Anexo II — Ramal 615.

COMISSÃO DE REDAÇÃO (CR)

(5 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Danton Jobim
Vice-Presidente: Renato Franco

Titulares	Suplentes
ARENA	
1. José Lindoso	1. Virgílio Távora
2. Renato Franco	2. Mendes Canale
3. Orlando Zancaner	
MDB	
1. Danton Jobim	1. Dirceu Cardoso
2. Orestes Quércia	

Assistente: Maria Carmen Castro Souza — Ramal 134.
Reuniões: Quartas-feiras, às 11:00 horas.
Local: Sala "Clóvis Bevilacqua" — Anexo II — Ramal 623.

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES — (CRE)

(15 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Daniel Krieger
1º-Vice-Presidente: Luiz Viana
2º-Vice-Presidente: Virgílio Távora

Titulares	Suplentes
ARENA	
1. Daniel Krieger	1. Accioly Filho
2. Luiz Viana	2. José Lindoso
3. *Virgílio Távora*	3. Cattete Pinheiro
4. Jessé Freire	4. Fausto Castelo-Branco
5. Arnon de Mello	5. Mendes Canale
6. Petrônio Portella	6. Helvídio Nunes
7. Saldanha Derzi	
8. José Sarney	
9. João Calmon	
10. Augusto Franco	
MDB	
1. Danton Jobim	1. Nelson Carneiro
2. Gilvan Rocha	2. Paulo Brossard
3. *Itamar Franco*	3. Roberto Saturnino
4. Leite Chaves	
5. Mauro Benevides	

Assistente: Cândido Hippertt — Ramal 676.
Reuniões: Quartas-feiras, às 10:30 horas.
Local: Sala "Rui Barbosa" — Anexo II — Ramais 621 e 716.

COMISSÃO DE SAÚDE — (CS)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Fausto Castelo-Branco
Vice-Presidente: Gilvan Rocha

Titulares	Suplentes
ARENA	
1. Fausto Castelo-Branco	1. Saldanha Derzi
2. *Cattete Pinheiro*	2. Wilson Campos
3. Ruy Santos	3. Mendes Canale
4. Otair Becker	
5. Altevir Leal	
MDB	
1. Adalberto Sena	1. Evandro Carreira
2. Gilvan Rocha	2. Ruy Carneiro

Assistente: Ronaldo Pacheco de *Oliveira — Ramal* 306.
Reuniões: Quintas-feiras, às 11:00 horas.
Local: Sala "Epitácio Pessoa" — Anexo II — Ramal 615.

COMISSÃO DE SEGURANÇA NACIONAL — (CSN)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: José Guiomard
Vice-Presidente: Vasconcelos Torres

Titulares	Suplentes
ARENA	
1. Luiz Cavalcante	1. Jarbas Passarinho
2. José Lindoso	2. Henrique de La Rocque
3. Virgílio Távora	3. Alexandre Costa
4. José Guiomard	
5. Vasconcelos Torres	
MDB	
1. Amaral Peixoto	1. Agenor Maria
2. Adalberto Sena	2. Orestes Quércia

Assistente: Lêda Ferreira da Rocha — Ramal 312.
Reuniões: Quartas-feiras, às 11:30 horas.
Local: Sala "Clóvis Bevilacqua" — Anexo II — Ramal 312.

COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO CIVIL — (CSPC)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Lázaro Barboza
Vice-Presidente: Orlando Zancaner

Titulares	Suplentes
ARENA	
1. Augusto Franco	1. Mattos Leão
2. Orlando Zancaner	2. Gustavo Capanema
3. Heitor Dias	3. Alexandre Costa
4. Accioly Filho	
5. Luiz Viana	
MDB	
1. Itamar Franco	1. Danton Jobim
2. Lázaro Barboza	2. Mauro Benevides

Assistente: Cláudio Vital Rebouças Lacerda — Ramal 307.
Reuniões: Quintas-feiras, às 10:00 horas.
Local: Sala "Coelho Rodrigues" — Anexo II — Ramal 613.

COMISSÃO DE TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES E OBRAS PÚBLICAS — (CT)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Alexandre Costa
Vice-Presidente: Luiz Cavalcante

Titulares	Suplentes
ARENA	
1. Alexandre Costa	1. Orlando Zancaner
2. Luiz Cavalcante	2. Mendes Canale
3. Benedito Ferreira	3. Teotônio Vilela
4. José Esteves	
5. Paulo Guerra	
MDB	
1. Evandro Carreira	1. Lázaro Barboza
2. Evelásio Vieira	2. Roberto Saturnino

Assistente: Cândido Hippertt — Ramal 676.
Reuniões: Quintas-feiras, às 11:00 horas.
Local: Sala "Coelho Rodrigues" — Anexo II — Ramal 613.

B) SERVIÇO DE COMISSÕES MISTAS, ESPECIAIS E DE INQUÉRITO

Comissões Temporárias

Chefe: Ruth de Souza Castro.
Local: Anexo II — Térreo.
Telefone: 24-8105 — Ramal 303.
1) Comissões Temporárias para Projetos do Congresso Nacional.
2) Comissões Temporárias para Apreciação de Vetos.
3) Comissões Especiais e de Inquérito, e
4) Comissão Mista do Projeto de Lei Orçamentária (art. 90 do Regimento Comum).
Assistentes de Comissões: José Washington Chaves — Ramal 762; Haroldo Pereira Fernandes — Ramal 674; Marília de Carvalho Brício — Ramal 314; Cleide Maria B.F. Cruz — Ramal 598; Juliano Lauro da Escossia Nogueira — Ramal 314.

SENADO FEDERAL
SUBSECRETARIA DE COMISSÕES
SERVIÇO DE COMISSÕES PERMANENTES
HORÁRIO DAS REUNIÕES DAS COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL PARA O ANO DE 1975

HORAS	TERÇA	S A L A	ASSISTENTE
10:00	C.A.R.	EPITÁCIO PESSOA Ramal - 615	LÊDA

HORAS	QUARTA	S A L A S	ASSISTENTE
10:00	C.C.J.	CLÓVIS BEVILÁCQUA Ramal - 623	MARIA HELENA
	C.E.	EPITÁCIO PESSOA Ramal - 615	DANIEL
10:30	C.R.E	RUY BARBOSA Ramais - 621 e 716	CÂNDIDO
	C.A.	COELHO RODRIGUES Ramal - 613	MAURO
11:00	C.R.	CLÓVIS BEVILÁCQUA Ramal - 623	MARIA CARMEM
11:30	C.S.N.	CLÓVIS BEVILÁCQUA Ramal - 623	LÊDA

HORAS	QUINTA	S A L A S	ASSISTENTE
09:00	C.D.F.	RUY BARBOSA Ramais - 621 e 716	RONALDO
10:00	C.E.C.	CLÓVIS BEVILÁCQUA Ramal - 623	CLEIDE
	C.S.P.C.	COELHO RODRIGUES Ramal - 613	CLÁUDIO LACERDA
10:30	C.F.	RUY BARBOSA Ramais - 621 e 716	MARCUS VINICIUS
	C.M.E.	EPITÁCIO PESSOA Ramal - 615	MAURO
11:00	C.L.S.	CLÓVIS BEVILÁCQUA Ramal - 623	CLÁUDIO LACERDA
	C.S.	EPITÁCIO PESSOA Ramal - 615	RONALDO
	C.T.	COELHO RODRIGUES Ramal - 613	CÂNDIDO

Centro Gráfico do Senado Federal
Caixa Postal 1.203
Brasília — DF

EDIÇÃO DE HOJE: 32 PÁGINAS

PREÇO DESTE EXEMPLAR: Cr$ 0,50